



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 085 TERÇA-FEIRA, 9 DE JUNHO DE 2015

## MESA DO SENADO FEDERAL \*

**PRESIDENTE**  
Renan Calheiros - (PMDB-AL)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Jorge Viana - (PT-AC)  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Romero Jucá - (PMDB-RR)  
**1º SECRETÁRIO**  
Vicentinho Alves - (PR-TO)  
**2º SECRETÁRIO**  
Zeze Perrella - (PDT-MG)

**3º SECRETÁRIO**  
Gladson Cameli - (PP-AC)  
**4º SECRETÁRIA**  
Angela Portela - (PT-RR)  
**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**  
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)  
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)  
3º Elmano Férrer (PTB-PI)  
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

\* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

### LIDERANÇAS

<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Humberto Costa - PT</b> (22,28)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Benedito de Lira (16,18,44)</p> <p>Walter Pinheiro (31,36,43)</p> <p>Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Regina Sousa (41)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 13</b></p> <p><b>Humberto Costa</b> (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <p>Paulo Rocha (32)</p> <p>Walter Pinheiro (31,36,43)</p> <p>Lindbergh Farias (30)</p> <p>Fátima Bezerra (34)</p> <p><b>Líder do PDT - 6</b></p> <p><b>Acir Gurgacz</b> (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT</p> <p>Telmário Mota (4,38,42)</p> <p><b>Líder do PP - 5</b></p> <p><b>Benedito de Lira</b> (16,18,44)</p>	<p><b>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</b></p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 17</b></p> <p><b>Líder do PSD - 4</b></p> <p><b>Omar Aziz</b> (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD</p> <p>Sérgio Petecão (12)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Alvaro Dias - PSDB</b> (20)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Ataídes Oliveira (33)</p> <p>Wilder Moraes (46)</p> <p>Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 12</b></p> <p><b>Cássio Cunha Lima</b> (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Paulo Bauer (23)</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p><b>Líder do DEM - 5</b></p> <p><b>Ronaldo Caiado</b> (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM</p> <p>José Agripino (39)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Lídice da Mata - PSB</b> (11,25)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Vanessa Grazziotin (21,26)</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSB - 6</b></p> <p><b>João Capiberibe</b> (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB</p> <p>Roberto Rocha (45)</p> <p><b>Líder do PPS - 1</b></p> <p><b>José Medeiros</b> (15,19,29)</p> <p><b>Líder do PSOL - 1</b></p> <p><b>Randolfe Rodrigues</b> (24,27)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 1</b></p> <p><b>Vanessa Grazziotin</b> (21,26)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Fernando Collor - PTB</b> (5,10)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Blairo Maggi (9)</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p>Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 3</b></p> <p><b>Fernando Collor</b> (5,10)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b></p> <p><b>Blairo Maggi</b> (9)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b></p> <p><b>Eduardo Amorim</b> (8)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b></p> <p><b>Marcelo Crivella</b> (2,7)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Governo</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Líder</b></p> <p><b>Delcídio do Amaral - PT</b> (48)</p>

### EXPEDIENTE

<p><b>Ilana Trombka</b> Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Coordenador Industrial</p>	<p><b>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Atas e Diários</p> <p><b>Quésia de Farias Cunha</b> Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

<b>1 – ATA DA 91ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE JUNHO DE 2015</b> .....	5
1.1 – ABERTURA.....	5
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	5
<b>1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação</b> .....	5
<b>1.2.1.1 – Projetos de Decreto Legislativo recebidos da Câmara dos Deputados</b>	
Nº 159/2015 (nº 446/2007, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à ASSA-PRAD - Associação Sapucaense de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro</i> .....	5
Nº 160/2015 (nº 925/2008, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Comunicadores de Arrozal para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirai, Estado do Rio de Janeiro</i> .....	9
Nº 161/2015 (nº 1.132/2008, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Bethel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paty do Alferes, Estado do Rio de Janeiro</i> .....	14
Nº 162/2015 (nº 1.483/2009, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Rádio Adonai FM Estéreo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro</i> .....	19
Nº 163/2015 (nº 1.608/2009, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade de Televisão Sul Fluminense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro</i> .....	24
Nº 164/2015 (nº 1.858/2009, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Povo de Vargem Grande – Rádio Rende Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro</i> .....	28
Nº 165/2015 (nº 2.047/2009, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio Agulhas Negras de Resende Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro</i> .....	33
Nº 166/2015 (nº 2.180/2009, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Movimento Comunitário Cultural e Social de Santa Lúcia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro</i> .....	38
Nº 167/2015 (nº 2.380/2009, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiodifusão Comunitária e Ecológica Desperta FM – Rádio Comunitária Desperta FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro</i> .....	44
Nº 168/2015 (nº 2.427/2010, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Bairro Arthur Cataldi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro</i> . .....	50
<b>1.2.1.2 – Abertura de prazo</b>	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas aos Projetos de Decreto Legislativo nºs 159 a 168/2015, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. <i>As matérias serão apreciadas terminativamente</i> . .....	56
<b>1.2.1.3 – Término de prazo</b>	
Término de prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 62/2013 e 286/2014.....	56
<b>1.2.1.4 – Aviso do Tribunal de Contas da União</b>	
Nº 44/2015, encaminhando Relatório de Atividades desenvolvidas pelo referido órgão referente ao primeiro trimestre de 2015 .....	56

**1.2.1.5 – Mensagens da Presidente da República**

Nºs 198 e 199/2015, na origem, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 100/2012; e do Projeto de Lei do Senado nº 501/2009, sancionados e convertidos nas Leis nºs 13.130 e 13.131/2015, respectivamente... 56

**1.2.1.6 – Comunicação**

Do Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (**Ofício nº 37/2015**). *Será feita a substituição solicitada*..... 56

**1.2.2 – Oradores**

SENADOR *TELMÁRIO MOTA* – Cobrança de esclarecimentos acerca de compra de área de terras pertencente a Senador da República, por preço supostamente acima do valor de mercado, para atender ao programa Minha Casa Minha Vida; e outro assunto..... 56

SENADOR *FERNANDO COLLOR* – Registro das propostas de S. Exª para a realização de ampla reforma política ..... 57

SENADORA *SIMONE TEBET* – Preocupação com eventuais manobras do Poder Executivo visando interferir nos resultados dos trabalhos de comissão especial destinada a discutir um novo Pacto Federativo ..... 62

SENADORA *GLEISI HOFFMANN* – Entusiasmo com a homologação, pelo Congresso Nacional, de dois acordos firmados pelos países que compõem o Brics; e outros assuntos..... 66

SENADOR *ALVARO DIAS*, como Líder – Leitura de carta dos representantes da Juventude Masculina de Schenstatt do Brasil, por ocasião do seu 8º Fórum Nacional, endereçada aos Senadores da República ..... 73

SENADORA *ANA AMÉLIA* – Críticas ao atual modelo do sistema penitenciário nacional; e outro assunto ..... 76

SENADOR *MAGNO MALTA* – Registro da participação de S. Exª nas Marchas para Jesus realizadas no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Manaus; e outro assunto ..... 81

SENADOR *JOÃO CAPIBERIBE*, como Líder – Considerações sobre a reportagem exibida ontem pelo Programa Fantástico, da Rede Globo, referente ao suposto desvio de recursos públicos praticado pelas Assembleias Legislativas do País..... 86

SENADOR *JOSÉ MEDEIROS* – Defesa de investimentos em infraestrutura e de incentivos fiscais no Estado de Mato Grosso como forma de equilibrar o desenvolvimento entre as regiões do Brasil..... 89

1.3 – ENCERRAMENTO..... 92

**SENADO FEDERAL**

**2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**..... 93

**3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL** ..... 96

**4 – LIDERANÇAS** ..... 97

**5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS** ..... 99

**6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO** ..... 109

**7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**..... 119

**8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS** ..... 166

**CONGRESSO NACIONAL**

**9 – COMISSÕES MISTAS**..... 186

**10 – CONSELHOS E ÓRGÃO** ..... 199

# Ata da 91ª Sessão, Não Deliberativa, em 8 de junho de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência do Sr. Fernando Collor, das Sr<sup>as</sup> Gleisi Hoffmann e Ana Amélia, e dos Srs. José Medeiros e João Capiberibe*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 17 horas e 41 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

## PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO RECEBIDOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 159, DE 2015

(nº 446/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga  
autorização à ASSAPRAD  
ASSOCIAÇÃO SAPUCAIENSE DE  
RADIODIFUSÃO para executar serviço  
de radiodifusão comunitária na  
cidade de Sapucaia, Estado do Rio  
de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 186 de 27 de abril de 2007, que outorga autorização à ASSAPRAD - Associação Sapucaense de Radiodifusão para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro.

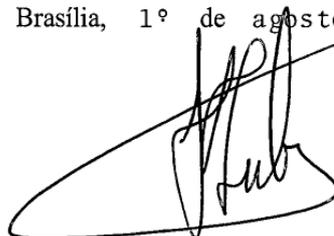
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 560, de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 186, de 27 de abril de 2007, que outorga autorização à ASSAPRAD – Associação Sapucaense de Radiodifusão para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro.

Brasília, 1º de agosto de 2007.



MC 00120 EM

Brasília, 9 de maio de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **ASSAPRAD - Associação Sapucaense de Radiodifusão**, no Município de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53770.000436/99, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 186 DE 27 DE ABRIL DE 2007.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53770.000436/99 e do PARECER/MC/CONJUR/PAS/Nº 0601 – 1.08/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização a ASSAPRAD - Associação Sapucaense de Radiodifusão, no município de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro, com sede na Ladeira Corrêa Júnior - nº 109 - Centro, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 21º59'51"S e longitude em 42º54'59"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**  
Ministro de Estado das Comunicações

À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,  
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, EM DECISÃO  
TERMINATIVA



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

#### Nº 160, DE 2015

(nº 925/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS COMUNICADORES DE ARROZAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 727 de 18 de dezembro de 2007, que outorga autorização à Associação dos Comunicadores de Arrozal para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 376, de 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 659, de 21 de novembro de 2007 – Associação de Rádio Difusão Comunitária, no município de Gramado dos Loureiros - RS;
- 2 - Portaria nº 712, de 18 de dezembro de 2007 – Associação de Comunicação Popular Novos Tempos, no município de Carangola - MG;
- 3 - Portaria nº 716, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação Várzea-Grandense, no município de Várzea Grande - MT;
- 4 - Portaria nº 727, de 18 de dezembro de 2007 – Associação dos Comunicadores de Arrozal, no município de Pirai - RJ;
- 5 - Portaria nº 745, de 18 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária Artística e Cultural de Santa Carmem MT - ARCASCA, no município de Santa Carmem - MT;
- 6 - Portaria nº 753, de 18 de dezembro de 2007 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Afonso Bezerra, no município de Afonso Bezerra - RN;
- 7 - Portaria nº 756, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Difusão Cultural Tradicional, no município de São Pedro do Turvo - SP;
- 8 - Portaria nº 762, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Cultural do Município de Santa Maria do Pará, no município de Santa Maria do Pará - PA;
- 9 - Portaria nº 769, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Nossa Senhora do Carmo de Platina, no município de Platina - SP;
- 10 - Portaria nº 771, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária da Comunicação de Manoel Ribas - ACOMAR, no município de Manoel Ribas - PR;
- 11 - Portaria nº 779, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Portal Rádio FM Comunitária, no município de Pomerode - SC;
- 12 - Portaria nº 782, de 20 de dezembro de 2007 – Organização Fraternal para Promoção Humana, no município de Itatiaia - RJ;
- 13 - Portaria nº 784, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Radiodifusão, Cultural, Esporte e Lazer de Alagoinha do Piauí, no município de Alagoinha do Piauí - PI;
- 14 - Portaria nº 790, de 20 de dezembro de 2007 – Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Rádio Canavieiras - FM, no município de Canavieiras - BA;

- 15 - Portaria nº 794, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Duobarrense de Radiodifusão Comunitária Duas Barras - RJ, no município de Duas Barras - RJ;
- 16 - Portaria nº 811, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Amizade FM de Radiodifusão de Porto Xavier - RS, no município de Porto Xavier - RS;
- 17 - Portaria nº 818, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária e Cultural de Santa Cecília, no município de Santa Cecília - SC;
- 18 - Portaria nº 833, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária de Comunicação Onda Livre, no município de Santana - AP;
- 19 - Portaria nº 845, de 20 de dezembro de 2007 – Radioclube de Queimados, no município de Queimados - RJ;
- 20 - Portaria nº 846, de 20 de dezembro de 2007 – Associação Geral de Moradores do Loteamento Floresta, município de Nova Friburgo - RJ;
- 21 - Portaria nº 33, de 20 de fevereiro de 2008 – Associação Habitacional de Alfenas, no município de Alfenas - MG;
- 22 - Portaria nº 65, de 6 de março de 2008 – Associação da Rádio Livre e Comunitária de Rio Branco - FM - ARLIRB, no município de Rio Branco - MT;
- 23 - Portaria nº 71, de 7 de março de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Planalto, no município de Planalto - SP;
- 24 - Portaria nº 75, de 7 de março de 2008 – Associação Cultural de Difusão Comunitária de Canitar - ACDCC, no município de Canitar - SP; e
- 25 - Portaria nº 83, de 12 de março de 2008 – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Martins Soares, no município de Martins Soares - MG.

Brasília, 13 de junho de 2008.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. P. Silva', written over a horizontal line.

MC 00041 2008

Brasília, 12 de fevereiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **Associação dos Comunicadores de Arrozal**, no município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.003580/01, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 727 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2007.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.003580/01 e do Parecer/MC/CONJUR/PAS/Nº 1270 – 1.08/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização a Associação dos Comunicadores de Arrozal, com sede na Praça São João Batista, nº 21, Centro, Arrozal, no município de Pirai, Estado do Rio de Janeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º35'54"S e longitude em 44º02'08"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

#### Nº 161, DE 2015

(nº 1.132/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL BETHEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paty do Alferes, Estado do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 660 de 21 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural Bethel para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paty do Alferes, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 545, de 2008

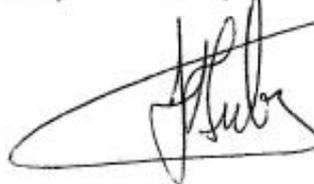
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 138, de 12 de abril de 2007 - Associação Comunitária e Cultural de Entre Rios - SC, no município de Entre Rios - SC;
- 2 - Portaria nº 158, de 12 de abril de 2007 - Associação Cultural Comunitária Arca de Poá, no município de Poá - SP;
- 3 - Portaria nº 164, de 12 de abril de 2007 - Associação Cultural Comunitária Amigos de Tangará (ACCAT), no município de Tangará - SC;
- 4 - Portaria nº 171, de 12 de abril de 2007 - Associação Comunitária Movimento Rádio Vale do Rio Bugres FM, no município de Barra do Bugres - MT;
- 5 - Portaria nº 263, de 29 de maio de 2007 - Associação de Comunicação Comunitária Três Cachoeiras, no município de Três Cachoeiras - RS;
- 6 - Portaria nº 573, de 16 de outubro de 2007 - Associação de Radiodifusão Comunitária Alegria de Anita Garibaldi, no município de Anita Garibaldi - SC;
- 7 - Portaria nº 601, de 16 de outubro de 2007 - Associação da Rádio Comunitária FM Cidade de Campos Lindos, no município de Campos Lindos - TO;
- 8 - Portaria nº 609, de 5 de novembro de 2007 - Associação Comunitária Rio Piracicaba para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, no município de Rio Piracicaba - MG;
- 9 - Portaria nº 649, de 21 de novembro de 2007 - Associação Ibirapuitense de Radiodifusão Comunitária AIRC, no município de Ibirapuitã - RS;
- 10 - Portaria nº 660, de 21 de novembro de 2007 - Associação Cultural Bethel, no município de Paty do Alferes - RJ;
- 11 - Portaria nº 740, de 18 de dezembro de 2007 - Associação do Movimento de Radiodifusão Renascer de Campo Novo - RS, no município de Campo Novo - RS;
- 12 - Portaria nº 747, de 18 de dezembro de 2007 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Cristal do Sul, no município de Cristal do Sul - RS;
- 13 - Portaria nº 778, de 20 de dezembro de 2007 - Associação Comunitária Amigos de Guaíra, no município de Guaíra - PR;
- 14 - Portaria nº 822, de 20 de dezembro de 2007 - Associação Comunitária Progressiva de Serrinha dos Pintos, no município de Serrinha dos Pintos - RN;

- 15 - Portaria nº 835, de 20 de dezembro de 2007 - Associação de Comunicação e Cultura de Campo de Santana - PB, no município de Campo de Santana - PB;
- 16 - Portaria nº 67, de 7 de março de 2008 - Associação de Difusão Comunitária de Nova Veneza, no município de Nova Veneza - GO;
- 17 - Portaria nº 68, de 7 de março de 2008 - Associação Comunitária Dabar de Comunicação, Educação e Cultura, no município de Floresta do Araguaia - PA;
- 18 - Portaria nº 72, de 7 de março de 2008 - Associação Comunitária e Cultural Vale do Rio Grande, no município de Colômbia - SP;
- 19 - Portaria nº 79, de 7 de março de 2008 - Associação de Radiodifusão Comunitária Muçum, no município de Muçum - RS;
- 20 - Portaria nº 115, de 20 de março de 2008 - Associação da Rádio Comunitária de Itaubal - AP, no município de Itaubal - AP;
- 21 - Portaria nº 127, de 20 de março de 2008 - Associação Comunitária Educativa e de Radiodifusão de Posse (GO) - ACERP, no município de Posse - GO; e
- 22 - Portaria nº 128, de 20 de março de 2008 - Associação de Radiodifusão Comunitária Amigos de São Nicolau, no município de São Nicolau - RS.

Brasília, 22 de julho de 2008.



MC 00543 EM

Brasília, 30 de novembro de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Cultural de Bethel**, no município de Paty do Alferes, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53100.000400/04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 660 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.100.000.400/04 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 1705 - 1.08 / 2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Cultural Bethel**, com sede na Avenida Brasil – nº 353- Arcozelo, no município de Paty do Alferes, Estado do Rio de Janeiro, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º 25' 24"S e longitude em 43º 25' 12"W, utilizando a frequência de 93,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**HÉLIO COSTA**

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 162, DE 2015

(nº 1.483/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à RÁDIO ADONAI FM ESTÉREO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 258 de 29 de maio de 2007, que outorga autorização à Rádio Adonai FM Estéreo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 704, de 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 254, de 29 de maio de 2007 – Associação Comunitária Rádio Comunidade FM, no município de São Cristóvão - SE;
- 2 - Portaria nº 257, de 29 de maio de 2007 – Associação de Comunicação Comunitária Iaras FM, no município de Iaras - SP;
- 3 - Portaria nº 258, de 29 de maio de 2007 – Rádio Adonai FM Estéreo, no município de São João de Meriti - RJ;
- 4 - Portaria nº 260, de 29 de maio de 2007 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Nova Prata, no município de Nova Prata - RS;
- 5 - Portaria nº 261, de 29 de maio de 2007 – Associação da Emissora Segredo FM, no município de Campo Grande - MS;
- 6 - Portaria nº 262, de 29 de maio de 2007 – Associação Comunitária “Semeando Vidas”, no município de São José dos Basílios - MA;
- 7 - Portaria nº 311, de 19 de junho de 2007 – Associação de Difusão Cultural e Comunitária Peri Piaba, no município de Peri Mirim - MA;
- 8 - Portaria nº 315, de 19 de junho de 2007 – Associação Assistencial e Educativa Comunidade Solidária de São Manuel, no município de São Manuel - SP;
- 9 - Portaria nº 351, de 28 de junho de 2007 – Associação Comunitária de Leme do Prado, no município de Leme do Prado - MG;
- 10 - Portaria nº 361, de 28 de junho de 2007 – Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa de Paiva - MG, no município de Paiva - MG;
- 11 - Portaria nº 396, de 24 de julho de 2007 – Associação Cultural Comunitária Esportiva Sete de Setembro, no município de Diadema - SP;
- 12 - Portaria nº 403, de 24 de julho de 2007 – Associação de Desenvolvimento e Integração Comunitária Nova Casa Verde, no município de Nova Andradina - MS;
- 13 - Portaria nº 405, de 24 de julho de 2007 – Associação Cultural Comunitária Renascer Rádio FM, no município de Lagoa da Prata - MG;
- 14 - Portaria nº 415, de 24 de julho de 2007 – Associação União das Mulheres Florianenses - AUMF, no município de Floriano - PI;

- 15 - Portaria nº 418, de 24 de julho de 2007 – Associação Comunitária do Jaracaty, no município de São Luís - MA;
- 16 - Portaria nº 419, de 24 de julho de 2007 – Comunidade do Bairro Santa Terezinha, no município de Canas - SP;
- 17 - Portaria nº 420, de 24 de julho de 2007 – Associação Comunitária de Marzagão, no município de Marzagão - GO;
- 18 - Portaria nº 425, de 24 de julho de 2007 – Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Visão, no município de Cubatão - SP;
- 19 - Portaria nº 429, de 24 de julho de 2007 – Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Cultural e Social de Mortugaba, no município de Mortugaba - BA; e
- 20 - Portaria nº 445, de 9 de agosto de 2007 – Associação Rádio Comunitária Sambê, no município de Rio Bonito - RJ.

Brasília, 18 de setembro de 2008.



MC 00221 EM

Brasília, 22 de junho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **RÁDIO ADONAI FM ESTÉREO**, no Município de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53770.002038/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 258 DE 29 DE MAIO DE 2007.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53770.002038/98 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 2342- 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **RÁDIO ADONAI FM ESTÉREO**, com sede na Avenida Pernambucana, 2386, Coelho da Rocha, no município de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º46'49"S e longitude em 43º20'30"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 163, DE 2015

(nº 1.608/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à SOCIEDADE DE TELEVISÃO SUL FLUMINENSE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 27 de novembro de 2008, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 13 de junho de 2005, a concessão outorgada à Sociedade de Televisão Sul Fluminense Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

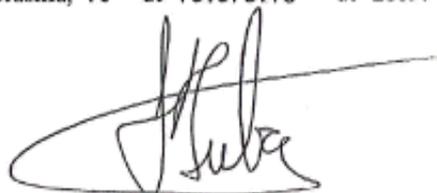
Mensagem nº 94, de 2009

Senhores Membros do Congresso Nacional,

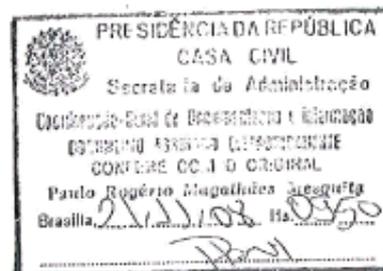
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos de 27 de novembro de 2008, que renovam as concessões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão de sons e imagens:

- 1 - Rádio e Televisão Rio Negro Ltda., no município de Manaus - AM;
- 2 - Sociedade de Televisão Sul Fluminense Ltda., no município de Barra Mansa - RJ;
- 3 - TVSBT Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., no município do Rio de Janeiro - RJ; e
- 4 - Empresa Paulista de Televisão S.A., no município de Campinas - SP.

Brasília, 18 de fevereiro de 2009.



MC 00335 2008



Brasília, 13 de junho de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, para renovação da concessão outorgada à SOCIEDADE DE TELEVISÃO SUL FLUMINENSE LTDA. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 15 (quinze) anos.
2. A concessão foi outorgada por meio do Decreto nº 75.628, de 18 de abril de 1975, publicado no D.O.U. do dia 23 de abril de 1975.
3. A renovação mais recente foi autorizada pelo Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, publicado no D.O.U. do dia 14 de outubro de 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 180, de 1995, publicado no D.O.U. do dia 8 de dezembro de 1995.
4. Pretende a requerente a renovação de sua concessão por igual período, ou seja, 15 (quinze) anos, a partir de 13 de junho de 2005.
5. Observo que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.
6. Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.
7. Nessa conformidade, e em observância aos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53000.001301/2005, que lhe deu origem.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

## DECRETO DE 27 DE NOVEMBRO DE 2008.

Renova a concessão outorgada à SOCIEDADE DE TELEVISÃO SUL FLUMINENSE LTDA, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), sem direito de exclusividade, no Município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, **caput**, da Constituição, e nos termos do art. 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 22 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.001301/2005,

**DECRETA:**

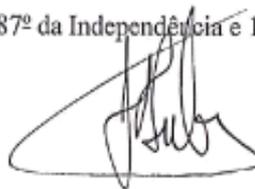
Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 13 de junho de 2005, a concessão outorgada à SOCIEDADE DE TELEVISÃO SUL FLUMINENSE LTDA, pelo Decreto nº 75.628, de 18 de abril de 1975, e renovada pelo Decreto de 13 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 180, de 1995, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), no Município de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de novembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.



À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,  
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, EM DECISÃO  
TERMINATIVA



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 164, DE 2015

(nº 1.858/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga  
autorização à ASSOCIAÇÃO  
COMUNITÁRIA DO POVO DE VARGEM  
GRANDE - RÁDIO RENDE VIDA para  
executar serviço de radiodifusão  
comunitária na cidade de  
Teresópolis, Estado do Rio de  
Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 621 de 19 de setembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária do Povo de Vargem Grande - Rádio Rende Vida para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 406 , de 2009

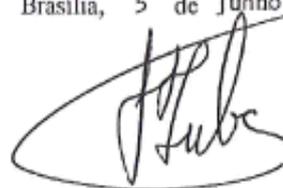
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 607, de 18 de setembro de 2008 - Associação Comunitária e Educativa de Santo Tomás de Aquino, no município de São Tomás de Aquino - MG;
- 2 - Portaria nº 610, de 18 de setembro de 2008 - Associação de Rádio e Cultura, no município de Serra - ES;
- 3 - Portaria nº 611, de 18 de setembro de 2008 - Associação Comunitária Serra do Mar, no município de Piraquara - PR;
- 4 - Portaria nº 613, de 19 de setembro de 2008 - Associação Cultural Comunitária "Feliz Cidade" Emissora FM, no município de Itatinga - SP;
- 5 - Portaria nº 616, de 19 de setembro de 2008 - Associação Comunitária Integrada de Radiodifusão, no município de Matupá - MT;
- 6 - Portaria nº 617, de 19 de setembro de 2008 - Associação Comunitária de Radiodifusão de Praia Norte, no município de Praia Norte - TO;
- 7 - Portaria nº 620, de 19 de setembro de 2008 - Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Rádio Itapebi FM, no município de Itapebi - BA;
- 8 - Portaria nº 621, de 19 de setembro de 2008 - Associação Comunitária do Povo de Vargem Grande - Rádio Rende Vida, no município de Teresópolis - RJ;
- 9 - Portaria nº 623, de 19 de setembro de 2008 - Associação Cultural e Comunitária dos Amigos de Iomerê, no município de Iomerê - SC;
- 10 - Portaria nº 624, de 19 de setembro de 2008 - Associação Beneficente e Comunitária de Bebedouro, no município de Bebedouro - SP;
- 11 - Portaria nº 625, de 19 de setembro de 2008 - Associação de Comunicação do Município de Itupiranga - Sociedade FM, no município de Itupiranga - PA;
- 12 - Portaria nº 626, de 19 de setembro de 2008 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Cedro/Pernambuco, no município de Cedro - PE;
- 13 - Portaria nº 629, de 19 de setembro de 2008 - Associação Comunitária de Desenvolvimento e Lazer de Carneirinhos - ACDLC, no município de João Monlevade - MG;
- 14 - Portaria nº 630, de 19 de setembro de 2008 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Cumari, no município de Cumari - GO;

- 15 - Portaria nº 631, de 19 de setembro de 2008 – Associação dos Moradores de Dário Meira, no município de Dário Meira - BA;
- 16 - Portaria nº 633, de 19 de setembro de 2008 – Associação Beneficente e de Radiodifusão Comunitária Pará FM, no município de Santa Cruz do Capibaribe - PE;
- 17 - Portaria nº 634, de 19 de setembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura São Francisco, no município de Jatobá - PE;
- 18 - Portaria nº 648, de 24 de setembro de 2008 – Associação Comunitária da Rádio Cidade FM dos Amigos de Alto Paraíso, no município de Alto Paraíso - RO;
- 19 - Portaria nº 666, de 14 de outubro de 2008 – Central de Organizações Populares de Contenda - PR, no município de Contenda - PR; e
- 20 - Portaria nº 676, de 14 de outubro de 2008 – Associação de Comunicação Comunitária Cultural Paraíso dos Balneários, no município de Itaara - RS.

Brasília, 5 de junho de 2009.





EM nº. 564/2008-MC

Brasília, 6 de outubro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Comunitária do Povo de Vargem Grande - Rádio Rende Vida**, no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.041651/04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 621 DE 19 DE SETEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.041.651/04 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 0606 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária do Povo de Vargem Grande – Rádio Rende Vida**, com sede na Rua Elviro Joaquim da Cunha, nº 35 – Loja 01, no município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º 22' 56" S e longitude em 42º 51' 28" W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E  
INFORMÁTICA, EM DECISÃO TERMINATIVA



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 165, DE 2015

(nº 2.047/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO AGULHAS NEGRAS DE RESENDE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 12 de junho de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Agulhas Negras de Resende Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 727, de 2009

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos adiante especificados, que renovam, por dez anos, concessões outorgadas a diversas entidades para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, conforme segue:

Decreto de 8 de agosto de 2006 (DOU do dia subsequente):

1 - Rádio Sociedade Cerro Azul Ltda., no município de Cerro Largo - RS;

Decretos de 27 de fevereiro de 2009 (DOU de 2 de março subsequente):

2 - Rádio Record de Campos Ltda., no município de Campos dos Goytacazes - RJ;

3 - Rádio Panamericana S.A., no município de São Paulo - SP;

4 - Fundação Educacional União da Serra, no município de Marau - RS;

5 - Rádio Porto Alegre de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;

6 - Rádio Barretos Ltda., no município de Barretos - SP;

Decretos de 10 de junho de 2009 (DOU do dia 12 subsequente):

7 - Rádio Tiradentes Ltda., no município de Belo Horizonte - MG;

8 - Fundação Educativa Nordeste, no município de Lagoa Vermelha - RS;

9 - Rádio Princesa do Jacuí Ltda., no município de Candelária - RS;

10 - Rádio Planalto de Perdizes Ltda., no município de Perdizes - MG;

11 - Rádio Record de Curitiba Ltda., no município de Curitiba - PR;

Decretos de 12 de junho de 2009 (DOU do dia 15 subsequente):

12 - Rádio Globo Eldorado Ltda., no município do Rio de Janeiro - RJ;

13 - Rádio Miriam Ltda., no município de Farroupilha - RS;

14 - Rádio Difusora de São João Nepomuceno Ltda., no município de São João Nepomuceno - MG;

15 - Rádio TV do Amazonas Ltda., no município de Manacapuru - AM;

16 - Rádio Agulhas Negras de Resende Ltda., no município de Resende - RJ;

17 - Rádio Mirador Ltda., no município de Rio do Sul - SC;

18 - Rádio Cultura de Araçatuba Ltda., no município de Araçatuba - SP;

19 - Rádio Club de Nova Aurora Ltda., no município de Nova Aurora - PR;

20 - Rádio Cabo Frio Ltda., no município de Cabo Frio - RJ;

21 - Fundação Champagnat, no município de Curitiba - PR;

22 - Fundação Aldeia SOS de Goioerê, no município de Goioerê - PR;

Decretos de 17 de julho de 2009 (DOU do dia 20 subsequente):

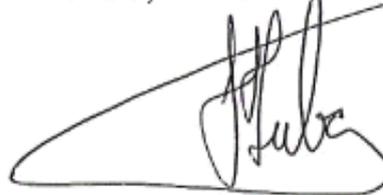
23 - Empresa Fluminense de Comunicação Ltda., no município de Niterói - RJ;

24 - Rádio Planalto de Euclides da Cunha Ltda., no município de Euclides da Cunha - BA;

25 - Rádio Ribeirão Preto Ltda., no município de Ribeirão Preto - SP; e

26 - Fundação José de Paiva Netto, no município do Rio de Janeiro - RJ.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 709/2008-MC



Brasília, 10 de dezembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o incluso projeto de Decreto, para renovação da concessão outorgada à RÁDIO AGULHAS NEGRAS DE RESENDE LTDA, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sonora em ondas médias, no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 10 (dez) anos.
2. A concessão foi originalmente outorgada à requerente pela Portaria MVOP nº 504, de 2 de junho de 1950, tendo sido renovada pela última vez pelo Decreto s/nº, de 1º de outubro de 2001, publicado no D.O.U. de 2 de outubro de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 56, de 2005, publicado no D.O.U. de 28 de fevereiro de 2005, que renovou a outorga por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994.
3. Pretende a requerente a renovação de sua concessão por igual período, ou seja, 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004.
4. Observe-se que a renovação do prazo de vigência da outorga para explorar serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamentou.
5. Cumpre ressaltar que os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se sobre o pedido, considerando-o de acordo com a legislação aplicável e demonstrando possuir a entidade as qualificações necessárias à renovação da concessão, o que me levou a deferir o requerimento de renovação.
6. Nessa conformidade, e em observância aos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal, esclareço que o ato de renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do Processo nº 53000.072051/2006, que lhe deu origem.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

Nº 111, segunda-feira, 15 de junho de 2009

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1678-2339

5



Fago saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 108, DE 2009

Aprovo o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICACAO E CULTURA DE PLANALTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 21, de 7 de maio de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Planalto para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planalto, Estado de São Paulo.

Senado Federal, em 12 de junho de 2009. Senador JOSÉ SARNEY Presidente do Senado Federal

Fago saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 309, DE 2009

Aprovo o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MOURADORES DO BAIRRO NUCLEO HABITACIONAL ALTA AGUIRRE DE CAMPOS SALLES BURRIBI - SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borebi, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 543, de 27 de setembro de 2007, que outorga autorização à Associação dos Mouradores do Bairro Núcleo Habitacional Alta dos Campos Salles Burrubi - SP para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Borebi, Estado de São Paulo.

Senado Federal, em 12 de junho de 2009. Senador JOSÉ SARNEY Presidente do Senado Federal

Fago saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 310, DE 2009

Aprovo o ato que outorga autorização à RÁDIO COMUNITÁRIA SANTOSINCO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buzos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 675, de 29 de novembro de 2007, que outorga autorização à Rádio Comunitária Santosinco FM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buzos, Estado de São Paulo.

Senado Federal, em 12 de junho de 2009. Senador JOSÉ SARNEY Presidente do Senado Federal

Atos do Poder Executivo

DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Fundação Champagnat, para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.019628/2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Fundação Champagnat pela Portaria MVOP nº 216/03, de 27 de março de 1957, e renovada pelo Decreto de 21 de dezembro de 2008, publicado no Diário Oficial da

União de 21 de dezembro de 2008, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 1039, de 18 de novembro de 2004, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelo outorgado.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 189º da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Mello Costa

DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Fundação Aldeia SOS de Cheloni, para explorar serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Guaporé, Estado do Paraná.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.047502/2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Fundação Aldeia SOS de Guaporé, pela Portaria MHI nº 195-D, de 23 de agosto de 1961, renovada pelo Decreto 6 de outubro de 1992, publicado no Diário Oficial da União de 7 de outubro de 1992, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 9, de 23 de fevereiro de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Guaporé, Estado do Paraná.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelo outorgado.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 189º da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Mello Costa

DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.017166/2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 2003, a concessão outorgada à Rádio Globo Eldorado Ltda. pelo Decreto nº 28.289, de 22 de junho de 1956, e renovada pelo Decreto de 14 de outubro de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 1998, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 239, de 29 de novembro de 2000, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelo outorgado.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 189º da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Mello Costa

DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada à Rádio Agulhas Negras de Resende Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, sem direito de exclusividade, no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 50000.072051/2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Agulhas Negras de Resende Ltda. pela Portaria MVOP nº 504, de 2 de junho de 1950, e renovada pelo Decreto de 1º de outubro de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 7 de outubro de 2001, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 86, de 23 de fevereiro de 2005, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelo outorgado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 189º da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Mello Costa

DECRETO DE 12 DE JUNHO DE 2009

Renova a concessão outorgada à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, sem direito de exclusividade, no Município de Manaus, Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223, caput, da Constituição, e nos termos dos arts. 6º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e 6º, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.000000/2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por quinze anos, a partir de 3 de agosto de 2000, a concessão outorgada à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA. pelo Decreto nº 66.693, de 11 de junho de 1950, e renovada pelo Decreto nº 92.240, de 30 de dezembro de 1985, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Manaus, Estado do Amazonas.

Parágrafo único. A concessão ora renovada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pelo outorgado.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de junho de 2009, 189º da Independência e 121ª da República.

LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Mello Costa



## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 166, DE 2015

(nº 2.180/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga  
autorização à MOVIMENTO  
COMUNITÁRIO CULTURAL E SOCIAL DE  
SANTA LÚCIA para executar serviço  
de radiodifusão comunitária na  
cidade de Duque de Caxias, Estado  
do Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 982 de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Movimento Comunitário Cultural e Social de Santa Lúcia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 732, de 2009

Senhores Membros do Congresso Nacional,

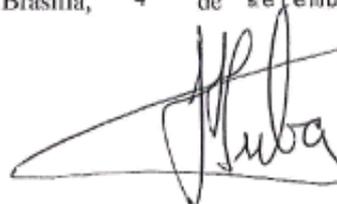
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 352, de 12 de julho de 2006 – Associação Comunitária de Marilac, no município de Marilac - MG;
- 2 - Portaria nº 722, de 18 de dezembro de 2007 – Associação Comunitária Padre Ludovico Redin, no município de Sertão - RS;
- 3 - Portaria nº 863, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária dos Radiodifusores de Cambira, no município de Cambira - PR;
- 4 - Portaria nº 866, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento do Portal do Jalapão, no município de Novo Acordo - TO;
- 5 - Portaria nº 868, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Santo Antônio, no município de Paranapoema - PR;
- 6 - Portaria nº 869, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária, no município de Piraí do Sul - PR;
- 7 - Portaria nº 872, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão Santo Antônio de Lisboa - ACSAL, no município de Japira - PR;
- 8 - Portaria nº 881, de 19 de dezembro de 2008 – União Comunitária Cataporanga - UCC, no município de Nova Tebas - PR;
- 9 - Portaria nº 883, de 19 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Defesa Cultural e Artística de Paiçandu - ACP, no município de Paiçandu - PR;
- 10 - Portaria nº 897, de 22 de dezembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Comunitário e Esportivo Açude - ACESA, no município de Volta Redonda - RJ;
- 11 - Portaria nº 903, de 22 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Povoado Pedras, no município de Marechal Deodoro - AL;
- 12 - Portaria nº 904, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Franca, no município de Franca - SP;
- 13 - Portaria nº 905, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Movimento Comunitário Ativa, no município de Mongaguá - SP;
- 14 - Portaria nº 909, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Paróquia de Barreirinha, no município de Barreirinha - AM;
- 15 - Portaria nº 910, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Amaturá, no município de Amaturá - AM;
- 16 - Portaria nº 920, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Renascer, no município de Rio das Pedras - SP;

- 17 - Portaria nº 937, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Gospel Shalon, no município de Itariri - SP;
- 18 - Portaria nº 944, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vargem Grande Paulista, no município de Vargem Grande Paulista - SP;
- 19 - Portaria nº 946, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Sete Barras, no município de Sete Barras - SP;
- 20 - Portaria nº 947, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Educativa e Social do Distrito de Rubião Júnior, no município de Botucatu - SP;
- 21 - Portaria nº 948, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Ação Morro do Ouro - AMO, no município de Apiai - SP;
- 22 - Portaria nº 949, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Nova Ramada, no município de Nova Ramada - RS;
- 23 - Portaria nº 959, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Rádio Rural FM, no município de Piedade - SP;
- 24 - Portaria nº 962, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Moríá FM de Porto Lucena RS, no município de Porto Lucena - RS;
- 25 - Portaria nº 963, de 23 de dezembro de 2008 – ACOMARES - Associação Comunitária de Radiodifusão Mares do Sul Fm, no município de Capão da Canoa - RS;
- 26 - Portaria nº 979, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária New Life FM, no município de Santa Mercedes - SP;
- 27 - Portaria nº 982, de 23 de dezembro de 2008 – Movimento Comunitário Cultural e Social de Santa Lúcia, no município de Duque de Caxias - RJ;
- 28 - Portaria nº 986, de 23 de dezembro de 2008 – Associação e Movimento Comunitário Beneficente Cultural Cidadania Taquaritubense, no município de Taquarituba - SP;
- 29 - Portaria nº 1.027, de 23 de dezembro de 2008 – Rádio Comunitária Sociedade FM de Pedregulho, no município de Pedregulho - SP;
- 30 - Portaria nº 1.031, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Difusão Comunitária Paraíso de Rios, no município de Anitápolis - SC;
- 31 - Portaria nº 1.033, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Rádio Transa Rio, no município de Rio de Janeiro - RJ;
- 32 - Portaria nº 1.042, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores do Bairro Agrovila - Santa Maria da Boa Vista - PE - ASSMOBAG, no município de Santa Maria da Boa Vista - PE;
- 33 - Portaria nº 1.043, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade Assistencial Social e Cultural Vida Feliz, no município de Fraiburgo - SC;
- 34 - Portaria nº 1.044, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Comunicação Comunitária do Distrito de Montevidéo, no município de Conceição - PB;
- 35 - Portaria nº 1.046, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária da Estância Hidromineral de Águas da Prata - SP, no município de Águas da Prata - SP;
- 36 - Portaria nº 1.056, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Amigos de Palmelo - ACAP, no município de Palmelo - GO;

- 37 - Portaria nº 1.057, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cultural Maisa - ACCM, no município de Mossoró - RN;
- 38 - Portaria nº 1.059, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Um Novo Amanhã, no município de Natal - RN;
- 39 - Portaria nº 1.062, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Morpará - ACOM, no município de Morpará - BA;
- 40 - Portaria nº 1.067, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Rádio de Souto Soares, no município de Souto Soares - BA;
- 41 - Portaria nº 1.072, de 23 de dezembro de 2008 – Organização Não Governamental Poeta Leone, no município de Aratuípe - BA;
- 42 - Portaria nº 1.073, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Tapiramutá - ARCOMUT, no município de Tapiramutá - BA;
- 43 - Portaria nº 1.074, de 23 de dezembro de 2008 – Conselho Cultural e Artístico Pedras Brancas, no município de Guaíba - RS;
- 44 - Portaria nº 1.076, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Radiodifusão Comunitária Pampeana do Bairro Martinica, no município de Viamão - RS;
- 45 - Portaria nº 1.077, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cerrograndense de Cultura e Comunicação, no município de Cerro Grande - RS;
- 46 - Portaria nº 1.080, de 23 de dezembro de 2008 – Associação do Movimento de Radiocomunicação da Cidade de Avanhandava, no município de Avanhandava - SP;
- 47 - Portaria nº 1.081, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Carlos Barbosa, no município de Carlos Barbosa - RS;
- 48 - Portaria nº 1.082, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Vale do Acarape, no município de Acarape - CE;
- 49 - Portaria nº 1.085, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária do Passo da Caveira Vila Neiva, no município de Gravataí - RS; e
- 50 - Portaria nº 1.088, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Guaibense de Apoio Cultural e Comunitário - AGACC, no município de Guaíba - RS.

Brasília, 4 de setembro de 2009.



EM nº. 47/2009 – MC



Brasília, 12 de fevereiro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Movimento Comunitário Cultural e Social de Santa Lúcia**, no Município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53770.001128/2002, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 982 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53770.001.128/2002 e do PARECER/MC/CONJUR/MGT/Nº 2406 - 1.08/2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Movimento Comunitário Cultural e Social de Santa Lúcia**, com sede na Rua 16, nº 385, Quadra 20 Lote 06, Imbariê III – Santa Lúcia, no município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º 37' 35" S e longitude em 43º 12' 55" W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**



**SENADO FEDERAL**  
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 167, DE 2015**  
**(Nº 2.380/2009, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga  
autorização à ASSOCIAÇÃO  
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA E  
ECOLÓGICA DESPERTA FM - RÁDIO  
COMUNITÁRIA DESPERTA FM para  
executar serviço de radiodifusão  
comunitária na cidade de  
Cachoeiras de Macacu, Estado do  
Rio de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a  
Portaria nº 127 de 25 de março de 2009, que outorga  
autorização à Associação Radiodifusão Comunitária e  
Ecológica Desperta FM - Rádio Comunitária Desperta FM para  
executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade,  
serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiras  
de Macacu, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor  
na data de sua publicação.

Mensagem nº 734, de 2009

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 845, de 17 de dezembro de 2008 – Associação Cantareira, no município de São Paulo - SP;
- 2 - Portaria nº 912, de 22 de dezembro de 2008 – Radiodifusão Comunitária Gralha Azul FM, no município de Araucária - PR;
- 3 - Portaria nº 966, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação de Sud Mennucci, no município de Sud Mennucci - SP;
- 4 - Portaria nº 975, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Rádio Comunitária de Botucatu, no município de Botucatu - SP;
- 5 - Portaria nº 1.048, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Cultural Kanhu - ARCK, no município de Ipuacú - SC;
- 6 - Portaria nº 1.052, de 23 de dezembro de 2008 – Sociedade de Radiodifusão de Mambucaba FM Estéreo, no município de Angra dos Reis - RJ;
- 7 - Portaria nº 1.053, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária Corupá, no município de Corupá - SC;
- 8 - Portaria nº 1.055, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Goianésia do Pará, no município de Goianésia do Pará - PA;
- 9 - Portaria nº 1.083, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Junco - ASCOMJU, no município de Granjeiro - CE;
- 10 - Portaria nº 1.135, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação São Domingos, no município de São Domingos - BA;
- 11 - Portaria nº 1.148, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Nely Andrade, no município de Salvaterra - PA;
- 12 - Portaria nº 1.164, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Comunicação Social e Cultural do Baixo Tocantins, no município de Barcarena - PA;
- 13 - Portaria nº 104, de 25 de março de 2009 – Associação da Rádio Comunitária Rota da Imigração (ARCRI), no município de Criciúma - SC;
- 14 - Portaria nº 105, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária, Cultural e Artística de Nova Santa Rosa, no município de Nova Santa Rosa - PR;
- 15 - Portaria nº 108, de 25 de março de 2009 – Associação de Comunicação Comunitária Santa Izabel, no município de Viamão - RS;

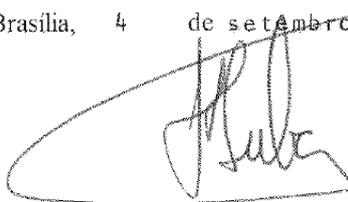
- 16 - Portaria nº 111, de 25 de março de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Estação Cocal, no município de Morro da Fumaça - SC;
  - 17 - Portaria nº 113, de 25 de março de 2009 – Associação Para o Fomento e Desenvolvimento Comunitário Rio Verdense – Águas do Pantanal, no município de Rio Verde de Mato Grosso - MS;
  - 18 - Portaria nº 114, de 25 de março de 2009 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Jacutinguense, no município de Jacutinga - RS;
  - 19 - Portaria nº 119, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Amar e Servir, no município de Itajulpe - BA;
  - 20 - Portaria nº 120, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão Maria Natividade, no município de Escada - PE;
  - 21 - Portaria nº 121, de 25 de março de 2009 – Associação Cultural Comunitária Transvida, no município de Curalinho - PA;
  - 22 - Portaria nº 122, de 25 de março de 2009 – Associação Cultural de Difusão Comunitária Canaã, no município de Ji-Paraná - RO;
  - 23 - Portaria nº 123, de 25 de março de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Bragança Paulista, no município de Bragança Paulista - SP;
  - 24 - Portaria nº 124, de 25 de março de 2009 – Associação de Comunicação e Cultura de Palmeira, no município de Palmeira - SC;
  - 25 - Portaria nº 126, de 25 de março de 2009 – Associação Educativa e Cultural de Correntina, no município de Correntina - BA;
  - 26 - Portaria nº 127, de 25 de março de 2009 – Associação Radiodifusão Comunitária e Ecológica Desperta FM – Rádio Comunitária Desperta FM, no município de Cachoeiras de Macacu - RJ;
  - 27 - Portaria nº 133, de 25 de março de 2009 – Associação dos Amigos do Bairro do Aeroporto, no município de Breves - PA;
  - 28 - Portaria nº 161, de 14 de abril de 2009 – Associação Cultural e Artística de Radiodifusão Comunitária Laminense, no município de Lamim - MG;
  - 29 - Portaria nº 162, de 14 de abril de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Amigos dos Bairros Quilombo dos Palmares e Vila Tereza, no município de Cataguases - MG;
  - 30 - Portaria nº 190, de 22 de abril de 2009 – Associação de Turismo de Taquaritinga do Norte, no município de Taquaritinga do Norte - PE;
  - 31 - Portaria nº 206, de 22 de abril de 2009 – Associação Comunitária e Cultural de Novo Horizonte, no município de Novo Horizonte - SP;
  - 32 - Portaria nº 207, de 22 de abril de 2009 – Associação Beneficente dos Moradores de Jacumã, no município de Conde - PB;
  - 33 - Portaria nº 208, de 22 de abril de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Palma Sola, no município de Palma Sola - SC;
  - 34 - Portaria nº 225, de 28 de abril de 2009 – Associação dos Fãs Clubes do Pará, no município de Belém - PA;
-

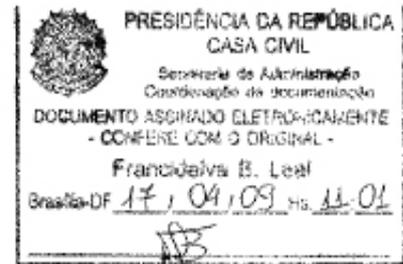
35 - Portaria nº 313, de 21 de maio de 2009 – Associação Comunitária Cultural de Comunicação de Timóteo, no município de Timóteo – MG;

36 - Portaria nº 324, de 28 de maio de 2009 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Santiago, no município de Santiago do Sul - SC; e

37 - Portaria nº 329, de 28 de maio de 2009 – Associação Beneficente de Radiodifusão Comunitária Floresta, no município de Rio Fortuna - SC.

Brasília, 4 de setembro de 2009.





53000.053108/2006-65

EM nº. 404/2009 – MC

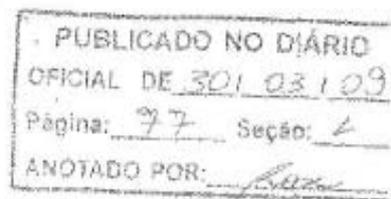
Brasília, 15 de abril de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade **Associação Radiodifusão Comunitária e Ecológica Desperta FM - Rádio Comunitária Desperta FM**, no Município de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.053108/06, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*



**PORTARIA Nº 127 DE 25 DE MARÇO DE 2009.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.053.108/06 e do PARECER/MC/CONJUR/FHL/Nº 0153 - 1.08/2009, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Radiodifusão Comunitária e Ecológica Desperta FM – Rádio Comunitária Desperta FM**, com sede na Rua da Pedreira, s/nº - Bairro Reta do Ipê, no município de Cachoeiras de Macacu, Estado do Rio de Janeiro, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º 30' 17" S e longitude em 42º 41' 03" W, utilizando a frequência de 105,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
**HÉLIO COSTA**

À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,  
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, EM DECISÃO  
TERMINATIVA



**SENADO FEDERAL**  
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 168, DE 2015**  
**(Nº 2.427/2010, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o ato que outorga  
autorização à ASSOCIAÇÃO  
COMUNITÁRIA DO BAIRRO ARTHUR  
CATALDI para executar serviço de  
radiodifusão comunitária na cidade  
de Barra do Pirai, Estado do Rio  
de Janeiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.066 de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária do Bairro Arthur Cataldi para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 932, de 2009

Senhores Membros do Congresso Nacional,

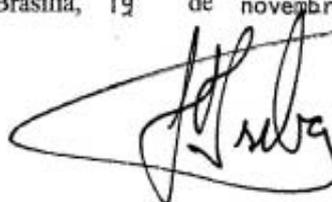
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 152, de 16 de fevereiro de 2005 – Associação Comunitária Alto Ituêto (ACAI) de Radiodifusão, no município de Santa Rita do Ituêto - MG;
- 2 - Portaria nº 169, de 12 de abril de 2007 – Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Lago Verde Maranhão, no município de Lago Verde - MA;
- 3 - Portaria nº 935, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Comunitária Novo Maracanã, no município de Campinas - SP;
- 4 - Portaria nº 936, de 22 de dezembro de 2008 – Associação Manancial FM de Radiodifusão Comunitária, no município de Ubatuba - SP;
- 5 - Portaria nº 956, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Difusão Cultural Rádio Real - FM, no município de Piratininga - SP;
- 6 - Portaria nº 973, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Rádio Comunitária Arena FM, no município de Fernandópolis - SP;
- 7 - Portaria nº 974, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Comunitária Torre de Pedra, no município de Torre de Pedra - SP;
- 8 - Portaria nº 1.014, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Morungaba, no município de Morungaba - SP;
- 9 - Portaria nº 1.041, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação de Tunápolis, no município de Tunápolis - SC;
- 10 - Portaria nº 1.045, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Pontal do Sul e Norte de Itapitanga - ASCOMP, no município de Itapitanga - BA;
- 11 - Portaria nº 1.047, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Cordeirense, no município de São José dos Cordeiros - PB;
- 12 - Portaria nº 1.051, de 23 de dezembro de 2008 – Associação de Desenvolvimento Social e Comunicação Comunitária de Caiçara Distrito de Cruz, no município de Cruz - Vila Caiçara - CE;
- 13 - Portaria nº 1.063, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Rádio Gêneses FM de Campos dos Goytacazes, no município de Campos dos Goytacazes - RJ;
- 14 - Portaria nº 1.066, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária do Bairro Arthur Cataldi, no município de Barra do Piraí - RJ;
- 15 - Portaria nº 1.070, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Sanraimundense de Comunicação, no município de São Raimundo Nonato - PI;
- 16 - Portaria nº 1.078, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Comunicação de Nova Petrópolis (ACINOVA), no município de Nova Petrópolis - RS;

- 17 - Portaria nº 1.079, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Sinimbuense para o Desenvolvimento Cultural - ASSINDESC, no município de Sinimbu - RS;
- 18 - Portaria nº 1.089, de 23 de dezembro de 2008 – Associação do Movimento de Radiodifusão de São Valério do Sul, no município de São Valério do Sul - RS;
- 19 - Portaria nº 1.097, de 23 de dezembro de 2008 – Associação dos Moradores de São Miguel do Passa Quatro, no município de São Miguel do Passa Quatro - GO;
- 20 - Portaria nº 1.105, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Social e Beneficente Distrital, no município de Ananindeua- PA;
- 21 - Portaria nº 1.131, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Arte e Cultura de Maiquinique, no município de Maiquinique - BA;
- 22 - Portaria nº 1.133, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária São Dominguesa de Comunicação e Lazer - ACSDDL, no município de São Domingos - BA;
- 23 - Portaria nº 1.143, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Canabravense de Desenvolvimento Sócio Cultural - ACCADESC, no município de São João da Canabrava - PI;
- 24 - Portaria nº 1.165, de 23 de dezembro de 2008 – Associação Cultural Comunitária Douradoquarense - ACCD, no município de Douradoquara - MG;
- 25 - Portaria nº 1.176, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária Querência - ACQUER, no município de Querência - MT;
- 26 - Portaria nº 1.210, de 30 de dezembro de 2008 – Associação Comunitária de Rádio Capitão Gervásio Oliveira - ACRACGEO, no município de Capitão Gervásio Oliveira - PI;
- 27 - Portaria nº 131, de 25 de março de 2009 – Associação Cultural de Paulo Bento, no município de Paulo Bento - RS;
- 28 - Portaria nº 158, de 14 de abril de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Guarda dos Ferreiros, no município de São Gotardo - MG;
- 29 - Portaria nº 165, de 14 de abril de 2009 – Associação Comunitária Itamontense de Radiodifusão, no município de Itamonte - MG;
- 30 - Portaria nº 209, de 22 de abril de 2009 – Associação de Rádio Difusão Comunitária Educativa de Pedras Grandes, no município de Pedras Grandes - SC;
- 31 - Portaria nº 282, de 14 de maio de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Concórdia, no município de Concórdia - SC;
- 32 - Portaria nº 284, de 14 de maio de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Luta e Liberdade, no município de Sebastião Laranjeiras - BA;
- 33 - Portaria nº 289, de 14 de maio de 2009 – Associação Liberdade e Trabalho Pela Cultura de Altinópolis, no município de Altinópolis - SP;
- 34 - Portaria nº 290, de 14 de maio de 2009 – Associação Comunitária de São Luiz do Norte, no município de São Luiz do Norte - GO;
- 35 - Portaria nº 325, de 28 de maio de 2009 – Associação dos Moradores do Bairro Bom Jesus, no município de Axixá do Tocantins - TO;

- 36 - Portaria nº 327, de 28 de maio de 2009 – Associação Comunitária Radiodifusora Voz do Povo FM, na região administrativa do Guará - DF;
- 37 - Portaria nº 328, de 28 de maio de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Ipiranga de Goiás, no município de Ipiranga de Goiás - GO;
- 38 - Portaria nº 330, de 28 de maio de 2009 – Associação Cultural Comunitária São Valentinense, no município de São Valentim - RS;
- 39 - Portaria nº 333, de 29 de maio de 2009 – Rádio Difusora Comunitária do Sul de Minas, no município de São José do Alegre - MG;
- 40 - Portaria nº 351, de 12 de junho de 2009 – Associação Cultural, Esportiva e Artesanal de Carapajó, no município de Cametá - PA;
- 41 - Portaria nº 352, de 12 de junho de 2009 – Associação Pioneira Aguiabranquense de Radiodifusão Para a Promoção da Cultura, Artes e Educação, no município de Águia Branca - ES;
- 42 - Portaria nº 356, de 12 de junho de 2009 – Associação Comunitária de Comunicação Popular de Palhano - ACCPP, no município de Palhano - CE;
- 43 - Portaria nº 358, de 12 de junho de 2009 – Associação de Lazer União e Cultura de Capela de Santana, no município de Capela de Santana - RS;
- 44 - Portaria nº 365, de 16 de junho de 2009 – Associação Comunitária de Radiodifusão de Mateiros, no município de Mateiros - TO;
- 45 - Portaria nº 367, de 16 de junho de 2009 – Associação de Moradores do Conjunto Hawthorne, no município de Peabiru - PR;
- 46 - Portaria nº 415, de 13 de julho de 2009 – ONG - Instituto Nossa Senhora de Nazaré de Educação, Esporte e Lazer de Barcarena Pará - INSNEELB, no município de Barcarena - PA;
- 47 - Portaria nº 430, de 23 de julho de 2009 – Associação de Rádio Comunitária de Dom Corrêa, no município de Manhuaçu - MG;
- 48 - Portaria nº 438, de 28 de julho de 2009 – Associação Cultural Comunitária Viadutense, no município de Viadutos - RS;
- 49 - Portaria nº 559, de 13 de agosto de 2009 – Associação Cultural e Comunitária Aliança FM, no município de Aliança - PE; e
- 50 - Portaria nº 563, de 13 de agosto de 2009 – Associação de Radiodifusão Comunitária Nova Era, no município de Caçapava do Sul - RS; –

Brasília, 19 de novembro de 2009.



EM nº. 284/2009 – MC

Brasília, 16 de março de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **Associação Comunitária do Bairro Arthur Cataldi**, no Município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53000.059814/2005, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa*

**PORTARIA Nº 1066 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.059814/2005 e do PARECER/MC/CONJUR/JSN/Nº 1586 - 1.08 / 2008, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à **Associação Comunitária do Bairro Arthur Cataldi**, com sede à Rua Reverendo Abdias Ferreira Nobre, n.º 659, Bairro Arthur Cataldi, no município de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 22º26'45"S e longitude em 43º48'03"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



**HÉLIO COSTA**

À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,  
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, EM DECISÃO  
TERMINATIVA

## ABERTURA DE PRAZO

Os Projetos de Decreto Legislativo nºs 159 a 168, de 2015, em conformidade com o inciso III do art. 91 do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pela CCT, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, "c", da Norma Interna.

## TÉRMINO DE PRAZO

Encerrou-se no dia 5 de junho o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei do Senado nºs 62, de 2013; e 286, de 2014.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

## AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– **Nº 44, de 2015 (nº 588/2015, na origem)**, encaminhando o relatório das atividades do Tribunal de Contas da União referente ao 1º trimestre do exercício de 2015.

À CMA.

O Aviso encontra-se disponibilizado eletronicamente no sítio do Senado Federal.

## MENSAGENS DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Nºs 198 e 199, de 2015**, na origem, que restituem os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2012; e do Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2009, sancionados e convertidos nas Leis nºs 13.130 e 13.131, de 2015, respectivamente.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

## COMUNICAÇÃO

OF. Nº 37/2015-BLUFOR

Brasília, 8 de junho de 2015

Senhor Presidente

Com meus cordiais cumprimentos, indico a Vossa Excelência o meu próprio nome para integrar, como membro Suplente a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, na vaga ocupada pelo Senador Blairo Maggi.

Atenciosamente, – Senador Fernando Collor, Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB – PR – PSC – PRB.

*(Será feita a substituição solicitada.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Como primeiro orador inscrito na sessão de hoje, temos S. Ex<sup>a</sup> o Senador Telmário Mota, a quem passo a palavra.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Apoio Governo/PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor de Mello; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, venho a esta tribuna hoje, de certa forma, com o coração partido, porque a revista *IstoÉ* desta semana traz uma matéria com denúncia extremamente grave do meu Estado.

A revista traz, nas pp. 40, 41 e 42, uma grave denúncia, de que, em sendo verdade e mesmo não sendo, é preciso que haja uma rigorosa apuração por parte dos órgãos de controle do Governo Federal.

Diz a revista:

A Fazenda Recreio, localizada em Boa Vista, capital de Roraima, é uma área [...] com 1,6 mil hectares, com pouca infraestrutura urbana e baixa atratividade para o agronegócio. Ali perto passam poucos ônibus, não há escolas [estaduais] para as crianças ou postos de saúde. Mesmo assim, o local foi escolhido para abrigar um empreendimento do Minha Casa, Minha Vida, projeto do Governo Federal que consiste em oferecer imóveis a preços populares para a população de baixa renda. Poderia ter sido apenas um erro de avaliação, um equívoco técnico cometido por profissionais desavisados. Os motivos que levaram à escolha da região, porém, são bem mais nebulosos. A fazenda pertence à família do Senador Romero Jucá (PMDB). Para comprar uma pequena parte do terreno (de 26 hectares), a Caixa desembolsou R\$4 milhões. Mas essa conta não fecha. Um hectare na região está

avaliado em R\$60 mil. Em valores de mercado, a Caixa deveria ter pago, portanto, algo como R\$1,5 milhão pelos 26 hectares, ou R\$2,5 milhões a menos.

É com muita tristeza que vejo isso, porque conheço essa localidade. Não vale esse preço. Isso precisa ser apurado.

Estou iniciando um ofício ao Ministério Público Federal, estou iniciando outro ofício à Controladoria-Geral da União e também estou iniciando outro ofício ao Tribunal de Contas da União. Isso precisa ser rigorosamente apurado! Meu Estado não aguenta mais conviver com esse tipo de procedimento. Quem errou tem que pagar! Quem errou tem que pagar!

Não sou aqui o paladino da honestidade. Na hora em que eu errar aqui, não vou bater na porta de ninguém, e quero ser punido no rigor da lei; mas também não vou permitir que isso aconteça mais contra o meu Estado. Ninguém vai usar mais tráfico de influência, ninguém vai usar o poder para atrair, comprando terreno dessa forma, vendendo em local menos apropriado, e o nosso povo sendo sacrificado.

Portanto, mostro aqui, com muita tristeza, esta revista *IstoÉ* desta semana, que traz essa matéria que deixa, mais uma vez, o meu Estado em situação extremamente constrangedora. São vários os fatos, e aqui os responsáveis têm de ser punidos. Na hora em que eu errar aqui, não vou bater, não vou pedir clemência de ninguém. Eu quero que seja rigorosamente punido. É preciso moralizar.

Eu vi uma pesquisa ontem, Presidente Collor, informando que, em 2013, o Congresso tinha uma aprovação de 33%. Isso caiu para menos de 9%. Essa é hoje a credibilidade que nós temos. Ou a gente começa cortando na carne, moralizando a Casa, ou, do contrário, nós vamos ficar aqui sem nenhuma credibilidade, mexendo na vida do cidadão e da cidadã, de forma que não tenhamos o apoio das ruas, não tenhamos o apoio da população para fazer as transformações de que hoje o Brasil precisa.

O Congresso é o agente da transformação, da reforma política, da reforma ética e da reforma moral. Mas, para isso acontecer, é preciso que haja transparência. Para isso acontecer, é preciso que as pessoas tenham um mínimo de coerência. Não é possível você colocar na Comissão de Ética... E eu vou falar amanhã para o Presidente Renan Calheiros: "Como é que se indica, para a Comissão de Ética, Senadores que estão envolvidos em qualquer ato de irregularidade?"

Eu tenho um processo há dez anos, processo jamais envolvido em corrupção, mas não me senti habilitado para pedir para a Comissão de Ética. É preciso ter ética. É preciso ter moral. Comissão de Ética é para Senadores que estão totalmente limpos para poderem julgar qualquer irregularidade, de quem quer que seja. Ninguém com a mão suja tem capacidade para julgar alguém.

Então, fica aqui o meu protesto, a minha colocação. E vamos iniciar essa apuração, porque é muito grave a denúncia da revista *IstoÉ*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Convido V. Ex<sup>a</sup>, Senador Telmário Mota, a assumir a presidência dos trabalhos. (*Pausa.*)

Em substituição ao Senador Telmário Mota, então, convido S. Ex<sup>a</sup> a Senadora Gleisi Hoffmann para assumir a presidência dos trabalhos desta sessão legislativa.

*O Sr. Fernando Collor deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr<sup>a</sup> Gleisi Hoffmann.*

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Passo a palavra, então, ao próximo orador inscrito, Senador Collor.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco União e Força/PTB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex<sup>m</sup>a Sr<sup>a</sup> Presidente desta sessão, Senadora Gleisi Hoffmann; Ex<sup>m</sup>os Srs. Senadores, Ex<sup>m</sup>as Sr<sup>as</sup> Senadoras, há três meses, apresentei desta tribuna um minucioso trabalho que realizei nos últimos dois anos sobre Reforma Política e ao qual dei o título de "Reconstrução da Política Brasileira – Bases e Componentes para uma ampla, completa e orgânica Reforma Política". Distribuí a publicação a todos os parlamentares do Congresso Nacional e também aos governos estaduais, assembleias legislativas, ministérios, tribunais, entidades, universidades e à imprensa em geral.

Desse trabalho, com mais de 250 páginas, constam 33 propostas específicas para consolidar uma autêntica reforma de todo o nosso sistema político. Conforme anunciei minha intenção naquele discurso, solicitei ao DataSenado, nosso instituto de aqui da Casa, uma pesquisa completa para colher a opinião da população brasileira acerca das propostas que apresentei, visto que, como sempre afirmei, o estudo se deu com base na opinião coletada, desde as manifestações de junho de 2013, de especialistas, autoridades, entidades, jornalistas e da própria população brasileira.

Pois bem, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há cerca de uma semana, recebi o relatório da pesquisa. Além das perguntas sobre o perfil dos entrevistados, foram formuladas 24 questões diretamente ligadas às minhas propostas. Dezoito delas tiveram a concordância da população; apenas em cinco houve discordância, além de um empate exato, de 50% a 50%, em uma das questões. Ou seja, do total dos quesitos apurados, houve um percentual de 75% a 79% de concordância do eleitorado com as propostas ali apresentadas.

Contudo, Sr<sup>a</sup> Presidente, a principal e notória conclusão que pude extrair de toda a pesquisa é que, de modo geral, a população quer menos tudo: menos políticos, menos candidatos, menos partidos políticos, menos mandatos, menos tempo de exercício de mandatos, menos eleições, menos campanha, menos gastos, menos propaganda eleitoral, menos financiamento eleitoral, menos Municípios e suas estruturas políticas, e também menos privilégios para as autoridades. E essa foi exatamente, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a concepção básica da proposta como um todo para reestruturar a política brasileira. De fato, o que pude observar, ao longo do estudo, foi o desejo da população de que, inicialmente, e a despeito da necessidade de alteração do nosso sistema político e seus subsistemas, a sociedade quer, acima de tudo, um enxugamento, uma redução significativa da cena política brasileira, a começar pelos seus agentes e suas estruturas, e tudo mais que orbita em torno desse universo.

Antes, porém, de detalhar os resultados, gostaria de esclarecer que as pesquisas realizadas pela Secretaria de Transparência, por meio do DataSenado – e isso é importante que se divulgue ao máximo –, são realizadas rigorosamente dentro das técnicas e estatísticas que demandam uma coleta de opinião pública dessa envergadura. Para a pesquisa que solicitei, foram entrevistados 1.100 brasileiros, dentro da proporcionalidade que se exige para refletir os perfis de nossa população, considerando a região, a idade, o gênero, o grau de instrução e a renda, tudo dividido nas faixas correspondentes de cada indicador. A margem de erro da pesquisa varia de -3% a +3%. Ou seja, tudo dentro dos parâmetros científicos exigidos para se ter a credibilidade desejada.

Assim, Sr<sup>a</sup> Presidente, agradeço de antemão pela excelência do trabalho e pelo empenho de toda a equipe do DataSenado, nas pessoas, primeiro, de S. Ex<sup>a</sup> a Senadora Lúcia Vânia, responsável pela Ouvidoria do Senado Federal –copartícipe das atividades de pesquisa; da Sr<sup>a</sup> Elga Mara Teixeira Lopes, diretora da Secretaria de Transparência; dos assessores Thiago Cortez Costa e Tania Mara Fusco; do Sr. Marcos Ruben de Oliveira, coordenador de Controle Social, e do Sr. Carlos Eugenio Varella Escosteguy, chefe do Serviço de Pesquisa DataSenado.

Inicialmente, apresentarei o cotejamento dos 18 resultados da pesquisa com as propostas do meu trabalho, em que houve concordância majoritária por parte da população.

#### 1º) Necessidade da Reforma Política

Resultado: 80% dos entrevistados acreditam que a Reforma Política trará vantagens para o País. A constatação da necessidade de Reforma Política se dá com maiores percentuais na população com ensino superior (89%) e de maior renda (92%).

#### 2º) Voto Facultativo

Resultado: 70% são favoráveis ao voto facultativo. O DataSenado vem realizando essa pesquisa quanto ao voto facultativo desde 2011, comprovando ser crescente o percentual favorável: 65% (2011), 69% (2013) e 70% (2015). A adesão à proposta é crescente à medida que aumenta o nível de escolaridade: ensino fundamental (62%), ensino médio (70%) e ensino superior (73%). Do mesmo modo, há uma concentração maior de concordância com o voto facultativo na população com maior poder aquisitivo e ainda na faixa populacional entre 40 e 59 anos. Contudo, entre os jovens (16 a 19 anos), curiosamente há uma inversão na preferência: 58% optaram pelo voto obrigatório e 42%, pelo facultativo. É um dado que merece reflexão.

#### 3º) Permissão de apenas uma reeleição para o mesmo cargo no Legislativo

Resultado: 55% são a favor de apenas uma reeleição; 31% são favoráveis ao fim da reeleição; e 13% a favor de não haver limite para a reeleição, como é hoje. A proposta que apresentei é de apenas uma reeleição para o mesmo cargo legislativo.

#### 4º) Limite à quantidade total de mandatos legislativos

Resultado: 73% são a favor de limitar a quantidade total de vezes que um político possa se reeleger no Poder Legislativo, contra 26% contrários. A proposta que apresentei limita a seis o total de mandatos parlamentares que alguém possa exercer, em qualquer esfera, consecutivos ou não, considerando, porém, o mandato de seis anos para todos os cargos.

A pesquisa mostra que o apoio à limitação aumenta ainda mais entre a camada da população de ensino superior. Vai a 81%.

#### 5º) Voto majoritário nas eleições para Deputados Estaduais e Vereadores

Resultado: 86% aprovam a adoção do sistema majoritário contra 14% que preferem manter o atual modelo proporcional. A aprovação à proposta aumenta conforme sobe o nível de escolaridade, chegando a 89% no nível superior e de renda e a 90% entre os que recebem mais de dez salários mínimos.

6º) Fim do horário político nos anos sem eleições

Resultado: 72% aprovam o fim do horário político no rádio e TV nos anos em que não houver eleições, e 27% se manifestaram a favor da manutenção do horário em todos os anos, como é hoje.

7º) Redução para 300 o número total de Deputados Federais e para três o número mínimo de cadeiras dos Estados menos populosos

Resultado: 91% concordam com a redução. Pela proposta que apresentei, a diminuição seria de 513 Deputados para 307. Este número seria fixado sempre como o máximo de cadeiras, ou seja, os ajustes de representação proporcional dos Estados que se fizerem necessários ao longo tempo seriam feitos dentro desse limite. A proposta fixa ainda um mínimo de três cadeiras para Estados com até 1 milhão de habitantes e 66 para o caso, por exemplo, de São Paulo, Estado de maior população. O mínimo hoje é de 8 e o máximo de 70.

8º) Redução para 2 o número de Senadores por Estado

Resultado: 88% concordam com a diminuição. A proposta que apresentei prevê não só a redução para duas cadeiras, mas também o aumento do número de Estados de 26 para 24, mais o Distrito Federal, por meio da divisão de alguns Estados de maior extensão territorial. Assim, em vez de 81 Senadores, teríamos 70.

9º) Suplente de Senador definido por meio de eleição

Resultado: 84% concordam com a proposta. A sugestão que apresentei é a eleição de Senador em dois turnos, sendo que, no primeiro turno, o eleitor pode votar em até dois candidatos. Vão ao segundo turno os quatro mais bem votados, sendo os dois primeiros eleitos como titulares e os dois últimos como suplentes. No segundo turno, vota-se em apenas um candidato. Essa proposta ganha maior adesão nas camadas de ensino superior (91%) e de maior renda (99%).

10º) Aproveitamento dos votos brancos para definição de proporcionalidade das cadeiras de Deputados Federais a serem preenchidas, ou seja, o direito à não representação

Resultado: 67% se mostraram favoráveis contra 31% contrários. A proposta apresentada prevê que o percentual de votos brancos no primeiro turno para Deputados Federais, voto no partido, definirá o número de cadeiras que não serão preenchidas. O apoio à proposta, praticamente desconhecida no Brasil, aumenta na população mais jovem, de 16 a 19 anos, 72% a aprovam; e de renda acima de 10 salários mínimos, 74% aprovando. Note-se que esta proposta pode ser adotada qualquer que seja o modelo para eleição de Deputado, inclusive para a eleição nos moldes de hoje.

11º) Perda de mandato para Parlamentar que assumir cargo no Executivo

São 84% que concordam com a proposta. A proposição ganha apoio à medida que aumenta a escolaridade, chegando a 86% na população de nível superior.

12º) Proibição de candidatura na eleição seguinte para quem mudar de domicílio eleitoral

Resultado: 60% concordam com a proibição contra 39% que discordam.

13º) Redução da campanha eleitoral, restringindo o período a um mês antes do primeiro turno

Resultado: 66% concordam com a redução contra 34% que discordam. Como hoje a campanha para o primeiro turno é de 45 dias, a proposta, então, reduziria esse período em 15 dias – ficaríamos com 30 dias somente.

14º) Conteúdo das campanhas eleitorais restrito à apresentação de propostas e debates entre os candidatos

Resultado: 77% aprovam a proposta contra 22% que desaprovam. O apoio à proposição cresce à medida que aumenta a escolaridade, chegando a 81% entre os eleitores de nível superior.

15º) Proibição de ofensas e agressões pessoais durante a propaganda eleitoral

Resultado: 84% se manifestaram favoráveis e 15% desfavoráveis. O apoio à proposta cresce à medida que aumenta a escolaridade, chegando a 87% entre os eleitores de nível superior. A proposta que apresentei refere-se à manifestação e exibição de matérias de ataques, acusações, difamações, injúrias, calúnias ou ofensas de natureza pessoal ou partidária que visem a desmoralizar os adversários.

16º) Limite máximo para gastos das campanhas eleitorais

Resultado: 88% são favoráveis contra 10% contrários. O apoio à proposta cresce à medida que aumenta a escolaridade e renda, chegando a 96% entre os eleitores de nível superior e 98% para os que ganham acima de 10 salários mínimos.

17º) Fixação em 10 mil habitantes como limite mínimo para existência de Município

Resultado: 68% aprovam a proposta contra 30% que reprovam. A pesquisa mostra ainda uma maior adesão à proposta quanto maior for a escolaridade, 70%; a renda, 76%; e a idade, 75% dos entrevistados.

18º) Fim da prerrogativa de foro no julgamento de políticos mandatários

Resultado: 95% se mostraram favoráveis à proposta contra 5% desfavoráveis. A proposta que apresentei é de não haver prerrogativa de foro nos crimes comuns.

Essas foram, Srª Presidente, as 18 propostas que compõem o meu estudo e com as quais houve ampla maioria de concordância da população.

Outra proposta apresentou resultado totalmente dividido. Trata-se da obrigatoriedade de renúncia do político que se candidatar a outro cargo durante o exercício do mandato. O Resultado: 50% se manifestaram favoráveis e 50% contrários, ou seja, um rigoroso empate, denotando que o assunto merece um aprofundamento na discussão.

Já as cinco propostas para as quais a pesquisa revelou haver uma discordância da população são as seguintes:

1º) Eleição de Deputados Federais em dois turnos, sendo no primeiro turno o voto no partido, para definição do número de cadeiras pela proporcionalidade obtida por cada partido, e, no segundo turno, o voto no candidato

Resultado: 42% aprovam a proposta contra 56% que desaprovam. Destaque-se que a proposta apresentada teve amplo apoio, 63% contra 37%, na população mais jovem, de 16 a 19 anos. Deve-se considerar também que a votação de 42% não deixa de ser expressiva para uma proposta pouco conhecida e pouco divulgada. Ademais, há uma relativa dificuldade de explicação e compreensão desse modelo pouco estudado, ainda mais no contexto de uma eleição pelo sistema proporcional.

2º) Unificação das eleições estaduais com as municipais

Resultado: 55% são favoráveis à unificação total das eleições federais, estaduais e municipais. A proposta de unificar as eleições estaduais com as municipais é apoiada por 18%. Já o modelo atual, federais e estaduais juntas, restando as municipais sozinhas, é apoiado por 22%. Considerando a margem de erro da pesquisa, para mais 3% ou para menos 3%, há um empate técnico entre essas duas últimas propostas, acentuado mais ainda nas camadas da população de maior escolaridade, 18% a 18%. O resultado se inverte nas camadas de maior renda: 21% a 19%, entre cinco e dez salários mínimos; e 15% a 13%, mais de dez salários mínimos, favoráveis à unificação das eleições estaduais com as municipais, restando soltas as federais.

Comparando os resultados dessa pesquisa com os das anteriores realizadas pelo Datafolha ou pelo Data-Senado, de 2011 e 2013, e considerando as margens de erro, Presidenta mais 3% e menos 3%, o relatório atual conclui que não há consenso em relação à unificação ou não das eleições no Brasil. Isso porque, em 2011, 52% apoiavam a unificação contra 47% que apoiavam a separação das eleições, que é o modelo atual. Já em 2013, 50% escolheram manter as eleições separadas, contra 48% que optaram pela unificação. Ou seja, o tema precisa ser mais debatido e maturado, de preferência de forma vinculada a outros fatores correlacionados, como a coincidência e o tamanho dos mandatos, o intervalo entre as eleições, o calendário e as campanhas eleitorais, o tempo gasto para se votar, entre outros.

3º) Mandato de seis anos para todos os cargos

Resultado: 74% são favoráveis ao mandato de quatro anos para todos os cargos, inclusive o de Senador. A proposta de seis anos para todos os cargos recebeu apoio de 12%. São favoráveis ao atual modelo, este que estamos vivendo ou vivenciando, 7%, ou seja, oito para Senador e quatro para os demais cargos. Apenas 1% apoia dez anos para Senador e cinco para os demais cargos. A proposta que apresentei de seis anos de mandato é complementar e consentânea com o fim da reeleição, com a adoção do limite máximo de exercícios de mandatos parlamentares em seis e com o aumento do intervalo entre as eleições, de três em três anos, alternadamente, entre eleições federais, e estaduais e municipais.

Considerando que nessa questão a pesquisa apresentava quatro alternativas, não deixa de ser expressiva a proposta de seis anos ser a segunda mais votada, à frente das opções do atual modelo – quatro e oito anos – e do mandato de cinco anos. Destaque-se ainda ter a opção de seis anos alcançado 17% do apoio na população de nível superior e 19% na camada de maior poder aquisitivo. O tema, inclusive, foi o que apresentou o maior percentual, 5%, nas opções “outro” e “não sabe”.

Como a duração do mandato deve ser definida sempre em conjunto com outras medidas – fim ou não da reeleição, eleições unificadas ou intercaladas, limitação ou não do número total de mandatos legislativos, entre outros –, a pesquisa mostra que o tema merece um debate mais aprofundado e uma maior divulgação dos pressupostos e resultados de cada modelo, até porque a pesquisa como um todo mostra ser nítida, hoje, a opção dos entrevistados por alternativas reducionistas ou mais econômicas, que, no caso da duração do mandato, não se justificam integralmente.

4º) Proibição de partido recém-criado participar na eleição seguinte. Resultado: 59% se mostraram contrários à proposta, contra 40% favoráveis. Neste caso, pode-se fazer uma adaptação na proposta, instituindo a proibição apenas para partidos criados, por exemplo, um ou dois anos antes da eleição.

5º) Divisão de Estados de grande extensão territorial para criação de novos Estados. Resultado: 63% dos entrevistados se manifestaram contrários, contra 36% favoráveis. A proposta foi apresentada concomitantemente, de forma compensatória, à proposta de significativa redução do número de Municípios existentes por meio da fixação do limite mínimo de 10 mil habitantes. Trata-se de uma reforma geopolítica de valorização tanto dos Municípios como dos Estados, não só em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos.

Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse foi o resultado da pesquisa do DataSenado, demonstrando ser ela uma ferramenta vital para o debate parlamentar e a decisão política. A partir de amanhã o relatório completo dessa pesquisa estará disponível para consulta na minha página pessoal, bem como no Portal Transparência do Senado Federal.

Lembro que, ao todo, apresentei no meu estudo 33 propostas. Por questão de metodologia, especialmente quanto ao tempo máximo de duração de uma entrevista dessa complexidade, não foi possível abranger todos os 33 itens do estudo.

Nesse sentido, solicitei nova pesquisa do DataSenado, de modo a completar todas as propostas que apresentei. O relatório dessa segunda etapa deve estar pronto em agosto próximo.

Assim, tão logo tenha os resultados desse levantamento complementar, farei um novo cotejamento para finalizar o estudo comparativo entre as propostas do trabalho e a opinião pública coletada.

Em seguida, como Presidente do Conselho de Estudos Políticos do Senado Federal, levarei o tema à discussão com os integrantes do foro para amadurecer o estudo, debatê-lo, atualizá-lo e, por fim, definir a melhor forma de encaminhamento político e legislativo de uma proposição completa de Reforma Política.

E digo isso, Srª Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, pois não há como deixar de observar o que vem ocorrendo hoje, no Congresso Nacional, no tocante a tudo aquilo para o qual chamei a atenção em meu primeiro discurso em relação às dificuldades, impropriedades e incoerências na deliberação deste tema. O quadro político e legislativo que hoje se apresenta, em meio à condução e ao trato dessa matéria, é a melhor justificativa que temos para tentar reconstruir a política brasileira.

O estudo completo e detalhado que apresentei foi no sentido de alertar para a inviabilidade do fenômeno que está ocorrendo, em que, se não bastasse a atual fragmentação do nosso sistema político-partidário, vemos também, a fragmentação do seu próprio debate e deliberação.

Não se pode, Srª Presidente, reformar o sistema político de forma desintegrada, desconectada, ou seja, ponto a ponto, de forma isolada e sem nenhuma conexão com outros fatores direta ou indiretamente relacionados. Exemplo típico foi o que ocorreu, na Câmara dos Deputados, com o fim do instituto da reeleição, antes mesmo de se decidir, por exemplo, sobre a extensão dos mandatos. Afinal, um é pressuposto do outro. Da mesma forma, não se pode decidir sobre financiamento de campanha antes de definir os sistemas eleitoral e partidário que desejamos.

Em suma, Srª Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, a verdadeira e almejada reforma política demanda estudo, consulta, tempo, debate, maturação e, acima de tudo, um consenso mínimo e coerente de estratégia e procedimentos para que ela possa avançar. Não é recomendável discutir, menos ainda votar, a toque de caixa, dois ou três pontos escolhidos e impostos simplesmente pela conveniência política do momento, ainda mais quando são esses pontos desconexos ou dependentes de outras variáveis.

Sintetizando, Srª Presidente, não se deve tratar de uma árvore sem pensar na floresta. Como bem afirmava José Honório Rodrigues, "as reforminhas eleitorais sempre foram a via inerte da caminhada brasileira".

Por isso não podemos nos permitir cair na armadilha preconizada pelo Senador Melo Matos, já em 1846, desta mesma tribuna do Senado Federal, quando dizia:

Quando se dá o caso da necessidade, ou quando aparece a urgência de uma medida, tudo se pode fazer, tudo se quer fazer, e, por fim, nada se faz; toma-se uma medida interina, e essa fica para sempre, porque, passada a crise, se esquece a urgência.

Finalizando, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é por esses motivos que tenho me dedicado a chamar à atenção e tentado, dentro das limitações e competências, porém, com os diversos instrumentos de que dispomos aqui no Parlamento, implantar uma metodologia factível para que possamos concretizar a reconstrução política que a sociedade brasileira exige.

Muito obrigado, Srª Presidente.

Muito obrigado, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Queria parabenizar V. Ex<sup>a</sup>, Senador Fernando Collor. Eu recebi o estudo que V. Ex<sup>a</sup> fez e acho que é um dos mais consistentes a que eu já tive acesso sobre reforma política.

Claro que podemos ter pontos divergentes, mas é um estudo de fôlego. E como bem disse V. Ex<sup>a</sup>, não dá para tratar um tema como esse de maneira rápida, desconectada, com pontos que não são talvez os mais relevantes.

Espero que esta Casa, o Senado da República, tenha bastante equilíbrio quando receber as votações da Câmara dos Deputados, para que, de fato, se formos mexer na legislação vigente, nós o façamos para melhorar e beneficiar o sistema democrático brasileiro.

Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. FERNANDO COLLOR** (Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Quero registrar que no último sábado foi reeleito como Diretor-Geral da FAO o brasileiro José Graziano, que foi reconduzido com 177 votos dos 182 países presentes na 39<sup>a</sup> Conferência da entidade em Roma.

Ele foi eleito, pela primeira vez, em 2011, e ficará no cargo por mais quatro anos. E deve apresentar agora o relatório dos últimos dois anos à frente do órgão.

Agrônomo, professor e escritor, José Graziano foi Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome enquanto a pasta existiu, entre 2003 e 2004, no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele coordenou a elaboração do Programa Fome Zero, dando também início a sua implementação.

É importante registrar que relatório recente da Organização das Nações Unidas evidenciou que o Brasil reduziu em 82,1% o número de pessoas subalimentadas no período de 2002 a 2014. Ou seja, em 12 anos, o Brasil reduziu a fome em 82%. É a maior queda registrada entre as seis nações mais populosas do mundo.

Com a palavra, agora, para uma comunicação inadiável, a Senadora Simone Tebet.

Em seguida, estou inscrita. E, logo a seguir, a Senadora Ana Amélia e o Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Senadora Gleisi, eu peço para me inscrever pela Liderança do Bloco de Oposição.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Gleisi Hoffmann. Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Pois não.

Com a palavra, Senadora.

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (Bloco Maioria/PMDB – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Presidente Gleisi Hoffmann, em seu nome eu cumprimento os demais Senadores e Senadoras que se fazem aqui presentes, os telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado.

Sr<sup>a</sup> Presidente, este final de semana fui surpreendida por uma matéria publicada no *Estadão*, na sessão de política, cujo título é: “Planalto já age para reduzir pressão de Estados e municípios”.

No subtítulo consta: “Dilma discute com titular da Fazenda antecipação de pacote de reforma tributária para contrapor a ação no Congresso”.

No corpo da matéria, uma frase me chamou muito a atenção: “A avaliação é que tais mudanças [que estão sendo tratadas no Palácio] poderiam aliviar o caixa dos Estados e municípios e desarmar a pauta legislativa que se forma contra o governo federal”.

Abre aspas: “O Executivo só perde este debate se quiser (...). Se o Governo tomar a iniciativa e propor essas reformas, é muito difícil o Legislativo ganhar com a pauta que está em discussão”. Fecha aspas.

Eu quero dizer aqui, para aqueles que estão nos ouvindo, a razão da minha preocupação. O que nós estamos propondo nesta Casa, por meio de uma comissão especial para discutir um novo Pacto Federativo, levantando as distorções que hoje existem, agilizando os projetos que possam e estão em condições de ser votados, para aliviar os cofres dos Estados e Municípios e propor outras medidas legislativas, não tem nada a ver com guerra ou com ataque ao Governo Federal.

Esta pauta legislativa não é contra o Governo Federal. Esta pauta legislativa que o Senado propõe é a favor dos Estados e dos Municípios, é a favor do povo brasileiro, porque o que nós vemos todos os dias, durante todo o ano, por diversos anos, aqui em Brasília, é uma verdadeira romaria de prefeitos, governadores, secretários municipais e secretários estaduais atrás de recursos públicos para realizar obras de infraestrutura e entregar os serviços mais essenciais à sua população.

Transitam nos corredores do Congresso Nacional, no Senado, na Câmara, em nossos gabinetes, gestores públicos que não sabem mais o que fazer com tanta demanda, com tanto pedido por parte da sua comunidade.

Vemos, a cada dois anos ou anualmente, os prefeitos em marcha, na Marcha, clamar por um novo Pacto Federativo. E é disso que estamos tratando nesta Casa. Neste momento, precisamos avançar, Senador Moka. Está na hora de o Congresso Nacional assumir seu papel.

Hoje, vamos ao interior, conversamos com a população – eu já tive a oportunidade de fazer isso –, e esta não entende por que os governadores e os prefeitos vêm tanto a Brasília. É por incompetência? É por incapacidade? É por falta de equipe de gestão? A resposta é “não” a todas essas perguntas. É porque, na realidade, o que fizemos, ao longo desses anos, desde que houve a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi retalhar o sistema tributário brasileiro. Simplesmente, aumentou-se a carga de atribuições, de competências, de responsabilidades dos prefeitos e governadores, e se retirou aquilo que é mais importante, que é o recurso financeiro.

Na época da Constituição de 1988, 80% de todos os recursos arrecadados no País, de impostos e tributos pagos pelo povo brasileiro, excluindo-se a questão previdenciária, era de impostos, que eram e são divididos com Estados e Municípios. Hoje, não são 45%. Por quê? Porque os outros 55% são de contribuições, contribuições que não fazem parte do bolo tributário na hora da divisão com Estados e Municípios.

Aí a conta não fecha. Não há como fechar. Aumentam-se as responsabilidades dos Estados e Municípios, e tiram-se, de outro lado, os recursos, para que eles possam realizar os serviços mais essenciais, do tapa-buraco, do saneamento, da reforma da escola, do remédio no posto de saúde, nas obras de infraestrutura.

Precisamos entender que neste País não existe mais uma federação. Existe um antifederalismo. Federação pressupõe autonomia: autonomia política, autonomia administrativa, autonomia financeira. Se não há autonomia financeira, não há autonomia administrativa. E é disso que estamos tratando nesta Casa.

Então, quando vejo a preocupação do Planalto em reduzir a pressão de Estados e Municípios nesta Casa e de tentar esvaziar a comissão que foi criada pelo Senado Federal e também pela Câmara para tratar de assuntos federativos, eu me preocupo, porque nós estamos aqui em uma disputa, em uma guerra.

Esta Casa será irresponsável com o Governo Federal no sentido de tirar da União aquilo que não pode ser tirado, de atender Municípios e Estados e, com isso, desassistir o Governo Federal. Isso aqui não é uma troca. Nós estamos imbuídos num único objetivo, numa só comunhão de vontade de garantir e de restabelecer no Brasil a nossa tão querida Federação.

Pois não, Senador Moka.

**O Sr. Waldemir Moka** (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Simone Tebet, nós dois temos assento numa comissão que tem por finalidade, num prazo de até noventa dias, oferecer textos, projetos de lei que possam, de alguma forma, diminuir ou amenizar a situação dos Estados e, principalmente, dos Municípios. Para não me alongar, mas apoiando o discurso que V. Ex<sup>a</sup> faz e parabenizando-a pelo tema, o que me chama mais a atenção, talvez pela minha formação, é a questão da saúde, que considero fundamental. E é profundamente injusto, porque os Municípios são obrigados a gastar no mínimo, como piso, 15% da sua arrecadação; os Estados, 12%; e a União não tem a obrigação de um piso mínimo. Quando fazemos uma estatística, nós vamos perceber que, ao longo do tempo, percentualmente, o recurso para a área de saúde foi encolhendo. É muito raro, hoje, um Município que não gasta acima de 25% do seu orçamento com a saúde. Isso é uma coisa profundamente injusta. Aqui, no Senado, por duas vezes, nós tivemos oportunidade de votar um projeto que obrigaria o Governo Federal a aplicar, no mínimo, 10% da sua arrecadação bruta em saúde. Há muita crítica em relação à gestão. Eu concordo que há uma grande parte, em questão de gestão, de desvio de dinheiro público, mas é fundamental esclarecer que nós temos um Sistema Universal de Saúde, e, por qualquer ângulo que se analise esse sistema, em qualquer comparação que se faça, nós chegamos à seguinte conclusão: esse é um sistema que pretende ser universal, mas é subvencionado. Aí é que nós temos, por exemplo, uma contribuição, que eu já vi aqui: quando alguém é atendido em um hospital público e tem plano de saúde, os planos de saúde só podem ressarcir a União. Quem sabe este é um projeto que poderia ser votado: que pudesse ser ressarcido ao Município ou ao Estado, até porque estão mais próximos. Às vezes, há projetos que, como diz V. Ex<sup>a</sup>, sem prejudicar muito a União, os recursos da União, mas que nós poderíamos dar uma resposta de imediato. E o principal: não votar absolutamente nada nesta Casa que possa onerar, cada vez mais, os cofres dos Municípios, porque os prefeitos não aguentam mais ter despesas sem que se indique a fonte de recursos para pagá-las. Muito obrigado pelo aparte.

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu que agradeço, Senador Moka, que, como sempre, está em sintonia com os interesses mais importantes e caros da população brasileira. No tocante aos Municípios, talvez essa pauta da saúde seja a mais importante e prioritária. E faço meu pronunciamento no sentido de que esta Casa quer dar uma contribuição à Nação. Se nós começarmos esta discussão o Governo Federal

entendendo que nós estamos em um cabo de guerra, nós não vamos caminhar nem para um lado nem para o outro, e é importante avançar.

A concentração de recursos e a centralização de poder são extremamente nocivas para a democracia. As consequências são catastróficas não apenas para a União, ou para os Estados ou para os Municípios, mas também – o mais importante – ela é catastrófica para a população brasileira. Se não, vejamos: o enfraquecimento da Federação fortalece a corrupção e distancia, cada vez mais, o Brasil dos ideários democráticos da justiça social.

Quando os recursos são concentrados em Brasília, no Governo Federal, eles estão mais distantes da realidade. Quando os recursos estão lá, *in loco*, são mais bem fiscalizados. Há o Ministério Público, a população, que podem entrar com ação popular; há o Poder Judiciário, a sociedade civil organizada. Então, é mais difícil haver desvio de recursos. Quando o dinheiro é concentrado na mão da União, há uma burocracia para se liberar esses recursos: são secretarias, departamentos, projetos que precisam ser apresentados.

E aí vem aquilo que, infelizmente, está estampado nos jornais e na mídia nacional todos os dias: os escândalos de corrupção.

Além disso – e é tão grave quanto a corrupção –, os Estados e Municípios não só vêm de pires na mão buscar recursos, mas também precisam se moldar àquilo que o Governo Federal apresenta como necessidades e prioridades. Isso é o mais grave. Eles trazem projetos, mas esses projetos não se encontram em nenhuma norma programática orçamentária. Consequentemente, o recurso não será liberado.

Recentemente, atendi inúmeros prefeitos em meu gabinete, assim como V. Ex<sup>a</sup>, Senador Moka. É impressionante, mas todos eles estavam preocupados com a saúde pública e todos me pediam, na sua grande maioria pelo menos, que fossem colocados recursos orçamentários em emenda parlamentar para liberação de recursos para a compra de ambulâncias de UTI móvel. Eu concordei em atendê-los, mas fui surpreendida porque só são permitidas emendas de saúde para obras, para reformas, mas não para compra de ambulâncias de UTI móvel.

Sei a importância da aquisição de uma ambulância. Fui prefeita de um Município que só conseguiu adquirir a sua primeira ambulância de UTI móvel para transportar pacientes – porque não havia especialidade havia na cidade – quando fez 90 anos de idade. Um Município com 90 anos de idade de quase 90 mil habitantes, naquela época, só conseguiu sua primeira ambulância quando fui prefeita!

**O Sr. Waldemir Moka** (Bloco Maioria/PMDB – MS) – E há uma coisa mais importante, Senadora, que é o repasse de recursos para o custeio. Às vezes, monta-se um centro de saúde ou um hospital, mas o custeio desse centro de saúde ou desse hospital é muito oneroso para os Municípios.

**A Sr<sup>a</sup> Simone Tebet** (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sem dúvida. E aí vem aquela discussão, aquela conversa. O prefeito pede uma ambulância, mas o Governo diz que não há recurso para a compra de ambulância, só para obras e reforma. O prefeito, por sua vez, diz que não precisa de obra nem de reforma. Então, é pegar ou largar. Ou é isso ou é nada.

Veja a situação, o desvio de finalidade de público para público que isso ocasiona. E não é de agora. É importante dizer que, de 1988 para cá, estamos vendo esse enfraquecimento da Federação brasileira e, ainda, uma distorção de critérios. Muitas vezes, ficamos nas mãos de técnicos, tecnocratas do poder que não conhecem a realidade local.

Antes de conceder o aparte, com muito prazer, à Senadora Gleisi Hoffmann, quero dar mais um exemplo aqui. No último ano do meu mandato como prefeita, ofereceram-me três creches, três centros de educação infantil, Senadora.

Eu aceitei um e fui olhar o projeto, muito bonito, diga-se de passagem. O custo dele – e há vários pelo Proinfância, tipo C, tipo B – era de R\$ 1,5 milhão para atender 120 crianças. Fui verificar a razão de custar tanto para abrigar tão poucas crianças: 120 crianças em período integral ou 250 em períodos alternados; ou pegar uma creche de R\$1 milhão para colocar 60 crianças, ou 120, em períodos alternados.

Fui ver o projeto. Era um projeto muito bonito, com sala de professor, sala de reunião, sala de diretor, recepção, ambiente para almoxarifado etc. Era um projeto com quatro salas. Não custava fazer um projeto para ampliar mais duas, três, quatro salas e dobrar a capacidade. Eu havia acabado de fazer uma creche que custara 600 mil e tinha colocado duas vezes mais alunos nessas creches. Então, esse é o problema da concentração de recursos nas mãos do Governo Federal.

Com o maior prazer, ouço a Senadora Gleisi Hoffmann.

**A Sr<sup>a</sup> Gleisi Hoffmann** (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Senadora Simone. Eu gostaria de agradecer a V. Ex<sup>a</sup>, porque assinou uma proposta de emenda constitucional que eu apresentei, que espero possa minorar um pouquinho, pelo menos de nossa parte, do Congresso Nacional, a distribuição de recursos para os Municípios, com mais autonomia de aplicação. E fazer com que as nossas emendas, de Deputados e

Senadores, aloquem recursos diretamente ao Fundo de Participação dos Municípios, sem necessariamente dizer em qual projeto o prefeito ou a prefeita ou o governador ou a governadora tem de colocar aquele recurso. Pode até combinar com o Senador ou com o Deputado de fazer uma creche, um posto de saúde, comprar um equipamento, ou mesmo, como disse o Senador Moka, de colocar para o custeio, que é tão importante e tão necessário para a manutenção da qualidade de nossos serviços públicos. Então, eu espero que nós consigamos discutir essa PEC neste ano e, já em 2016, V. Ex<sup>a</sup>, eu e os demais Senadores possamos fazer essa alocação, sem nenhum demérito dos programas e projetos que a União tem, porque, de fato, são projetos bons, das creches, das unidades básicas de saúde. Mas nós podemos ter orientação nacional para haver um padrão bom. V. Ex<sup>a</sup>, por exemplo, constrói em um bom padrão no Município em que V. Ex<sup>a</sup> foi prefeita, mas, necessariamente, isso não acontece em um outro Município, e aí se trabalha com padrão baixo. Nós queremos que todas as crianças brasileiras tenham o mesmo padrão e o mesmo desenvolvimento. A União pode orientar padrão, colocar o que é necessário para contemplar as diretrizes. Mas eu concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Se nós tivermos um mecanismo de repassar o recurso ao Município com a fiscalização dos Tribunais de Contas da União, do Estado, para o Município encaminhar e fazer a obra, com certeza, ele pode dar muito mais eficácia, porque está vivendo aquela realidade, sabe o que, de fato, ele precisa dar à sua comunidade. Então, eu queria parabenizar V. Ex<sup>a</sup> por essa abordagem sobre as emendas parlamentares e fazer votos de que nós consigamos aprovar essa emenda constitucional, para que possamos avançar um pouquinho nessa autonomia dos Municípios.

**A SR<sup>a</sup> SIMONE TEBET** (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Esse é o nosso objetivo, Senadora Gleisi, e a razão principal da minha fala, aqui, é deixar muito claro para o Governo Federal que nós não seremos irresponsáveis, no momento de crise que o Brasil atravessa, e de forma alguma lesaremos a União. O que nós queremos é encontrar uma solução, que o Governo Federal traga propostas importantes, para que possamos ter um novo Pacto Federativo, mas que não entenda o trabalho desta Casa como um trabalho contra o Governo Federal. Que ele entenda que essa é uma pauta legislativa a favor do povo brasileiro, a favor das pessoas que estão sofrendo lá nos Municípios. Afinal, é no Município que nós vivemos. É o Município o verdadeiro palco da vida real. Ele não está longe, ele não está perto, ele simplesmente está, ou melhor, nós estamos nos Municípios.

É ali que nós criamos os nossos laços, é onde surgem as nossas demandas, as nossas necessidades, as nossas prioridades. É no Município que nós comemos, dormimos, sonhamos, sofremos. Sofremos com a falta d'água, sofremos com a inflação, sofremos com o desemprego, com a falta de remédios nos postos, com a falta nos hospitais, com a falta de vagas nas creches. É no Município que nós temos, verdadeiramente, a nossa vida. Então, nós temos que voltar e resgatar a autonomia financeira e administrativa dos Municípios e dos Estados. Vamos em conjunto, como eu disse, numa só comunhão de vontades, União e Congresso Nacional.

Para finalizar, eu quero, antes de mais nada, sem perder a oportunidade, agradecer à minha Bancada, porque fui indicada como vice-presidente da comissão especial para tratar de assuntos federativos, e dizer que o Governo não tem o que temer.

O Presidente dessa comissão é o ilustre Senador Walter Pinheiro, do Partido dos Trabalhadores, um homem centrado, experiente, que conhece a realidade não só do seu Estado, da sua terra natal, Bahia, mas também de todo o Nordeste brasileiro. Ela tem como Relator o Senador Fernando Bezerra, que foi Ministro da Integração Nacional, andou por todos os rincões, dos mais distantes deste País, e conhece a realidade diária da população. É composta por Senadores que já foram prefeitos, governadores, ministros de Estado.

Já estamos muito avançados nos trabalhos.

Fiquei muito feliz quando vi o Senador Walter Pinheiro dividir as tarefas e as atribuições dessa comissão em três coordenadorias.

Dentre essas três coordenadorias, temos duas mulheres: a Senadora Ana Amélia, que vai coordenar as proposições legislativas relacionadas aos Municípios, e a Senadora Lúcia Vânia, que vai coordenar o trabalho, com os demais Senadores, de propostas legislativas que vão ao encontro dos interesses dos Estados brasileiros. E teremos o Senador Anastásia, que vai coordenar o trabalho dos projetos de lei que tratam das questões administrativas e de serviços públicos.

Então, essa Comissão tem tudo para dar certo!

Finalizo dizendo que estou otimista com essa Comissão. Podemos avançar já, imediatamente, aquelas proposições que têm impacto zero para o Governo Federal. Podemos criar um calendário de pequeno, médio e longo prazo para aquilo que vai impactar de alguma forma nas finanças do Governo Federal.

O importante é avançar. É avançar já no que se refere à segurança pública, criando um fundo nacional para socorrer os Estados, porque a violência urbana é um dos assuntos que mais preocupam hoje a população brasileira. Avançar, como disse o Senador Moka, em relação a estabelecer um percentual de recursos da

União para a saúde pública, avançar num novo pacto das dívidas dos Estados e Municípios para com a União, avançar no Pasep zero.

Enfim, temos inúmeros projetos, mas principalmente um nós temos que fazer para ontem: impedir que novos encargos sejam impostos a Estados e Municípios sem a devida fonte financeira para esse custeio. Da mesma forma que a União passa por dificuldades, Estados e Municípios também passam. E os Estados e Municípios não aguentam mais pagar a conta sozinhos.

O tempo urge. Então, ao trabalho.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Srª Simone Tebet, a Srª Gleisi Hoffmann deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.*

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senadora Simone Tebet, faltou dizer também... Tão importante quanto dar os nomes de quem faz parte desse grupo, além de destacar o trabalho exemplar do Senador Walter Pinheiro, que preside essa Comissão Especial designada pelo Presidente Senador Renan Calheiros, é dizer que a senhora é a Vice-Presidente dessa Comissão, que tem a relatoria do Senador Fernando Bezerra, prefeito várias vezes de Petrolina, Pernambuco. Com a senhora, também prefeita, traz experiência para um tema inadiável, que é a questão federativa.

A Senadora Marta Suplicy hoje integra o nosso grupo também, de interesse municipalista. Pedi à Senadora Marta que conversasse com o Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, Márcio Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte. Ela já conversou com ele hoje de manhã e combinou que amanhã, às 13h, nós nos reuniremos com o representante da Frente Nacional dos Prefeitos, tendo Márcio Lacerda na liderança, e o representante da Confederação Nacional dos Municípios, cujo Presidente, Paulo Ziulkoski, por motivos de saúde, não estará presente.

Às 13 horas, nós vamos trabalhar, arregaçando as mangas, porque nos foi dado um prazo muito curto, até 17 de junho, para entregar o trabalho.

Então, Senadora, é pontual, é inadiável e, sobretudo, focando em dois temas cruciais: segurança e saúde. Parabéns, Senadora Simone! Nós estamos juntas nessa caminhada, que é de interesse do País. Parabéns!

**A SRª SIMONE TEBET** (Bloco Maioria/PMDB – MS) – É uma grande honra, Senadora.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Convido para fazer uso da palavra a Senadora inscrita Gleisi Hoffmann.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quem nos assiste pela TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado, o pronunciamento que eu quero fazer hoje, Sr. Presidente, é sobre o acordo dos BRICS. Aliás, o nosso Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, está participando desse encontro com os BRICS, assim como o Presidente da Câmara. Considero um tema relevante.

Antes, porém, eu queria tratar de dois temas rapidamente. O primeiro é a discussão sobre a questão da maioria penal.

Nós estamos entrando numa semana em que a Câmara dos Deputados vai fazer essa discussão, esse debate. É um tema de grande relevância e importância para toda a Nação e está sendo discutido com muito vigor na sociedade. Hoje, se fizéssemos uma consulta à sociedade brasileira, não tenho dúvidas de que ela votaria maciçamente para que houvesse a redução da maioria penal de 18 para 16 anos, mudando-se a Constituição do nosso País. Entretanto, nós sabemos que só isso não é suficiente para fazermos um enfrentamento, hoje, dos crimes e das agressões praticadas por adolescentes.

Particularmente, tenho uma posição contrária à mudança constitucional para a redução da maioria penal. Não acho que, declarando uma guerra aos adolescentes e às crianças, nós vamos conseguir resolver o problema da criminalidade e da violência, mas tampouco estou naquele grupo que acha que apenas as ações de longo prazo vão ser suficientes para que possamos, realmente, dar uma resposta à sociedade, dar proteção às nossas crianças e fazer com que se diminua a violência no Brasil e que possamos enfrentá-la.

É claro que temos que investir em educação, temos que investir em melhores relacionamentos, temos que investir na perspectiva da nossa juventude. Mas nós não podemos deixar de dar uma resposta à sociedade brasileira, que se vê, muitas vezes, acuada pela violência e com crimes bárbaros, hediondos sendo praticados por adolescentes de 16, 17 anos, muitos que têm condições de saber, de fato, o que estão fazendo e têm responsabilidade sobre o que fazem.

Por isso eu estou nesta tribuna hoje. Não preparei um discurso sobre esse tema, vou fazê-lo durante a semana, inclusive porque pedi à Consultoria do Senado, Presidenta, que nós possamos ter dados muito preci-

sos sobre o que significa a criminalidade praticada por essa faixa etária, o que nós temos em termos de vítimas, enfim, que a gente possa ter um diagnóstico amplo. Infelizmente, ainda falta isso de forma profunda no Brasil. Mas eu já queria trazer a esta tribuna um debate que considere relevante e que tomou corpo nesse final de semana, embora não tenha começado nesse final de semana, que foi a proposta do Governador Geraldo Alckmin, de São Paulo, para que, ao invés de fazermos uma mudança na Constituição, reduzindo a maioria penal, nós possamos trabalhar no Estatuto da Criança e do Adolescente, aumentando o tempo de pena para aqueles adolescentes que praticam crimes hediondos.

Hoje, a previsão da pena no Estatuto da Criança e do Adolescente é de três anos. Então, obviamente, um adolescente com 16 vai ficar três anos numa medida protetiva, numa medida de correção. Ele não vai ter mais do que isso de pena. Obviamente, se a gravidade do crime exigisse, teria que ter.

Parece-me bastante razoável e equilibrada a proposta do Senador Alckmin. Aliás, quando nós discutimos esse tema na Comissão de Constituição e Justiça do ano passado, uma proposta do Senador Aloysio Nunes que previa a mudança da Constituição, reduzindo a maioria penal apenas para os crimes hediondos, nós já falávamos dessa proposta, dizendo que, antes de mexer na Constituição, nós deveríamos mexer no Estatuto da Criança e do Adolescente e alongar a pena. Por exemplo, se o adolescente de 16 anos comete um crime considerado hediondo, um crime muito violento, não ter limitação de pena de três anos, mas ter uma ampliação dessa pena. E ele também não poderia, com 16, se misturar com os adultos na cadeia, porque aí é que a possibilidade de recuperação dele seria nula.

Nós queremos recuperar o indivíduo. Nós somos uma sociedade que não tem prisão perpétua nem tem pena de morte. Nós acreditamos na capacidade humana de recuperação. Eu sei que é difícil para quem já teve vítimas na família. A minha família já teve vítimas de assalto, enfim, nunca uma vítima de um crime mais grave.

Sei que é isso difícil, mas essa é a lógica do Brasil, é o que a nossa Constituição traz: apostar na recuperação do ser humano.

Acho que não dá para levarmos jovens de 16 anos para o sistema penitenciário, que tem muitos problemas, mas isso também não quer dizer que um jovem de 16 anos que comete um crime bárbaro tenha que ser solto com apenas três anos de pena. Então, podemos, sim, ter uma pena ampliada, ele pode, sim, responder, tem capacidade para isso, para assumir sua responsabilidade, mas responder ficando até a sua maioria onde ele deve ficar, que não a penitenciária, e, depois, numa situação também diferenciada, mas responder.

Não é um tema fácil, não é uma situação que vamos resolver simplesmente aumentando a pena ou dizendo que não tem que se mexer em nada e ficar como está. Vai depender muito de uma conversa, de um debate franco que não entre em questões partidárias, que não entre em questões ideológicas, posicionamentos cristalizados, mas que possamos estar abertos a soluções que contemplem a proteção da infância, da juventude e da adolescência, mas jamais achar que um jovem, um adolescente pode cometer um crime e não responder por ele diante da gravidade do crime cometido. Então, que nós possamos ter bastante equilíbrio em relação a isso, Sr<sup>a</sup> Presidenta.

Sei que a Câmara vai discutir essa semana, é um tema que vem para o Senado, nós já iniciamos e a nossa responsabilidade é muito grande, muito grande para com a juventude, muito grande para com as famílias, muito grande para com a sociedade como um todo.

Antes de falar dos BRICS, queria fazer uma solicitação a V.Ex<sup>a</sup> para deixar registrado, nos Anais desta Casa, um artigo de opinião que foi publicado no dia 7 de junho, na *Folha de S.Paulo*, portanto, ontem, do Presidente do BNDES, Luciano Coutinho. O título é *BNDES Transparente*.

Faço essa solicitação, Sr<sup>a</sup> Presidente, porque é um tema que tem sido recorrente nesta Casa e me dou o direito de ler rapidamente alguns trechos do artigo do Presidente Luciano Coutinho que me parecem muito importantes que fiquem registrados.

Diz ele:

Nos últimos meses, tentou-se fazer crer que o BNDES é uma caixa-preta, sem que se fosse dada a devida atenção às razões do banco. Exemplo disso foi usar a obrigação legal do sigilo bancário como suposto sinal de falta de transparência.

Sigilo é imposição de lei complementar válida para todo o sistema financeiro. Não cabe à instituição decidir se fornece ou não informações sensíveis de seus clientes privados, tais como avaliação de risco de crédito, situação financeira, estratégia comercial e de negócios.

Uma pessoa que contrate, por exemplo, financiamento com um banco público ou privado para aquisição da casa própria – com dinheiro público e subsidiado – não pode ter sua intimidade financeira devassada sem motivação legal. O mesmo se aplica a uma empresa.

Mas as instituições financeiras, o BNDES incluído, abrem essas informações aos órgãos que têm mandato de supervisão e que também têm a obrigação de resguardar o sigilo.

Transparência é um imperativo republicano. No BNDES, essa é a regra e um objetivo constantemente aprimorado. Em 2008, a instituição passou a disponibilizar na internet informações sobre as suas operações: o nome do cliente, seu setor de atividade, os objetivos do projeto e o valor contratado. Esse já era um nível de transparência inédito para bancos brasileiros e que tinha poucos correspondentes entre os bancos de fomento mundo afora. Isso foi substancialmente ampliado na semana passada. O portal do banco passou também a disponibilizar as taxas de juros, os prazos de pagamento e as garantias das operações. Uma nova ferramenta foi implantada para facilitar o manuseio das informações. Essa abertura foi estendida aos créditos para exportação de bens e serviços brasileiros a obras no exterior, o que torna o BNDES a instituição mais transparente do mundo entre aquelas que apoiam exportações.

A abertura também valerá para os financiamentos a Angola e Cuba, pois, por iniciativa do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, as operações com tais países perderam o selo de secreto.

Eu gostaria que fosse registrado nos *Anais* da Casa esse artigo do Presidente Luciano Coutinho, pela importância que ele tem, inclusive em resposta a muitos comentários desta tribuna e deste plenário sobre o BNDES e sobre o fato de o banco não ter transparência nas suas informações. Essas informações prestadas pelo Presidente Luciano Coutinho mostram o contrário do que se tem dito aqui.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senadora, eu indago se V. Exª pediu a transcrição nos *Anais* do Senado desse artigo do Dr. Luciano Coutinho.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Isso mesmo. Pedi a transcrição.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Na forma regimental, será atendida a solicitação de V. Exª.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Agradeço, Srª Presidenta.

E queria passar agora ao meu pronunciamento sobre os acordos dos Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Na quarta-feira passada, Srª Presidenta, o Senado Federal aprovou dois Projetos de Decreto Legislativos, 155 e 156, de 2015, que entendo merecem todo destaque e exaltação, pois representam a possibilidade de criação de um novo cenário na engenharia econômico-financeira mundial, em que o Brasil teria mais autonomia e protagonismo.

Refiro-me aos dois acordos firmados pelos líderes do Brasil, da Rússia, da Índia, da China e da África do Sul na 6ª Cúpula dos Brics, realizada em julho do ano passado na cidade de Fortaleza, aqui no Brasil, que, no último dia 3, foram homologados pelo Congresso Nacional brasileiro.

A cerca de um mês da 7ª Cúpula dos Brics, que acontecerá na cidade de Ufa, na Rússia, e às vésperas do 1º Fórum Parlamentar dos Brics, que acontece hoje em Moscou – contando, inclusive, com a presença dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Renan Calheiros e Deputado Eduardo Cunha –, o Congresso Nacional deu uma demonstração de oportunidade, maturidade política e compromisso com a participação do País na geopolítica mundial.

Afinal, o que para muitos era apenas uma sigla, criada pelo economista Jim O’Neill, do Goldman Sachs, que listava um conjunto de países emergentes heterogêneos entre si, começa a consolidar-se como um bloco que, através da busca de afinidades, segue avançando nas possibilidades de cooperação.

Os dois acordos aprovados no Senado demonstram um avanço importante na cooperação econômica entre esses cinco países, todas economias emergentes, com elevadas populações e distribuídos em quatro dos cinco continentes do globo.

O primeiro deles, o PDS 155, de 2015, corresponde ao texto do Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos Brics (ACR), celebrado em Fortaleza, em 15 de julho de 2014, e assinado pelos Ministros de Finanças do Brasil, Índia e África do Sul e pelos Presidentes de Banco Central da China e Rússia.

Conforme a mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional, o estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas visa a conceber mecanismo em que um país-membro dos Brics, em vista de pressões de curto prazo no balanço de pagamentos, possa obter acesso temporário a recursos provenientes dos demais integrantes do agrupamento.

É uma alternativa ao Fundo Monetário Internacional. Não estamos aqui retirando, de forma alguma, a necessidade de recorrer ao Fundo Monetário Internacional, que é um organismo multilateral, mas estamos criando

uma alternativa, que pode ser complementar, para dar a esses países mais pobres, a esses países emergentes, uma solução que não seja tão draconiana quanto aquelas que, muitas vezes, o Fundo Monetário Internacional submete a países que estão em situação de necessidade de dar equilíbrio à sua balança de pagamentos.

Muito embora o Brasil tenha cerca de US\$370 bilhões de reservas internacionais, a criação desse mecanismo reforça ainda mais as amplas defesas econômicas do País, o que contribui para criar um ambiente de grande segurança sistêmica.

O Arranjo estabelece que os países-membros disponibilizem reservas internacionais que totalizam US\$100 bilhões: US\$41 bilhões oriundos da China; US\$54 bilhões oriundos do Brasil, Índia e Rússia – portanto, US\$18 bilhões cada um; e US\$5 bilhões oriundos da África do Sul.

O Arranjo disporá de dois instrumentos: de liquidez, com o objetivo de prover apoio frente a pressões de curto prazo no balanço de pagamentos; preventivo, implicando compromisso de apoio diante de pressões potenciais de curto prazo sobre o balanço de pagamentos.

É importante ressaltar que a operação do Arranjo não envolve recursos do Orçamento da União, do Orçamento brasileiro. E o efetivo acesso e concessão de recursos serão realizados por meio de solicitação e aprovação, em caso de necessidade comprovada, de operações de *swap* envolvendo reservas internacionais. Então, os recursos – esses R\$370 bilhões que o Brasil tem – saem das reservas internacionais.

Dessa forma, portanto, a transferência de recursos das reservas para a capitalização do banco não altera a posição fiscal brasileira e não incide negativamente sobre o ajuste fiscal em curso.

Outro aspecto favorável do Arranjo corresponde ao fato de que, nas eventuais operações, o país requerente receberá dólares por um período preestabelecido e, em contrapartida, fornecerá sua moeda aos países provedores, dentro dos limites de acesso previamente estabelecidos. Em outras palavras, o país que precisar recebe dólares, mas pagará em moeda própria.

Trata-se, portanto, de mecanismo de proteção totalmente diferente dos instrumentos de socorro que estão disponíveis no Fundo Monetário Internacional e em outras instituições semelhantes. O país beneficiário não precisará contrair sua demanda interna e fazer saldos comerciais volumosos para conseguir pagar a sua dívida.

No caso de acessar o Arranjo, qualquer membro terá direito a uma parcela desvinculada de 30%, independentemente de quaisquer negociações com o Fundo Monetário Internacional. Os 70% restantes serão concedidos ante a evidência de um acordo entre o FMI e o Membro Solicitante. Isso significa, na prática, que os 30% desvinculados poderão levar alívio financeiro imediato ao Membro Solicitante, independentemente de condicionalidades ou mecanismos de supervisão.

Vale registrar ainda que a participação no Arranjo não implicará a transferência imediata ou automática de reservas internacionais. O comprometimento das reservas, na forma de operações de *swap*, será remunerado somente se os recursos do País forem efetivamente acessados. Ou seja, o Brasil manterá plenos direitos de propriedade e de posse sobre os recursos comprometidos ao Arranjo, que só serão mobilizados com sua aquiescência. A operação do tratado implicaria custos somente no caso de o País acessar os recursos das reservas do ACR dos demais Brics.

Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, estamos diante de um mecanismo financeiro que não apenas beneficia o Brasil e os demais membros dos Brics, mas também a própria economia mundial, elevando a segurança sistêmica das finanças internacionais ao criar uma barreira contra choques externos nas grandes economias emergentes.

O segundo tratado aprovado, o PDS 156, corresponde ao Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), igualmente celebrado em Fortaleza, em 15 de julho.

Diz o texto da Mensagem enviada a este Congresso:

O estabelecimento do Novo Banco visa mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável nos Brics e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento. Trata-se de um mecanismo que visa complementar os recursos de outros bancos multilaterais, regionais e nacionais de desenvolvimento, tendo em vista o hiato significativo de recursos destinados a esses setores e as crescentes demandas enfrentadas por esses países.

O Banco contará com um capital inicial autorizado de US\$100 bilhões, sendo US\$50 bilhões subscritos inicialmente, dos quais US\$10 bilhões, integralizados. O capital inicial será distribuído igualmente entre os membros fundadores. Assim, caberá ao Brasil integralizar um capital inicial de US\$2 bilhões. O capital será pago pelos membros fundadores...

(Soa a campanha.)

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... em sete parcelas anuais crescentes, conforme se demonstra na tabela que veio anexa à mensagem presidencial.

O poder de voto de cada membro será proporcional ao respectivo capital subscrito.

O Banco é aberto à participação de todos. Assim, qualquer País membro das Nações Unidas poderá vir a ser membro do Banco. Os Brics, no entanto, manterão um poder de voto conjunto de pelo menos 55%, e nenhum outro País individualmente terá poder de voto maior que o poder de voto de um país Brics.

Deve-se ter em mente que o Banco dos Brics se norteará por regras rígidas em observância aos melhores princípios de governança financeira.

A sede do Banco será em Xangai, na China, com a possibilidade de haver escritórios regionais. Um primeiro escritório regional será em Joanesburgo, na África do Sul, para atender o contingente africano, e um segundo será no Brasil.

O primeiro Presidente será indicado pela Índia, enquanto a Rússia será o primeiro país a presidir o Conselho de Governadores...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... e o Brasil, o Conselho de Diretores. O segundo Presidente do banco será indicado pelo Brasil.

O Banco poderá criar ou administrar fundos especiais, fora do balanço do banco, que terão propósitos específicos, e poderá também financiar tanto o setor público como o setor privado.

Além de configurar mais um passo na crescente cooperação entre os Brics, o novo banco de desenvolvimento também representa uma contribuição concreta do agrupamento aos desafios sistêmicos relacionados ao desenvolvimento internacional, especialmente no tocante a uma maior integração entre as economias emergentes e em desenvolvimento.

Na realidade, a criação do banco é um sinal de mudança no equilíbrio de poder na economia mundial. Ele, assim como Arranjo Contingente, expressa as profundas transformações que ocorreram na geoeconomia e na geopolítica mundiais.

Eu queria, Srª Presidente, finalizando, dizer que, desta forma, da parte brasileira, a 7ª Cúpula dos Brics, que acontece em menos de um mês na Rússia e contará com a participação da Presidenta Dilma Rousseff, já começa com excelentes novidades, que, seguramente, incentivarão novas possibilidades de cooperação entre os membros do grupo.

Entendo que o Brics não é um processo fechado ou estático, mas cada vez mais um organismo em desenvolvimento que o Brasil deve utilizar para promover e favorecer seus interesses.

Sem prejuízo de seguir ampliando nossas relações com parceiros tradicionais ou trabalhar para fortalecer o Mercosul, podemos e devemos buscar mais, dentro do Brics, para além da cooperação econômica, a cooperação em segmentos como educação, saúde, ciência e tecnologia e defesa.

No momento em que o País realiza um ajuste fiscal, fortalecer o Brics e as relações...

*(Soa a campanha.)*

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – ... entre seus membros pode representar uma excelente alternativa de seguirmos avançando nos investimentos, na produção, no comércio e no desenvolvimento tecnológico e científico nacional.

Muito obrigada, Srª Presidente.

Muito obrigada, Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

#### **DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA GLEISI HOFFMANN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)*

Matéria referida:

– “BNDES Transparente”, *Folha de S.Paulo* de 07/06/2015.

Luciano Coutinho: BNDES transparente - 07/06/2015 - Opinião - Folha de S.Paulo - Página 11 de 16

*Luciano Coutinho*

- Santos
- São Bernardo do Campo
- São José dos Campos
- São Paulo
- Sorocaba
- Taubaté
- Uberaba
- Uberlândia

Últimas notícias: Deputado petista contrata filho de empresário ligado a Piment

Buscar no sites da Folha



# opinião

## TENDÊNCIAS/DEBATES

opinião

Siga a folha

### Luciano Coutinho: BNDES transparente

Receba nossa Newsletter

07/06/2015 02h00

Seu e-mail foi cadastrado com sucesso. Obrigado!

Compartilhar

Digite seu e-mail...

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), fundado em 1952, reconhecido como controlador para o desenvolvimento brasileiro. Principal financiador de longo prazo, o banco tem sido um estalo para os investimentos em energia, infraestrutura, logística, indústria, agronegócio e, recentemente, serviços e inovação.

PUBLICIDADE

- Facebook
- Twitter
- Google+
- LinkedIn
- Pinterest
- Tumblr
- RSS
- UOL
- YouTube
- App

Promover um debate sobre as ações do banco é sempre proveitoso. Melhor ainda quando é feito com honestidade intelectual.

Nos últimos meses, tentou-se fazer crer que o BNDES é uma caixa-preta, sem que se fosse dada a devida atenção às razões do banco. Exemplo disso foi usar a obrigação legal do sigilo bancário como suposto sinal de falta de transparência.

Sigilo é imposição de lei complementar válida para todo sistema financeiro. Não cabe à instituição decidir se fornece ou não informações sensíveis de seus clientes privados, tais como, avaliação de risco de crédito, situação financeira, estratégia comercial e de negócios.

Uma pessoa que contrate, por exemplo, financiamento com um banco público ou privado para aquisição da casa própria — com dinheiro público e subsidiado — não pode ter sua intimidade financeira devassada sem motivação legal. O mesmo se aplica a uma empresa.

Mas as instituições financeiras, o BNDES incluído, abrem essas informações aos órgãos que têm mandato de supervisão e que também têm a obrigação de resguardar o sigilo.

São eles o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários e — agora, no caso do BNDES — por decisão do STF — o Tribunal de Contas da União. Tendo amparo legal, o banco nunca deixou de abrir informações e de se submeter às auditorias dos órgãos de controle.

Transparência é um imperativo republicano. No BNDES, essa é a regra e um objetivo constantemente aprimorado. Em 2008, a instituição passou a disponibilizar, na internet, informações sobre as suas operações: o nome do cliente, seu setor de atividade, os objetivos do projeto e o valor contratado.

Fotos  
Vídeos  
Relatos

PUBLICIDADE

Parce de Acreditar no Governo

Para entender por que os brasileiros votam na política, mas amam o Estado

De R\$ 59,90 Por R\$ 31,90

Comprar

EM OPINIÃO

- + Lidas
- + Comentadas
- + Em vias
- Últimas

Editorial: Lei e responsabilidade

Essa já era um nível de transparência inédito para bancos brasileiros e que tinha poucos correspondentes entre os bancos de fomento mundo afora.

Isso foi substancialmente ampliado na semana passada. No portal do banco, passou também a disponibilizar as taxas de juros, os prazos de pagamento e as garantias das operações. Uma nova ferramenta foi implantada para facilitar o manuseio das informações.

Essa abertura foi estendida aos créditos para exportação de bens e serviços brasileiros a obras no exterior, o que torna o BNDES a instituição mais transparente do mundo entre aquelas que apoiam exportações.

A abertura também valerá para os financiamentos a Angola e Cuba, pois, por iniciativa do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Arramão Monteiro, as operações com tais países perderam o selo de secreto.

Vale lembrar que os desembolsos às exportações são feitos em reais e utilizados na aquisição de bens e serviços feitos no Brasil, aqui gerando emprego, renda e divisas, no marco de uma política criada há duas décadas para apoiar atividades de alto valor agregado.

Nos projetos de exportação de serviços e engenharia, quase 3.000 pequenas empresas são fornecedoras nessa cadeia. As condições de financiamento ao importador são comparáveis àquelas praticadas internacionalmente.

No nosso caso, obedecem a critérios apurados de avaliação de risco e constituição de garantias, sempre por meio de decisões colegiadas. A inadimplência é nula.

Em razão de seu compromisso ético e governança rigorosa, o BNDES é uma instituição sólida, que seguirá contribuindo para o enfrentamento dos grandes desafios brasileiros: sustentabilidade ambiental, infraestrutura, inovação, inclusão social e crédito para empresas de menor porte.

É muito bem-vindo o debate sobre sua contribuição ao desenvolvimento do Brasil.

LUCIANO COUTINHO, 58, economista e professor da Unicamp, é presidente do BNDES.

**PARTICIPAÇÃO**

Para colaborar, basta enviar e-mail para [cebates@uol.com.br](mailto:cebates@uol.com.br).

Os artigos publicados com assinatura não traduzam a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Compartilhar 38 Tweetar 1

OUVR O TEXTO Ver opções

**Comentários**

Ver todos os comentários (7) [Comentar esta reportagem](#)

**Luiz Sampaio (7595)**

ortem às 09:02

2 0

- Denunciar
- Compartilhar
- Facebook
- Twitter
- Google+

Acusado e sob pressão o sr Coutinho saiu da toca , mas não convenceu . Um discurso falacioso e dissimulado e não responde às questões que de fato interessam . Uma pergunta baseada na coluna da sra Raquel Landin nesta semana : A tese de v. sas. de que o dinheiro do B N D E Spar não é público serviu para justificar o despejo de recursos no oligopólio frigorífico J B S/Marfrig ? Esse processo oligopolista com dinheiro público (?) teve o dedinho do Lula ? Por favor, seja transparente.

O comentário não representa a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem.

1	
2	Edição: Dividir e subtrair
3	Herman Voorwald: Não há vencedores
4	Francisco Carlos Palomares Marinho: A universidade não é uma âgora
5	Ricardo Amintas: A servidão involuntária

**Livraria da Folha**

**Pare de Acreditar no Governo**

Bruno Garschagen

De: R\$ 35,00  
Por: R\$ 31,90  
Comprar

MENTIRAM  
PARA MIM SOBRE O  
DESARMAMENTO



Mentiram para Mim Sobre o Desarmamento

Flavio Quintela e Bene Barbosa

De: R\$ 38,00  
Por: R\$ 32,90  
Comprar



Tercelização - Máquina de Mover Gente Trabalhadora

Grijalbo Fernandes Coutinho

De: R\$ 70,00  
Por: R\$ 59,90  
Comprar



Padre Elias - Um Apocalipse

Michael D. O'Brien

De: R\$ 79,00



Compare preços.

Atus 7  
8GB

R  
Gr

Nova Chevrolet

Veja nossas Olor  
Montana 0Km

Vigorito CLASSIC

Concorra a 1 car

CMA Series 4 7  
Gr

O melhor sistema

Euro sofás

Mega Promoção  
de R. 36.00

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Cumprimento V. Exª, Senadora Gleisi Hoffmann. Também vou me ocupar da questão da redução da maioria penal.

A abordagem que V. Exª faz sobre a questão dos Brics também foi tema da missão da Ministra Kátia Abreu com os representantes desses países, em relação a um tema crucial para todos os membros desse grupo seletivo, do qual fazem parte o Brasil, a China, a Rússia, a Índia e a África do Sul, na expectativa em relação à Rodada de Doha, que trata exatamente do capítulo da agricultura. E V. Exª, que é do Paraná, sabe bem da relevância disso para o Brasil e para Estados como o seu e o meu, que têm na agricultura um protagonismo muito importante na geração de renda, na distribuição social, como também na pauta de exportações e no abastecimento interno.

Então, cumprimento V. Exª, Senadora, e renovo que, na forma regimental, a sua solicitação para a publicação, nos *Anais*, do artigo do Dr. Luciano Coutinho será atendida.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senadora. Meus cumprimentos.

**O SR. REGUFFE** (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pela ordem, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Convido, pela ordem, o Senador Reguffe.

**O SR. REGUFFE** (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, hoje o Distrito Federal vive um dia de caos. Os rodoviários iniciaram uma greve, a cidade está sem ônibus, todo mundo está reclamando em tudo quanto é lugar, e as empresas de ônibus do Distrito Federal, com lucros cada vez mais exorbitantes.

O Distrito Federal é o único lugar do mundo – não só do Brasil – onde dono de empresa de ônibus urbano fica tão rico que vira dono de empresa de aviação. As empresas estão cada vez mais ricas, e a população, cada vez mais jogada às traças. Isso é algo inaceitável, na minha concepção.

Eu espero que não esteja ocorrendo, Srª Presidente, uma coisa que já ocorreu muito no Distrito Federal: um acordo do patronato com o sindicato. O patronato incentiva os rodoviários a fazerem greve, para, depois, ambos pressionarem o Governo por um aumento do preço da passagem, o que prejudica a sociedade como um todo, porque isso aumenta encargos sobre o vale-transporte, prejudica a geração de emprego. E a situação fica ainda pior, porque os usuários vão ter que pagar um preço maior para usar o transporte público.

Então, o meu lado é o lado do contribuinte, é o lado do cidadão do Distrito Federal. É o que eu defendo. Espero que o Governo do Distrito Federal aja para resolver isso, porque não pode o transporte público do Distrito Federal ficar como está no dia de hoje. Isso é algo absurdo! O Governo que acabou de entrar é um governo bem-intencionado e não pode deixar que isso aconteça com a população do Distrito Federal.

Só para concluir, Brasília quer ser uma cidade turística, mas hoje a pessoa vai a um ponto de ônibus e encontra um muro de concreto; não existe nenhuma informação do itinerário do ônibus, para onde o ônibus vai, como há em vários países. Hoje, os ônibus têm GPS no Distrito Federal, o que poderia ajudar a informar quanto tempo falta para o ônibus chegar. Acho que isso seria cuidar bem da população.

Então, o meu lado é o lado da população. Respeito os rodoviários. Agora, acho que não se pode deixar a população como foi deixada hoje. Cabe ao Governo agir, até porque concessão de empresa de ônibus não é propriedade. Se não está prestando um serviço a contento para a população, é preciso caçar a concessão dessas empresas de ônibus.

Muito obrigado.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Reguffe, compartilho com V. Exª a preocupação sobre essa questão, porque quem mais sofre são as pessoas que dependem para vir ao trabalho, que, muitas vezes, são diaristas, que não podem sair da sua casa para o trabalho e perdem o seu ganho-pão. Então, concordo com V. Exª: seria conveniente também que o Ministério Público, em relação à defesa do consumidor, dos trabalhadores, tivesse uma atuação exemplar nesses processos. Compartilho com V. Exª dessa preocupação, porque adotei Brasília também como uma das minhas cidades: nasci em Lagoa Vermelha, sou cidadã de Porto Alegre, mas também adotei Brasília como minha cidade e quero muito bem a Brasília, e queremos que ela funcione para os seus cidadãos, especialmente para quem mais precisa do transporte coletivo.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias. Cumprimento o Senador e me associo também à homenagem que V. Exª vai fazer, sobre a qual já estou informada.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Oposição/PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senadora Presidente Ana Amélia.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o Senado Federal recebe hoje a honrosa visita de líderes e representantes da Juventude Masculina de Schoenstatt do Brasil. À frente, está o Pe. Alexandre Mello, que foi secretário do Papa Francisco durante a Jornada da Juventude, no Rio de Janeiro, e escreveu este livro. O Pe. Alexandre Mello escreveu “Ela é minha mãe! – Encontros do Papa Francisco com Maria”.

E o objetivo da presença desses líderes cristãos em Brasília – dos 102 líderes e representantes da Juventude Masculina de Schoenstatt do Brasil (Jumas), por ocasião do seu 8º Fórum Nacional – é a carta que endereçam a todos os Senadores. Faço a leitura de uma carta que será encaminhada a todos os gabinetes, a todos os 81 Senadores:

Nós, os 102 líderes e representantes da Juventude Masculina de Schoenstatt do Brasil (Jumas), por ocasião do seu 8º Fórum Nacional, estivemos reunidos em Brasília para discutirmos a responsabilidade do jovem frente aos desafios de nossa Pátria. Esta carta é fruto desse processo de reflexão. Como parte do Movimento Apostólico da Igreja Católica, o Jumas está presente em todo o mundo, e atua no Território nacional há 60 anos, formando personalidades dispostas a lutar pela santidade da vida diária.

Nos últimos anos nossa geração presenciou muitas manifestações públicas, inquietações sociais e reclamações sobre a situação política do País. Vemos nas ruas e noticiários uma juventude que reivindica mudanças. Muitos gritam e apontam os grandes escândalos, enquanto as pequenas corrupções, nossas atitudes incoerentes, se tornam cada vez mais uma convenção social. Nós não podemos ser indiferentes a estes acontecimentos, no entanto, não queremos nos transformar em mais uma voz que apenas critica, deixando de lado nosso papel como cidadãos brasileiros.

Compartilhamos com o senhor o mesmo sentimento de amor à Pátria, e entendemos que sua tarefa exige esforço e implica muitas dificuldades. Por isso, agradecemos o comprometimento que o senhor mantém em relação às freqüentes tensões. Todavia, acreditamos que as pessoas estão no centro da democracia e do futuro do nosso País.

Por isso, tomamos a iniciativa de convidá-lo a rezar e batalhar por uma sociedade fundamentada na dignidade da pessoa humana e construída com os pilares da caridade, verdade e justiça. Juntos, queremos edificar um Brasil onde as famílias sejam estruturadas com valores cristãos, a educação impulse o desenvolvimento natural e integral do indivíduo e o trabalho seja valorizado, permitindo que nos reconheçamos como irmãos.

Nós já demos o primeiro passo: esta carta vem acompanhada do lançamento da campanha Rezo e Batalho pelo Brasil, um conjunto de ações associadas à transformação do Brasil num país melhor. Rezamos mais de mil terços na intenção dos políticos e da sociedade brasileira. Agora, queremos travar uma batalha diária no sentido de ser e inspirar quem nos rodeia, para que sejamos melhores cidadãos, comprometidos em escutar a voz de Deus e a voz do tempo.

Representamos muitos jovens que não só cobram mudanças, mas que também contribuem para a mudança. Junto ao senhor, acreditamos que somos os protagonistas do desenvolvimento da Nação. Portanto, nós vamos trabalhar duro e contribuir para que os senhores, Parlamentares, possam conduzir este País da melhor forma possível.

Agradecemos sua atenção e gostaríamos de permanecer em contato ([secretarianacional@jumas-brasil.com.br](mailto:secretarianacional@jumas-brasil.com.br)). Desejamos profundamente que esta iniciativa lhe sirva de esperança e corresponda aos anseios dessa juventude.

Cordialmente, Juventude Masculina de Schoenstatt do Brasil.

Esta é a carta, Srª Presidente, endereçada a todos os Senadores e Deputados Federais.

Os nossos cumprimentos a essa iniciativa, especialmente aos 102 líderes que se reuniram em Brasília e discutiram os problemas do País. E a nossa solidariedade não só a esse movimento, mas a todo o sentimento cristão que invade as famílias brasileiras.

Parabéns pela iniciativa. Sejam sempre bem-vindos ao Senado Federal!

Muito obrigado, Srª Presidente.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Alvaro Dias, a Mesa se solidariza com a manifestação.

Eu conheço Schoenstatt, em Koblenz, na Alemanha, eu já estive lá. Em Porto Alegre, nós temos um oratório que fica na Praça Assunção, no Bairro Assunção, Zona Sul. Aqui em Brasília, o templo de Schoenstatt, Senadora Gleisi Hoffmann, fica num dos lugares mais bonitos de Brasília, de onde se vê, do alto do morro, próximo à Torre Digital, uma belíssima vista. Todos os oratórios são iguais, no mundo inteiro, e, de lá se avista uma cidade diferente.

Parece que a cidade está em paz consigo mesma, porque as pessoas que vão até lá vão para elevar a alma a Deus, e a juventude está muito presente. Agora, ampliou-se o espaço para missas dominicais, ou em datas religiosas da Mãe Admirável. Então, eu também queria me associar à manifestação do Senador Alvaro.

Há pouco, a Senadora Gleisi, também do Paraná, fez uma manifestação sobre a maioria penal e a violência praticada na juventude. Talvez um dos motivos seja a falta de Deus, a falta de fé, a falta de princípios e valores, porque muitas famílias, Senadora Gleisi Hoffmann – V. Exª tem uma preocupação com isso –, estão delegando, transferindo a responsabilidade da educação dos seus filhos para a escola. A escola existe para ensinar português, matemática, ciências, levar o conhecimento; aqueles princípios, aqueles valores, aquelas virtudes necessárias da civilidade, da paz, da harmonia entre as pessoas, dão-se entre as pessoas, entre os pais, entre os irmãos, para que haja harmonia dentro de casa. Só assim nós vamos ter uma sociedade melhor, porque a família é a primeira parcela da sociedade que nós temos.

Então, eu queria cumprimentá-los também pela manifestação lida pelo Senador Alvaro Dias. E todos nós precisamos, sim, de muitas orações e da proteção de Deus.

Senadora Gleisi.

**A SRª GLEISI HOFFMANN** (Bloco Apoio Governo/PT – PR. Sem revisão da oradora.) – Se me permite, Senadora Ana Amélia, concordando com V. Exª, também quero cumprimentar a delegação que está aqui. Eu estava conversando com a irmã e ela estava falando exatamente sobre a Shoenstatt aqui em Brasília. Eu disse que, em Curitiba, é muito bonita, e a de Londrina também. E a irmã, egressa de Londrina, disse: “Mas a de Brasília é mais bonita!”

Então, eu tenho que conhecer, porque, se, de fato, ela conhece as duas, tanto a de Curitiba quanto a de Londrina, que são lugares lindíssimos, com certeza a de Brasília vai ser um lugar muito bonito. E, depois, V. Exª também confirmou.

Então, também quero saudar, parabenizar, pelo encontro de jovens e dizer que isto é muito importante para esta Casa, essa inteiração, essa conversa, nós recebermos *feedbacks*, recebermos orientações, recebermos solicitações nos ajuda muito a desenvolver o trabalho aqui. Então, parabéns a vocês, sejam sempre bem-vindos!

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senadora Gleisi Hoffmann.

O Senador Magno Malta, que é evangélico, é um Senador que sabe que estes valores espirituais também são importantes, não é, Senador Magno Malta? Então, como o senhor tem uma visão ecumênica da convivência das pessoas, também, imagino que tenha me feito um sinal, mesmo que já esteja inscrito, eu vou fazer um pronunciamento breve. V. Exª é o próximo orador e o Senador José Medeiros vai assumir a Presidência.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES. Sem revisão do orador.) – Sem dúvida, Deus não criou o Ministério Público. Deus não criou o Conselho Tutelar. Deus criou família, e uma coisa comum entre nós: valores de família.

V. Exª colocou de uma forma bem dita: a escola abre janelas para o conhecimento, mas quem educa é pai e mãe. A professora tem obrigação de educar o filho dela, ao meu ela tem obrigação de ensinar. Educação se dá em casa.

É por isso que nós não concordamos com essa violação de identidade de gêneros em escola, porque tentam violar aquilo que pais cristãos ensinam em casa. E este é um País cristão. E este é o elo que nos une, Jesus, o cristianismo, as verdades pregadas para o pilar de uma sociedade em paz e feliz.

Então, cumprimento-os; já fui ali abraçá-los; cumprimento-os. E esta direção nós temos em comum: defesa da vida. Ali, estão pessoas como eu, a senhora e a Senadora Gleisi, que não comungam com o aborto – nós respeitamos e acreditamos em família nos moldes de Deus, macho e fêmea.

E vou para a tribuna, daqui a pouco, falar da blasfêmia, da infâmia, do procedimento inadequado que o movimento *gay* fez ontem nas avenidas de São Paulo. De forma acintosa aos cristãos deste País, atacou algo que é um símbolo significativo para os católicos, por exemplo, a imagem de Jesus. E nós cristãos, que amamos Jesus, estamos plenamente ofendidos.

Então, eles estarem aqui... A manifestação feita pelo Senador Álvaro... Ela convidou-me para conhecer, ela já desbancou aqui a Senadora Gleisi, que a mais bonita é a de Brasília, não é a de Curitiba. E eu pretendo conhecer a de Curitiba também para ver, realmente, se há algum senão quanto à beleza no que a Senadora Gleisi falou, e espero que haja mesmo.

Mas eu estou muito feliz com o pronunciamento do Senador Álvaro. E V. Exª me fez essa provocação tão bem-vinda, tão saudável, para que eu pudesse manifestar-me em um tema que eu amo tanto. Família forte, sociedade forte; família combatida, sociedade combatida – aliás, é isto que estamos vivendo hoje no Brasil.

**A SRª PRESIDENTE** (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Magno Malta. Eu sabia que a manifestação de V. Exª seria exatamente para endossar a manifestação e a homenagem que fizemos a esse movimento da Igreja Católica.

Então, com muito prazer, passo a palavra, a Presidência, melhor dizendo, ao Senador José Medeiros.

*A Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Senador José Medeiros, que preside esta sessão, há pouco, a Senadora Gleisi Hoffmann tratou da questão relacionada a um tema que tem tudo a ver com o que estamos discutindo aqui que é a questão da redução da maioria penal, tema que a Casa vai ter de enfrentar. E é uma situação extremamente grave, porque o nosso sistema prisional, reconheço, faliu, e as penitenciárias brasileiras não têm condição da chamada ressocialização dos apenados. Ao contrário, nosso sistema penitenciário, por ter fracassado em todos os sentidos, hoje está simplesmente formando, pós-graduando os criminosos.

Lembro até que, no mês de março, o Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, esteve, a convite da Ajuris, na capital gaúcha, falando sobre o sistema prisional. E, além de lembrar o que nós todos falamos, da falta de investimento histórica no sistema prisional, também se referiu ao mau uso dos recursos pelos gestores públicos. Segundo ele, há retidos, no Fundo Penitenciário Nacional, quase R\$2 bilhões não aplicados – não aplicados! –, o que poderia reduzir sensivelmente o déficit nas vagas e até garantir a melhoria do tratamento, das condições desses presídios.

A frase é do Ministro Gilmar Mendes: “É mais fácil ganhar na loteria do que receber liberação de verbas para construir presídio”, ironizou o Ministro Gilmar Mendes.

A burocracia criada é tão grande que, no Estado do Paraná, se travou, se impediu a execução do projeto de construção de uma nova casa prisional pelo desacordo na elaboração de vagas para o estacionamento de veículos.

Senador, isso é o suprassumo da falta de compromisso com o interesse nacional, com o interesse da sociedade brasileira. Um total descompromisso com o dinheiro público, com a falta de planejamento, com a falta de competência numa área absolutamente sensível e prioritária, que diz respeito à segurança pública em nosso País. Por conta de um desacordo em relação ao estacionamento. Ainda se fosse um desacordo pelas condições do tamanho de uma cela, pela falta de iluminação, pela falta do banho, pela falta das condições humanas de um presídio, tudo bem. Não, do estacionamento, Senador Magno Malta. Quer dizer, é muita vontade de não fazer as coisas, de não resolver.

No caso específico da redução da maioria penal, reconheço também que o sistema prisional brasileiro está falido. Em Porto Alegre, temos um presídio, o Presídio Central, que já foi condenado por órgãos internacionais de direitos humanos. O Presídio Central tinha que ser implodido, mudado de lugar e construída uma nova penitenciária.

Agora estamos vivendo uma situação em que o dinheiro fica retido, não é aplicado. Quase R\$2 bilhões aplicados, contingenciados. Dinheiro do Fundo Penitenciário Nacional, contingenciado. Não é aplicado o dinheiro que deveria ir para isso.

Então, o que acontece? Superlotação. Recentemente, uma pesquisa demonstrou: superlotação. E o aumento da população carcerária em nosso País. Um aumento violento nos últimos anos.

Ainda assim, há um número expressivo de criminosos andando pelas ruas, um número muito grande, Senador José Medeiros. E ainda nem cheguei à redução da maioria penal.

A Senadora Gleisi Hoffmann abordou aqui a questão da possibilidade que teremos de mudar o ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, estamos em uma situação absolutamente muito complicada.

O gestor público, como não vai resolver o problema da situação de destruição e falência do sistema prisional, não pode aprovar a redução da maioria porque não há lugar para deixar esse menor que irá, pela lei, se for mudada, para uma cadeia, onde estão os presidiários hoje.

Então, nós estamos em uma situação muito complicada, em um verdadeiro impasse. A Câmara está propondo também um referendo popular, para 2016 ou 2018, para tratar do assunto. Mudar o ECA é uma alternativa paliativa.

Eu quero dizer também que quem mata alguém cometeu um crime, e a privação da liberdade do criminoso é a penalidade que ele precisa receber por ter cometido um crime. Tirou a vida de uma pessoa! Só Deus pode tirar a vida de uma pessoa, Senador Magno Malta. Só Deus! Nenhum de nós! A não ser, claro, como diz nosso Código Penal, em legítima defesa. Se alguém tentar me matar, eu tenho o direito de me defender.

Mas eu vou lhe dizer, Senador: hoje, no Brasil, o apenado tem uma série de benefícios e vantagens. Ele tem uma bolsa que recebe, se é contribuinte da Previdência. Até aí está dentro da lei, contribuiu para a Previdência e vai receber. Mas o Brasil é o único País do mundo, Senador, em que o presidiário, o criminoso pode sair quatro vezes por ano da cadeia. E escolhe o dia em que pode sair, como no Dia das Mães e no Natal. É o famoso “saidão”. Quatro vezes por ano, Senador. Sabe o que é isso?

**O Sr. Magno Malta** (Bloco União e Força/PR – ES) – V. Exª me concede um aparte, Senadora?

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Concedo o aparte ao Senador Magno Malta.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco União e Força/PR – ES) – Eu ia falar da redução, mas pego essa parte de “único País do mundo.” Essa bolsa é eleitoreira, como todas as bolsas que eles criaram: bolsa presídio, bolsa prostituta, bolsa isso, bolsa aquilo, com a intenção tão somente de segurar essas pessoas para o quê? Garanti-las dentro de um processo eleitoral, razão pela qual este País está falido, com sua economia combalida, absolutamente desmoralizada e em queda livre. Qualquer esforço que se faça não vai barrar a queda livre deste País. V. Exª está correta. V. Exª faz a análise de que nosso sistema prisional está falido. Claro! Está falido há muito tempo. Presídios inchados, cadeias inchadas, onde devia haver quatro há quarenta; onde devia haver 40 há 140. Existem presidiários dormindo como coruja e como morcego, de cabeça para baixo, porque não há lugar. Está falido. Mas veja, quando queremos fazer com que alguma coisa dê certo, temos que fazer um piloto. Não é o suprasumo, mas o sistema prisional que deu certo no mundo hoje é o da Itália. Um indivíduo entra e na sua ficha é anotado com um lápis, para que se possa apagar no dia da sua saída, a hora em que entrou. Assim, fica marcado a hora em que vai sair daqui a 17 anos, 20 anos, 8 anos, 4 anos, 3 anos, etc. Lá dentro, esse indivíduo trabalha e recebe um salário. Parte desse salário vai servir para ressarcir a vítima, outra parte vai ressarcir o Estado e o restante vai sustentá-lo. Não existe rebelião, porque o indivíduo não é esquecido lá dentro, já que sabe o dia e a hora em que vai sair. E por que não temos isto? Por falta de dinheiro é que não é. Ninguém pode dizer isso a um povo que está vendo o derrame do dinheiro da Petrobras indo pelo ralo; ninguém pode falar isso a um povo que está vendo que o nosso dinheiro foi aplicado em Cuba e que o BNDES foi estuprado; há o desvio nos fundos de pensão, enfim, não dá para falar isso ao povo. Falo da redução da maioria penal desde que presidi a CPI do Narcotráfico quando ainda era Deputado Federal. Vim para esta Casa e me senti como João Batista, uma voz que clama no deserto, falando sozinho, ninguém me dava atenção, ninguém me aparteava. Em 2003, fiz a PEC Liana Friedenbach e propus para 13 anos, porque achei que faríamos um grande debate no Brasil. E foi uma loucura falar em 13 anos. Mas o Presidente Lula era muito forte, tinha uma base muito forte e a ordem foi botar na gaveta. Colocaram e nunca mais se discutiu isso. Depois, voltou-se à discussão e todo mundo começou a falar. Entrou, então, a PEC do Senador Aloysio Nunes, que pretendia reduzir de 18 para 16 anos. Eu voto com ele, mas não concordo. Já tive 16 anos, já tive 18 anos. Há 35 anos eu tiro drogados das ruas. Conheço os dois lados do balcão. Tenho na minha instituição menino de oito anos que é alcoólatra, menino de 12 que é cheirador de cocaína, de 13 anos que é dono de boca, de 14, de 15. Enfim, conheço tudo isso, conheço os dois lados, não estou jogando conversa fora. Reduzir de 18 para 16 anos é tentar passar mel na boca da sociedade, uma sociedade que está sofrendo, chorando lá fora e pedindo uma solução da classe política. Venho estudando isso e cheguei à conclusão de que não precisamos tratar com faixa etária. A proposta é a seguinte – e V. Exª acabou de dizer –: cometeu um crime de natureza hedionda... Porque existe um elenco de crimes que não é hediondo. Devemos separar o que não é hediondo do que é hediondo. Por exemplo, um menino rouba um telefone. Ele é perfeitamente recuperável. No entanto, esse menino vai para dentro da Fundação Casa, Febem, Ilesbem, seja qual for o nome, e fica junto com aquele que é estuprador com 16, 17 anos, que mata e sequestra. Pois bem, esse menino que roubou o telefone, para não morrer no sistema, fica igual àquele que é estuprador. A escola do crime no Brasil não é a penitenciária. Na penitenciária ninguém tem nada para aprender ou para ensinar. Transitou e julgou. A escola do crime é a Febem, é a Ilesbem. No meu Estado, chama-se Ileses. No seu Estado não sei como se chama.

**A SRª ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Fase.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco União e Força/PR – ES) – Esse meio é a escola do crime. Ali, viram bandidos qualificados, de alta tecnologia e periculosidade. Tanto que, hoje, mais de 50% dos presos nos presídios do Brasil, começaram aos 14 ou 15 anos e se especializaram aí, começaram a passar pelo sistema prisional aí. Depois, foram para a penitenciária quando fizeram 18, 19 anos de idade. A minha proposta o Parlamento não pode discutir sozinho. A minha proposta tem de envolver o Executivo e o Judiciário, porque temos de mudar um sistema. Cometeu crime de natureza hedionda, perca-se a minoridade e seja colocado na maioria para pagar as penas da lei. Com que idade, nada. Uma criança de cinco anos, de quatro ou de três, não pega em uma escopeta e mata alguém. Ele pega em mamadeira, em chupeta, mas não em um revólver 38. Quem comete um crime de natureza hedionda vai ter de pagar. Mas como? Manda para a penitenciária? Não. O sistema está falido. E não é porque está falido, não é para mandar para lá mesmo. Manda para a cadeia pública? Não manda porque está falido o sistema? Não, não é porque está falido, é que não é para mandar mesmo. Manda para onde? Primeiro, vamos acabar com Febem, com Ilesbem, com Ileses, com Fundação Casa. Vamos acabar com tudo isso, que é escola do crime. E agora, Senador? O que se faz? A proposta de juntar os três Poderes é para isto: vamos criar um piloto. O Estado fica obrigado a construir centros de ressocialização para a formação de campeões em esportes de alto rendimento para o País. Você retira a escopeta da mão, o 38. Se o menor cometer um crime hediondo, ele não vai para o sistema, ele não vai morrer na rua, não vai ser assassinado dentro do presídio. Ele

vai para esse centro de ressocialização, onde vai pagar a pena e se tornar um atleta de alto rendimento. Primeiro, porque temos vocação para o esporte. Eu convivo com essas pessoas já há 35 anos e sei da vocação deles para o esporte. Nós temos mão-de-obra qualificada no Exército, na Marinha e na Aeronáutica em função das Olimpíadas das Forças Armadas. Temos atletas de alto rendimento no vôlei, na natação, no jiu-jitsu, no boxe, no basquete, em tudo. Vamos criar um piloto. Ora, gastamos R\$2 bilhões em estádios. Era para gastar R\$700 milhões em estádios no Brasil onde nem futebol existe. Como não há dinheiro para fazer um piloto como esse e começar um trabalho? O mundo vai passar a nos copiar. Vão dizer: "O Brasil descobriu a roda. O menino comete um crime hediondo, paga a sua pena e eles devolvem um atleta para a sociedade!". Esse menino, que um dia fez a sociedade chorar, agora faz a sociedade sorrir com medalhas no peito. Vamos ressocializá-los. Essa proposta é cristã, é inclusiva, é social, não mata, não exclui e forma um atleta. Ora, por que não discutimos isso juntos? Eu tenho pedido aos Líderes de partido: "Deixem-me falar com o seu partido, com a sua bancada". Eles fecham a porta! Nós estamos diante de um Governo que diz: "Não. Somos contra ideologicamente". Parabéns, é uma posição de vocês, mas qual é a saída? "Não, somos contra." Sim, parabéns, mas qual é a solução? Vocês são governo. "Não, somos contra ideologicamente." Sim, parabéns, mas qual é a saída? "Não, somos contra." E daí? E o povo está chorando, clamando, sangrando nas ruas, pedindo socorro: "Nós votamos em vocês. Estão nos matando, destruindo!". São órfãos de pessoas assassinadas, empresários pobres e ricos assassinados nas ruas, e nós estamos aqui, calados. Um homem com 17 anos, no Brasil, que estupra, mata e sequestra, quando a televisão vem – ele estuprou, atirou na cabeça de uma criança –, tem que colocar tarja no rosto porque ele é criança. Mamãe, me acode! Mamãe, me acode! Só falta eu ver chover para cima, porque tudo eu já vi, então. Tudo eu já vi, então. Então, veja, nós precisamos chamar o Presidente do Supremo e o Presidente do STJ, chamar esta Casa, juntar com o Executivo e dizer: "Vamos fazer um piloto, vamos mudar essa lógica, vamos dar uma resposta para a sociedade". Agora, como a Câmara está fazendo lá, mudar de 18 para 16... Eu soube, na semana passada, que dois Deputados indicaram meu nome para falar sobre isso na comissão. "Não, nós não queremos ouvir político aqui. Nós só queremos ouvir técnicos." Eu, há 35 anos, tiro e recupero gente da rua – 85%. Eu não conheço um índice como esse não mão de um técnico. Por quê? Eu estou na vida pública para fazer brincadeira? É claro que não! Reduzir de 18 para 16 é uma piada! É uma piada, é tentar brincar com a sociedade. Quem está na rua, estuprando, tem 14, tem 15, tem 16. Daqui a pouco, vão fazer outra reunião, outra comissão para descer para 14; depois, outra comissão, outra reunião para descer para 13. Então, chegando nesta Casa, nós precisamos tomar isso com seriedade e esquecer sigla partidária, esquecer Governo, oposição. Vamos nos juntar em favor da sociedade. Penso que é isso o que V. Ex<sup>a</sup> está falando, está propondo, pegando a ponta de um aqui, a ponta de outro, juntando ao que V. Ex<sup>a</sup> pensa, para que nós possamos chegar a bom termo. Eu já convidei todo mundo aqui, Senadora Ana Amélia, e ninguém vai. Eu queria que V. Ex<sup>a</sup> conhecesse a minha instituição. Eu tenho um centro de treinamento de MMA. Estou acostumado a tirar o 38 da mão de uma pessoa e fazer dela um atleta. Dá certo, tem saída. Alguma coisa tem que ser feita. Eu disse isso em uma palestra, numa universidade, e uma pessoa que era contra a redução falou: "Mas o que o senhor está propondo é muito difícil". Amigo, muito difícil? Difícil é o que está aí! Difícil de aguentar é o que está aí. Então, precisamos realmente tomar essa iniciativa. V. Ex<sup>a</sup> me perdoe pelo aparte tão longo, mas é porque sou muito apaixonado pelo tema. É a minha vida, é o ministério que Deus me deu, é o que eu respiro. Só o que eu sei fazer é tirar gente da rua ao longo da minha vida. Isso me chama muito a atenção. Eu não estou aqui para reclamar de sistema prisional. Está inchado mesmo, está inchado mesmo. Já podia ter mudado, mas as autoridades não querem. Eu sei lá, só Deus. Só daqui para frente nós vamos saber o que foi essa Copa, com esses estádios de R\$2 bilhões. Já estão dizendo que o negócio chegou no Blatter, e o Blatter fez tantos elogios ao Brasil que já começamos a ter medo, não é, Senador Flexa? Mas eu espero que quem tinha dinheiro para fazer essa lambança toda tenha dinheiro também para mudar o sistema prisional ou, pelo menos, para começar a fazer um piloto dessa natureza, para que possamos dar uma resposta à sociedade. Obrigado.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Obrigada, Senador Magno Malta. Sempre me lembro disso quando falo sobre esse tema. V. Ex<sup>a</sup> citou o exemplo do sistema penitenciário italiano, que é um regime democrático, europeu, de grande tradição na história do mundo e exemplo importante de um sistema em relação ao preso, ao apenado. Ele cumpre a pena trabalhando, o trabalho dele é remunerado. Então ele tem, sim, a condição da ressocialização.

Vou lhe dar outro exemplo, Senador. Vou lhe dar o exemplo de um país que não é democrático, Cuba. Eu visitei, por dois dias, uma prisão em Havana – isso há vários anos, em 1985 – com o então Ministro da Justiça, Paulo Brossard e o Secretário Nacional de Política Penitenciária. Eles se interessaram em visitar o presídio e eu também. Claro, não fomos falar com os presos políticos, porque com esses não podíamos ter contato. Eram presos comuns. Aquela prisão, talvez, seja o pavilhão destinado aos turistas ou às visitas. Eu lembrei do meu internato, no Colégio Rainha da Paz, em Lagoa Vermelha: as caminhas branquinhas, com lençóizinhos bran-

cos, todas arrumadas – uma penitenciária masculina! –, as escovas de dente em cima do criado-mudo, que lá na minha terra, no Rio Grande, chamam bidê. Presídios com regime disciplinar comandados pelas autoridades militares de Cuba. O trabalho dos presos cubanos respondia por 82%, à época, do custo da penitenciária. O trabalho pagava a estada deles na prisão. O dinheiro que recebiam era distribuído entre eles e as famílias. Pouco, porém uma remuneração. Os presos eram divididos por habilidades: mecânicos trabalhavam numa oficina mecânica; marceneiros, numa marcenaria; quem entendia de agricultura plantava uma horta para manutenção do presídio.

Um dia, falei sobre isso no plenário e alguém disse que eu estava elogiando o regime cubano. Não. Eu estava destacando um modelo exemplar de sistema penitenciário prisional.

Só isso, assim como V. Ex<sup>a</sup> levantou o exemplo muito bom da Itália. É evidente que não vou dizer que o melhor exemplo é o dos Estados Unidos, nas prisões de Guantánamo, com uma bola de ferro no tornozelo do bandido – não necessita disso –, mas nós temos, sim, formas de tratamento. Agora, o apenado ficar dentro de uma cadeia, sem nada para fazer, Senador, sem praticar MMA para, digamos, desaguar todas as suas iras, as suas neuroses ali? O esporte, o trabalho, precisa de tudo isso. E criou-se até uma possibilidade de recuperação para quem tivesse aderido a uma igreja, lá praticasse, fizesse um trabalho religioso dentro da penitenciária, ou a leitura de livros para a redução de pena. Mas nada como o trabalho para recuperar adequadamente um ser humano.

E concordo com V. Ex<sup>a</sup>: redução da maioridade penal, mudança do Estatuto da Criança e do Adolescente em relação ao crime hediondo. Não importa a idade. Hoje, eu até me surpreendi. Queria cumprimentar o jornalista Cláudio Humberto, porque estava ouvindo a Rádio Bandeirantes, a BandNews de Brasília, e ele falou que essa questão da maioridade deveria ser: “cometeu o crime, especialmente se for hediondo, não tem que ter idade, porque a pessoa sabia o que estava fazendo quando matou.” E, agora, V. Ex<sup>a</sup> vem nessa questão. A questão é o tipo do crime cometido.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco União e Força/PR – ES) – Para cooperar com V. Ex<sup>a</sup>, o crime não trata com faixa etária. Tem 14 anos e a capacidade de queimar o Tim Lopes no pneu, esse vira o gerente. Quem manda é esse. Então, ele tem lá 50, 60, 40. Esse manda no bairro, manda fechar o comércio, determina luto, com 14, 13 anos. Ora, se o crime não trata com faixa etária, por que nós temos que tratar? Se o menino com 13 anos é o dono da boca e manda na área da escola dele, manda fechar a escola, abrir escola, manda avisar a diretora que não haverá aula, anda de moto, com a escopeta nas costas, nós é que vamos tratar? E, depois, quando um homem desses é preso, tem que botar uma tarja no rosto dele, porque ele não pode ser visto? Olha que coisa absurda! Então, veja: se não trata, por que vamos tratar? Porque o próprio crime já entendeu que, hoje, avançamos tanto. Na minha época, com 13 anos, eu era menino, mas, hoje, com 13 anos, não é menino mais. Um menino de 8, 7, 6 anos toma o celular da mão do pai e desmoraliza o computador. O pai nem sabe mexer naquilo, e o menino descobre coisas que nem imaginávamos que havia lá dentro.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – É verdade.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco União e Força/PR – ES) – Aí vai me dizer? Ora, quem pega uma arma para matar sabe exatamente o que está fazendo.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Senador Magno Malta, como estava dizendo, o Brasil é o único país do mundo que tem...

**O Sr. Magno Malta** (Bloco União e Força/PR – ES. *Fora do microfone.*) – O Tim Lopes era seu colega.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Exato. O Tim Lopes, sim, uma vítima fatal, porque exatamente tratava de informar a sociedade sobre o que acontecia naquelas regiões do Rio de Janeiro.

Mas eu queria dizer que o Brasil é o único país que dá o privilégio – eu diria um tratamento – para o apenado, que cometeu um crime e, por isso, está preso, de poder sair da cadeia três vezes por ano, em três datas: Dia das Mães, Natal... É o famoso saidão. E quanto a esse preso, em geral, há um retrabalho, porque a polícia, que deveria estar cuidando da segurança, vai ter que buscar esse criminoso que não retorna à cadeia. Ele não retorna. Os índices de não retorno à penitenciária são elevadíssimos, mais de 70%. Então, há um gasto adicional para recuperar, trazer de volta para a cadeia, quando deveriam estar cuidando da segurança.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Permita-me um aparte, Senadora Ana Amélia?

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Então, Senador, o meu projeto não tira esse benefício de sair, mas limita. Em vez de quatro, apenas uma saída por ano, mas na condição de que ele seja réu primário e não seja reincidente, não tenha cometido o crime. Ele, que foge, vai ter depois o direito de sair novamente.

O Senador Pedro Taques, agora Governador de Mato Grosso, foi Relator na Comissão de Constituição e Justiça e aprovou esse projeto. Houve um debate em Osasco, lá em São Paulo, e 90% das pessoas que participaram do programa, na rádio, foram favoráveis a isso. Apenas alguns poucos não concordaram, porque achavam que a saída permitia a ressocialização. Ora, se ele sai dali sem um tostão no bolso, o que ele vai fazer para ter o

dinheiro? Assaltar o primeiro que ele enxerga. É isso. Há reincidência do crime. Nós temos, no Rio Grande do Sul, vários casos. No Brasil inteiro, vários casos. Então, simplesmente não está tirando, mas está criando as condições.

Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (Bloco Oposição/PSDB – PA) – Primeiro, Senadora Ana Amélia, quero parabenizá-la pelo pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> faz na tarde de hoje. Essa questão do sistema penitenciário brasileiro há muito tempo já deveria ter tido, por parte do Governo Federal, uma atenção e uma ação no sentido de reverter o quadro que está aí. A violência no Brasil, hoje, está em todos os Estados. Não há um Estado que possa servir de exemplo para a Nação. No próprio Rio de Janeiro, o Governo está se achando incapaz de manter as unidades pacificadoras. Era um exemplo que estava dando certo e, de uma hora para outra, a prática da violência voltou a essas áreas onde estão instaladas as unidades pacificadoras. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão quanto ao projeto que propõe, no sentido de que, ao invés de quatro saídas para o apenado, que tenha uma, e, se ele não retornar, não tenha mais nenhuma. Agora, é preciso que haja realmente esse controle. Acredito que essa questão do sistema penitenciário tem que ser uma ação tripartite – União, Estados e Municípios –, os três entes federados agindo em conjunto. Não adianta haver verbas para o sistema penitenciário que não são liberadas, que, como V. Ex<sup>a</sup> colocou, R\$2 bilhões para o superávit primário. Tudo é superávit primário, não se pensa em outra coisa. Os estudantes universitários estavam fazendo faculdade pelo programa de financiamento, o Fies, que foi cortado em 50%. O que vai acontecer com esses 50% que foram cortados? Vão deixar de estudar. E a marca do Governo é Brasil, Pátria Educadora. Então, tem que educar e não dizer que vai educar. Acho que o momento tem que ser agora. Talvez o Senado, o Congresso possa ser o mentor da ação no sentido de juntar os três entes para que possam agir. A obrigação é do Estado, o recurso deveria ser transferido pela União, o que não ocorre, e é no Município que acontece o crime. É lá que as pessoas nascem, vivem, e morrem. É preciso pensar, não dá mais para continuar como está. É preciso que haja uma ação para encontrar um caminho. Exemplos há muitos no mundo todo que podemos adaptar – não copiar – para a realidade do nosso País. Fazer um sistema penitenciário, como foi dito aqui, em que o apenado tenha condições de trabalhar, produzir para o seu sustento e o da sua família, e não receber o dinheiro e ficar preso. Às vezes, ele pode até pensar – se não fosse não horroroso como o é: “eu serei preso, terei alimentação garantida, um recurso que me parece ser de R\$900,00, que transfiro para minha família. Lá fora, vou ganhar um salário mínimo, menos do que isso, e ainda vou ter que trabalhar.” Essas distorções levaram o Brasil a essa situação lamentável em que se encontra. Parabéns! Trabalharei para o seu projeto e votarei para que ele seja aprovado rapidamente.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Apoio Governo/PP – RS) – Além desse projeto de limitar a apenas uma saída por ano, Senador Flexa Ribeiro, também sou autora do PLS nº 25, de 2014, que proíbe o contingenciamento do recurso para o Fundo Penitenciário, para ser aplicado, de fato, esse dinheiro. Essa é a situação.

Hoje, a falência é tão grande que quem manda na cadeia são os criminosos. Eles administram a cadeia. Lá dentro, eles fazem os novos sistemas de crime como o sequestro relâmpago. O ordenamento é de dentro da cadeia, com celulares, com todo o arsenal tecnológico. Quando houve a introdução do RDD (Regime Diferenciado Disciplinar), foi um deus nos acuda, porque o Comando Vermelho e outros comandos de criminosos que determinavam a liderança desses processos acabaram criando até um sistema. Um helicóptero desceu dentro de uma penitenciária de São Paulo. Ficaram famosos esse sistema e esse fato.

Então, eu queria dizer que, no caso do orçamento federal, o Fundo Penitenciário Nacional tem sido alvo de contingenciamento no Orçamento, e isso prejudica os repasses das verbas que os Estados possam construir ou reformar estabelecimentos penais.

Nos últimos 13 anos, dos R\$4,5 bilhões autorizados no Orçamento da União, pouco mais de um bilhão foi desembolsado. É inaceitável que os recursos de um fundo tão lucrativo quando o do Funpen, com mais da metade das receitas, 63,68% formadas por loterias, sorteios de números de apostas, não sejam disponibilizados para áreas tão importantes como é a área de segurança pública.

Então, eu queria exatamente reforçar a convicção sobre esse tema, e a questão da maioria penal...

*(Soa a campanha.)*

Senador José Medeiros, estou finalizando, pois fui muito bem auxiliada em dois brilhantes apartes, do Senador Magno Malta e do Senador Flexa Ribeiro. Quero dizer que, no nosso sistema prisional, as políticas equivocadas e a falta de uma boa administração de recurso público para a área de segurança não podem ser usadas como desculpa e bode expiatório para retroceder neste tema em que nós precisamos cada vez mais insistir.

Neste domingo, aliás, o jornal *Folha de S. Paulo* mostrou claramente que não há dados oficiais confiáveis sobre a participação de jovens em crimes. Isso mostra o completo descaso de muitas autoridades em relação a estes temas: “violência” e “insegurança”. Sem dados claros e sem políticas bem definidas, a banalização da

violência inevitavelmente aumenta e, com ela, os crimes e a impunidade – aí reside o grande problema – tanto de menores quanto de maiores infratores.

Os crimes por menores são muitos, ao contrário do afirmado pelo Governo Federal, com base em debate do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, de que os menores cometem apenas 0,5% dos homicídios no Brasil. Por causa da ausência de dados nacionais sobre este relevante tema, a própria *Folha de S.Paulo* foi obrigada a solicitar a todos os Estados números sobre a violência cometida por menores. Com metodologias variadas, apenas oitos Estados e o Distrito Federal divulgaram as informações referentes ao ano passado.

Em sete dos Estados consultados, a participação de menores em crimes foi igual ou superior a 10%, enquanto o Governo fala que no geral é zero vírgula alguma coisa, nem 1%. No Ceará, a participação chegou a 31%. No Mato Grosso, seu Estado, o percentual foi menor, 4%. São Paulo e Rio de Janeiro, cidades que costumam ter elevados índices de violência, por suas dimensões, não forneceram dados ao jornal *Folha de S.Paulo*. Para reforçar o quão preocupante é a situação da violência no País, basta conversarmos com as pessoas nas ruas ou com qualquer amigo que a gente tenha e que já sofreu um assalto.

Todos os dias, a violência e a falta de segurança fazem parte não apenas das manchetes dos jornais, mas também da rotina das pessoas, independentemente de classe social. Há duas semanas, por exemplo, a adolescente Danielly N. F., de 17 anos, uma das quatro garotas estupradas e espancadas por quatro adolescentes e um adulto, morreu no Hospital de Urgência de Teresina, no Piauí. Depois de estuprada, essa jovem foi arremessada de um morro de uma altura de sete metros. Danielly sofreu lesões no tórax, chegou a ser submetida a uma cirurgia de reconstituição da face, mas não resistiu às complicações. Detalhe importante: todos os menores que participaram desse crime cruel e covarde tinham passagem pela polícia.

No meu Estado, o Rio Grande do Sul, pelo menos 19 adolescentes fizeram uma monitora da Fundação de Atendimento Socioeducativo – Fase refém entre as 22h de domingo e 1h da manhã de hoje, em Porto Alegre. O caso aconteceu no pavilhão superior do complexo da Fase, na Vila Cruzeiro. Fase é como se chama lá, Senador Magno Malta, no Rio Grande do Sul. O local é destinado para os internos com mais de 18 anos e que foram internados antes de completarem a maioridade. Os adolescentes estavam armados de estoques e paus e exigiam a transferência de um interno para o Presídio Central. Quatro funcionários da Fase ficaram feridos e foram encaminhados ao Hospital de Pronto-Socorro.

Casos como esses são recorrentes em qualquer cidade do Brasil. Até Municípios de médio porte são hoje vítimas das ameaças trazidas pela insegurança e violência.

Recebi recentemente a mensagem de um pai aflito, vítima da criminalidade. Eduardo Rodrigues perdeu o único filho, Diego Machado Rodrigues, morto por três criminosos, sem a mínima chance de defesa. Revoltado, o pai pede socorro para que as leis sejam aplicadas com o devido rigor. São famílias massacradas e humilhadas pela violência e pela banalização dos crimes no Brasil. São jovens e crianças perdendo a vida por causa da crescente violência protagonizada não só por menores infratores, mas também por adultos.

A sociedade está tão cansada e já não sabe aonde bater que, em Novo Hamburgo, nasceu um projeto para acabar, Senador – veja só, é o desespero da sociedade –, como o semiaberto. Qual é o motivo? É porque também esses que são beneficiados pelo semiaberto acabam, nos dias em que saem da prisão, cometendo crimes. Então as pessoas estão querendo até acabar com o semiaberto.

Não chego a esse ponto, mas é preciso um controle muito maior do funcionamento dos presídios para que a sociedade não fique refém, tendo que ficar presa, cercada por grades, alarmes, cercas, por tudo, dentro de casa, e a cidade entregue para a marginalidade.

É o grito que a sociedade está dando. Como fazer? Temos que encontrar uma saída, sob pena de aumentar o nosso descrédito por essa sociedade que clama por uma solução.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Obrigada aos Senadores pelos apertes.

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Estava inscrito pela Liderança o Senador Capiberibe, mas, nesse caso, fala como orador inscrito o Senador Magno Malta, já que o Senador não está presente nesse momento.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhores e senhoras que nos veem pela TV Senado, que nos ouvem pela Rádio Senado e que nos acompanham pelas redes sociais desta Casa.

Sr. Presidente, são dois os motivos que me trazem a esta tribuna hoje. O primeiro deles é para fazer um registro feliz: nesses últimos 10 dias, participei de três Marchas para Jesus tremendamente maravilhosas.

No sábado retrasado, participei no Rio de Janeiro de uma marcha com quase um milhão de pessoas que lotou o Sambódromo. Eu quero aqui parabenizar os organizadores da marcha por organizar as lideranças evangélicas do Estado do Rio de Janeiro, fazendo referência ao meu amigo, Pastor Silas Malafaia, à Ordem dos Ministros, às lideranças, aos diversos vieses de confissão de fé católica que ali estavam e que marcharam paci-

fica e ordeiramente pelas ruas do Rio, saindo da Central do Brasil, pela família tradicional, pelo Brasil e contra a corrupção.

Momento memorável quando o Sambódromo foi tomado, literalmente tomado, esborrando por todos os lados. E um povo ordeiro, que conhece hoje o seu papel, abençoava o Rio de Janeiro porque confia em Deus e sabe que o Deus e o Jesus por quem nós marchamos no Rio é que pode mudar a situação do Rio, ministrando vitória sobre essa cidade, libertação das drogas, do medo, da destruição, do crime, do sequestro, do estupro, do abuso de crianças.

De igual modo aconteceu em São Paulo. A memorável Marcha para Jesus, a maior do mundo, aconteceu em São Paulo. Se lá em São Paulo, Sr. Presidente, não havia quatro milhões, eu não sei fazer conta nem conheço movimentação de gente em grandes encontros – e eu conheço.

No outro dia, a mídia disse que tinha 350 mil pessoas. É uma brincadeira de mau gosto. Aliás, não é nem novidade, porque tudo que fazemos pela paz, pela vida, onde tem evangélico no meio, as coisas são sempre diminuídas. É um *upgrade* para baixo, se é que existe isso.

Mas eu quero parabenizar a organização da marcha: o Apóstolo Estevam, a Bispa Sônia, a Igreja Renascer, que fez a primeira marcha do Brasil, há 22 anos, o Apóstolo Valdemiro, a unidade da confissão de fé de católicos e espíritas na rua, pessoas cristãs que amam este País, amam este País de maneira tão forte que foram marchar em nome de Jesus, esse Jesus que tinha natureza humana e natureza de Deus. E, na sua natureza humana, Ele ensinou: “Dai a César o que é de César...” e na sua natureza de Deus: “...e a Deus o que é de Deus.” Dizia: nós estamos em sociedade e precisamos conhecer os nossos direitos e requerer os nossos direitos. Nós não podemos ser manobrados, ser massa de manobra para aqueles que querem chegar ao poder nos usando. E, no exercício do poder, eles vilipendiam valores de família, destroem a família, porque é mais fácil dominar o Estado com uma família destruída e, por via de consequência, também a sociedade.

No sábado próximo passado, eu fui à Marcha de Manaus. Havia um milhão de pessoas na rua. Parabéns à Ordem dos Ministros da Amazônia pela organização! Tive a oportunidade de conviver de perto com aqueles ministros e também sacerdotes católicos que faziam aquela grande marcha pela paz, naquela grande avenida, que se encerrou no sambódromo de Manaus.

Quero, de uma maneira muito especial, abraçando essa Ordem de Ministros, abraçar o Pastor Jônatas, Pastor Presidente da Assembleia de Deus, o meu amigo Apóstolo Renê Terra Nova e todos os outros líderes que não tenho como citar o nome por falta de saber esses nomes. Mas lá estava o Prefeito Arthur Virgílio sentado, assistindo a um povo ordeiro, que não promove baderna, que não promove quebra-quebra, que não bota fogo em ônibus, que não queima patrimônio público, que não queima patrimônio de terceiros e que não deixa as avenidas lotadas com papalotes de cocaína, que não produz ocorrência policial ou até mesmo garrafas de cerveja ou latas pelo meio da rua. Muito pelo contrário. Marcharam pregando vida, conclamando que esse Jesus em oração abençoe Manaus e livre Manaus dos abusadores de criança, da violência, do tráfico; que abençoe e faça prosperar, porque Manaus, assim como São Paulo, o meu querido Espírito Santo, o seu Pará, o seu Paraná, nós somos o Brasil e nós sabemos que estamos em queda livre e, mais do que qualquer outra iniciativa, nós precisamos e dependemos de Deus.

Portanto, participei dessas três marchas, marchas memoráveis pelas ruas, de milhares de pessoas, sem fazer um acinte ao cidadão, sem fazer um ataque à fé alheia, sem fazer um ataque à cidadania de alguém, sem fazer um ataque à opção sexual de alguém, sem fazer um ataque a quem quer que seja. Muito pelo contrário. Ministramos sobre as cidades, sobre este País aquilo que de melhor nós podemos dar: o nosso sentimento de paz, de vida, as nossas energias, para que este País ganhe um rumo.

Lembro, Senador Flexa, que, quando os Estados Unidos foram atacados em 11 de setembro, meu Presidente, Bush chamou oito cidadãos experientes para uma reunião na Casa Branca, entre eles Billy Graham, considerado o grande pregador do século passado, ainda vivo, graças a Deus, com mal de Parkinson. Àquela reunião ele não pode ir, devido ao Parkinson muito avançado, mas mandou a filha. Após ouvir os sete, ele disse: “Seu pai foi convidado, e não veio.” Ela disse: “Ele mandou um bilhete ao senhor.” Entregou o bilhete ao Bush, que abriu o bilhete em que Billy Graham escreve: “A América se esqueceu de Deus.”

Sr. Presidente, este País se esqueceu de Deus. As autoridades daqui violam princípios de família, odeiam família. As autoridades daqui querem, de toda ordem, fazer a família engolir aquilo que eles querem do ponto de vista educacional, da educação sexual dos nossos filhos.

Nós podemos usar a frase de Billy Graham: este País se esqueceu de Deus!

Sr. Presidente, fazendo o registro das marchas de que participei, acho que, somando, essas marchas chegaram a seis milhões de pessoas andando pelas ruas deste País, marchando por Jesus em nome da paz.

O segundo registro que faço, este com muita tristeza, Senador Flexa Ribeiro, que me traz a esta tribuna é para fazer referência à marcha *gay*, à marcha LGBT feita no Estado de São Paulo.

E o meu pronunciamento é para revelar o meu repúdio, a minha insatisfação à maneira indigna como se comportaram, afrontando uma sociedade cristã deste País. Senador Flexa Ribeiro, dois anos atrás eles foram à avenida e levaram os símbolos religiosos da Igreja Católica em posição sensual, em pleno desrespeito a um povo, os católicos deste País. Mas, no final de semana próximo passado, eles passaram do limite, se é que não já passaram. E começo a minha fala dizendo que quem quer respeito tem que dar respeito, quem cobra respeito tem que dar respeito.

Sr. Presidente, a palavra homofobia foi banalizada neste País e não é nem tipo penal, não foi tipificada no Código Penal brasileiro. E o que é homofobia? O homofóbico é aquele que quer matar, que quer destruir, mas foi tão banalizada aqui no Brasil, na sociedade brasileira, por uma minoria contra uma grande maioria de famílias cristãs deste País, que se você não aceitar o gesto afetivo de um homossexual você é homofóbico. Se você não bate palmas para a opção sexual dele, você é homofóbico. E o que é homofobia, afinal de contas?

Eu tenho dito aqui desta tribuna, e fico muito a cavaleiro, o meu suplente no Estado do Espírito Santo é um travesti – não o suplente, o meu Vice-presidente, eu sou Presidente do meu Partido, o PR –, e lá no meu Estado o meu Vice-Presidente é um travesti e se chama Moa, é Presidente da Câmara de Nova Venécia – e eu quero até desejar saúde ao Moa, está muito doente, que Deus o abençoe e o cure.

Moa é Presidente da Câmara pela terceira ou quarta vez, votado pela sociedade porque, enquanto homem público, é um dos mais honrados e decentes do Estado do Espírito Santo, independentemente da sua opção sexual. A opção sexual dele é um problema dele. Se Deus deu livre arbítrio ao homem, não sou eu que vou tirar o livre arbítrio. Deus deu, problema dele como vai usar. A Bíblia diz: de forma que cada qual dará conta de si diante de Deus, e eu só posso dar conta de mim.

Agora, existe uma dívida minha com o homossexual, e qual é a minha dívida para com o homossexual? É o respeito, a regra da boa convivência é o respeito, é a dívida que ele tem para comigo: eu o respeito, ele me respeita. Eu sou cidadão, eu pago imposto; ele paga imposto; eu trabalho, ele trabalha. Ponto. Nós devemos nos respeitar e nos tolerar. Onde é que reside o crime, é na intolerância?

E por não glamurizar, não bater palmas e não aceitamos, por exemplo, que o PL nº 122, da homofobia, fosse aprovado aqui, nós somos fundamentalistas! Eu não posso ter opinião própria? A minha opinião me faz fundamentalista? Retrógrado, atrasado? O mundo mudou? Não é o conceito do Supremo? Se o mundo mudou, não sei. O conceito do Supremo não me interessa. Deus não mudou.

Então, eu sou atrasado, eu sou intolerante! Por que sou intolerante? Eu posso ter posição. Na minha posição, respeitar a sua posição, aqui, no Senado, respeito a posição de quem bate palma para o movimento LGBT, para quem quer identidade de gênero em escola, eu discuto, debato, mas respeito, posição se respeita.

Ontem eles fizeram a marcha deles e levaram para a avenida um travesti numa cruz, ensanguentado, coroa de espinhos, simbolizando Jesus. As fotos estão em todos os lugares. Beijando na boca outros homens. A Bíblia diz, no capítulo de Romanos, que trocaram a imagem do Deus da verdade em mentira, inflamando-se na sua sensualidade, homem com homem, mulher com mulher. Diz a Bíblia, em que eu creio, e preciso ser respeitado na minha crença: recebendo do criador, nos seus corpos, a recompensa. Ora, é a Bíblia! Eu creio na Bíblia. Eu preciso ser tolerante, preciso respeitar. Este País é cristão! Agora, aqui, eu falo em nome de milhares de cristãos brasileiros, instado pelos cristãos católicos, espíritas, evangélicos do meu Estado do Espírito Santo, que tem três milhões de votos e me mandou para cá com um milhão e meio, cobrando a posição em nome deles, milhões e milhares do País inteiro. Há uma revolta generalizada com essa atitude nefasta, inescrupulosa e reprovável. Reprovável!

Chamo atenção daqueles que aplaudem o movimento *gay*, é um direito de vocês, que são Senadores, Deputados Federais. Eu gostaria que vocês fossem à tribuna para dizer se o que aconteceu sábado é reprovável, se é digno de aplauso, se é isso mesmo o que tem que fazer. Nenhum dos senhores chegou a esta Casa aqui sem voto dos cristãos deste Brasil. O senhor não chegou aqui sem os votos dos cristãos do Pará, católicos, espíritas, evangélicos, daqueles que respeitam, amam a família e também detêm o respeito. Nós fizemos marchas ordeiras. Imaginem se, numa marcha dessas que citei, alguém tivesse queimado uma bandeira do movimento *gay*!

Isso hoje estaria nas ruas, nas televisões, nos blogues. Uma celeuma! Intolerantes, radicais, discriminadores! Mas olhem o que fizeram. Senador Flexa, veja as fotos, peça à sua assessoria para levantar as imagens, para que V. Ex<sup>a</sup> possa colocar a mão na cabeça e lembrar a sua mãe católica, o seu povo católico e dizer: todos os limites, eles já ultrapassaram, mas nesse foram longe demais! Foram longe demais! É preciso que nós nos levantemos, é preciso que nós tomemos posição.

Eu sou Presidente da Frente da Família, a Frente Parlamentar Mista, dos dois Parlamentos, e falo em nome dessa Frente. Aliás, tomei a liberdade de ligar a n Senadores, dizendo do meu pronunciamento hoje, numa segunda-feira, porque eles estarão aqui amanhã. E eles diziam: "Fale, fale no meu nome, fale em nosso nome, fale em nome da minha família."

Agora eu pergunto: esse procedimento da marcha, tão acintoso, escabroso, o que eles estavam querendo com isso? Conquistar a sociedade? Conquistar? Colocar as famílias ao lado deles? Faço mais uma pergunta: o que eles estavam querendo? Conquistar os Parlamentares, com tal comportamento? Porque tudo é votado aqui. A lei sai daqui. Boa ou ruim, sai dessas duas Casas. Era conquistar esses Parlamentares? Se a intenção foi essa, deu tudo errado – deu tudo errado! Ou a intenção foi ser acintoso mesmo, fazer deboche, fazer anarquia, que nós não podemos suportar.

Senador, Presidente, eu tomo a liberdade de enviar ao Sr. Pepe Vargas – Senador Flexa Ribeiro, meu Senador Presidente –, Ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, esse documento. Porque a Secretaria de Direitos Humanos toma posição por tudo. Só nunca tomaram posição quando o Estado Islâmico faz decapitação de cristãos, matam crianças, aí eles ficam calados. Você imagine se tivesse sido queimada uma bandeira LGBT numa praça dessas no final de semana: eles já teriam se pronunciado. Mas quero que o Ministro se pronuncie sobre essa violação de direitos, sobre essa intolerância. A Ministra Maria do Rosário, qualquer coisa que versasse sobre casamento homossexual, ela se levantava como uma gigante.

Eu não vi esta Secretaria de Direitos Humanos se levantar contra a barbaridade dessas meninas estupra- das e mortas por esses homens travestidos de crianças chamados menores, lá no Piauí. Tiveram paus e pedras colocados dentro da vagina, cortaram o bico do peito das crianças, jogaram-nas de cima de uma ribanceira – a Senadora Ana Amélia acabou de falar aqui. Eu não vi pronunciamento de ninguém. Mas eu quero, como Senador, estou documentando a barbaridade, a afronta aos cristãos deste País, ao Sr. Pepe Vargas, para que o Ministro me responda, responda ao Brasil, para que eu possa vir a esta tribuna e ler a resposta do Ministro do Governo.

Eu estou enviando, Sr. Presidente, ao Sr. Procurador-Geral da República, o Dr. Janot – não gosto de ler nada, só quero ler o cabeçalho aqui:

O Senador da República Magno Malta, presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Família e Apoio à Vida, com gabinete [...] na Ala Senador Tancredo Neves, gabinete 57 no Senado Federal, local que indica desde já para o recebimento de futuras notificações, vem, mui respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com base nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal, no art. 208 do Código Penal brasileiro, submeter à apreciação de Vossa Excelência a seguinte representação, em face dos organizadores da 19ª Marcha do Orgulho [...] [Gay] (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) [que eles têm todo o direito de fazer; está respeitado, o País é democrático, cada um faz o que quer, cada um segue a sua vida, nós só não temos o direito de desrespeitar e sermos intolerantes com os outros] e de todos os responsáveis pelo escárnio, vilipêndio à imagem de Jesus Cristo [que, como cristão, eu amo! É o Senhor da minha vida. Não estou aqui falando e fazendo reverberar coisas em que outros creem! Eu creio! Eu creio! Ele é o Senhor da minha vida! Ele não precisa de mim para defendê-lo! Mas eu me sinto na obrigação de levantar minha voz no meio de tamanha profanação, tamanho escárnio, para revelar o meu repúdio!] Todos os responsáveis por esse escárnio e vilipêndio à imagem de Cristo na cruz, pela disseminação de ódio e intolerância religiosa [eles falam em homofobia...

(*Soa a campanha.*)

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) –

... seria cristianofobia o que eles estão fazendo? Essa intolerância? Cristofobia? Catolicofobia? Evangelicosfobia? Confissão de fé diversas fobia?] durante a realização do evento pelas razões de fato e de direito adiante expostas.

Dos fatos [...].

Data de 7 de julho...

Aqui eu começo a descrever a Marcha e trago aqui para ele a lei, trago para ele a lei. Acabei de citar a lei. Eu relato o procedimento, eu relato as imagens e trago aqui para ele as fotografias. Pode-se filmar aqui? Aqui, Senador Flexa. Você filma aqui e põe maior lá na câmera.

Senador Capiberibe, olhe aqui, por favor. Esse *banner*, nesse trio traz o apoio da Petrobras e da Caixa Econômica. Eu pergunto aos Srs. Senadores, aos Deputados Federais: É legal isso? É honesto isso? A Caixa Econômica e a Petrobras financiarem um movimento como esse, por quê? Este País, a Caixa Econômica e a Petrobras foram construídos com o suor do Brasil, com o meu suor, com o suor da minha mãe, com o seu suor, com o suor de católicos, de espíritas, de hinduístas, de budistas, de evangélicos. E nós vemos o nosso dinheiro aqui patrocinando esse escárnio contra Jesus Cristo.

E eu peço, então, ao nosso querido Procurador que veja essas imagens dos crucifixos, homens nus se tapando com o crucifixo, Senador Capiberibe. E V. Ex<sup>a</sup>, que tem boa convivência com os evangélicos, pois eu já estive lá, quando do segundo turno das eleições, pedir aos evangélicos que votassem no seu filho, olha que barbaridade! Olha que escárnio diante de uma imagem de Nossa Senhora, que é tão cara para os católicos! Olha que barbaridade! Olha que escárnio! Olha o tamanho do escárnio! Olha aqui o tamanho do escárnio, pois está escrito “Não à homofobia, LGBT.” E nós sabemos o que estava escrito na cruz com a morte de Jesus: “Este é o rei dos judeus.” O que é homofobia? Banalizaram essa palavra que não tem tipificação no Código Penal. Olha aqui a barbaridade! Não é possível ficar calado.

Quando eu cito o Ministro Janot, o nosso Procurador-Geral, eu faço o pedido. Diante dos fatos narrados que subsumem perfeitamente as normas legais referidas, configurando crimes que ofendem garantias e princípios constitucionais, mormente o princípio de tolerância e respeito à diversidade religiosa, eu venho requerer de V. Ex<sup>a</sup> o recebimento e o processamento da presente notícia crime com o fito de servir de base para, constatadas a presença de indício suficiente de materialidade e a autoria, conforme narrados a outros que V. Ex<sup>a</sup> entenda presentes, que V. Ex<sup>a</sup> ofereça denúncia crime ao Poder Judiciário ou, caso entenda pela necessidade de maiores esclarecimentos, que requisite a instalação de inquérito policial para que sejam apurados os fatos e a responsabilidade penal de todos os imputados por organizar e protagonizar conduta criminosa prevista no Código Penal.

Digo mais. Eu desafio os Srs. Senadores que pensam diferente de mim e que são respeitados para que amanhã venham a este plenário e façam o discurso dizendo: “Eles agiram certo. Parabéns. Fizeram muito bem”. Sabem por que vocês não farão? Porque vocês têm medo do voto da base de vocês. Esse povo não é besta mais – eu alerta. Ou, então, venham aqui amanhã e digam: “Vocês passaram do limite, vocês passaram do limite. Não é assim que se faz”.

Eu conclamo os Deputados Federais da Frente Parlamentar Mista da Família, conclamo o Deputado Carimbão, Presidente da Frente Parlamentar Católica, e conclamo o Eros Biondini, da Frente Parlamentar Espírita, para que amanhã encham aquela Câmara e tomem posicionamento, porque não basta dizer que somos, precisamos assumir quem nós somos publicamente.

Eles passaram do limite, porque tem um Governo que os respalda. Essa barbaridade, financiada com dinheiro da tão combatida Petrobras, da nossa Petrobras que se encontra na força, combatida, sem forças para se levantar, mas que ainda tem dinheiro para patrocinar uma barbaridade como essa. Avaliem os senhores, se a Petrobras ou a Caixa tivesse patrocinado a Marcha para Jesus de um desses lugares ou Estado, o escândalo que hoje já estaria nos jornais deste País.

Fica aqui o meu repúdio, em meu próprio nome, da fé que eu confesso e professo e da Bíblia em que eu creio. Eu amo a Jesus, Senador Capiberibe, eu amo a Jesus, Senhor da minha vida, minha referência.

Da ofensa que senti, que sobreveio sobre mim... Mas eu nasci desmamado, eu nasci desmamado, eu sou filho de Dadá, eu não boto o galho dentro nunca. Medo eu conheço de ouvir falar, nunca fui apresentado. Eu posso sofrer retaliação. Que venha. Aí não cito mais a Bíblia, vou citar Erasmo e Roberto Carlos: “Pode vir quente que eu estou fervendo”. Ninguém vai me calar. Ninguém vai me calar!

Se este País ainda não foi para o fosso e implodiu, foi por causa dos cristãos, das famílias ordeiras, das famílias que não fazem baderna, vilipêndio, das famílias que não têm boca de fumo, das famílias que não fabricam bebidas alcoólicas, material pornográfico, das famílias que não ensinam jovem a ir para balada, a desrespeitar pai e mãe e a se alcoolizar na madrugada. Nós não temos boates, nós temos templos, que nos respeitem! Que nos respeitem!

Ninguém vai me calar! Ninguém vai me calar! “Mil cairão ao teu lado, dez mil a tua direita e nenhum mal te atingirá”. E aí eu pergunto: quais as razões que eu tenho para temer? Nenhuma. Nenhuma razão para temer.

Um pastor, que falava dando uma aula num congresso sobre homossexualidade na igreja, foi denunciado por um Deputado. E, de repente, lá baixou a polícia, que fechou as portas da igreja e já levou todo o material. E denunciaram o pastor na Procuradoria, porque ele estava falando de um assunto que ele crê, que está na Bíblia. Quem o proíbe? Olhem só que barbaridade! Um lançou um livro, censuraram a capa do livro, foi denunciado na Procuradoria-Geral da República. Imagine o senhor. Eles fazem isso e ninguém faz nada, esperando que a gente vá se calar?! O tempo da cegueira passou, o tempo da surdez não existe mais, o tempo de ficar mudo ficou para trás, o tempo da idiotice já não existe mais, absolutamente deletado, pois...

Eu quero estar neste plenário amanhã e eu quero ouvir as manifestações daqueles que sempre aplaudem, daqueles que dizem que está certo colocar nas escolas identidade de gênero. Eu não sou contra, não, mas que o Governo faça uma escola tão somente homossexual, e o pai que se sentir à vontade coloque o filho dele lá, para ele aprender identidade de gênero desde criança. Mas não venham querer colocar nas escolas, como eles querem agora, pelos Municípios, pelos Estados, tentando enfiar goela abaixo e desfazer aquilo que

pai e mãe ensinam em casa. Faça uma escola separada. Se um pai homossexual ou uma mãe achar bom, que coloque seu filho lá, mas não tentem colocar isso goela abaixo de um Estado absolutamente cristão, majoritariamente cristão, que, repito, ama Jesus.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador Magno Malta, não é só V. Ex<sup>a</sup> que está embasbacado com o que foi feito ali. Veja bem: o Presidente do Conselho de Atenção à Diversidade Sexual de Cuiabá, Valdomiro Arruda, avaliou como uma aberração. Ele foi para a parada *gay* em São Paulo e ficou estarecido com o que viu lá. Ele disse o seguinte: “A parada é uma forma de lutarmos contra a violência e defender os interesses da nossa opção sexual, e fui a esse encontro para isso”. Mas ele disse que, como católico, saiu de lá muito decepcionado com o que viu: pessoas usando símbolos religiosos como tapa-sexo, introduzindo crucifixo nas partes íntimas, simulando cenas sexuais com pessoas no crucifixo, como se fossem Jesus, dizendo que estava ali lutando contra a homofobia. E V. Ex<sup>a</sup> disse muito bem, como também o Valdomiro Arruda disse: “Em que isso contribui para diminuir a homofobia?”

O que V. Ex<sup>a</sup> trouxe aqui, hoje, é muito interessante. E o Ministério Público precisa estar atento a isso. O que foi cometido ali foi um crime. Existe um decreto no Brasil, o Decreto nº 2.848, de 1940, que fala sobre injúria religiosa. E a pena não é pequena, é uma pena de um a três anos, mais multa.

E tudo isso patrocinado por quem? Com o dinheiro de quem? Isso é um absurdo. V. Ex<sup>a</sup> mostrou o cartaz aqui para todo mundo ver ao vivo e em cores: patrocinado pela Petrobras.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Aliás, eu protocolo agora um ofício nesta Casa – já deve estar protocolado – pedindo à Petrobras e à Caixa Econômica que informem os valores que saíram dos cofres públicos para patrocinar essa barbaridade.

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador, há mais uma coisa. Penso que isso é fruto – V. Ex<sup>a</sup> falou da idiotia aí – do que Nelson Rodrigues dizia muito bem na Revolução dos Idiotas: hoje são tantos e estão em tantos lugares que, por serem em maior número, já querem tomar o poder. Então, não tenho dúvida de que muita gente, assim como Valdomiro Arruda, não concordava com a aberração que foi feita. Isso é um absurdo. É de uma burrice relinchante, olhando do ponto de vista do objetivo da marcha.

Quero parabenizá-lo por ter feito esse pronunciamento, porque alguém precisava dizer. V. Ex<sup>a</sup>, com muita coragem e propriedade, disse aqui o que a família brasileira, com certeza, está querendo falar. Muito obrigado.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco União e Força/PR – ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Quero passar a palavra para o Senador João Capiberibe e também saudar a presença do nosso Deputado Federal pelo Mato Grosso, do PSB, Adilton Sachetti, que muito nos honra aqui com a sua presença.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, se eu perguntasse a todos se os senhores e as senhoras acreditam nas instituições brasileiras, no Judiciário, no Legislativo e no Executivo, a resposta seria majoritariamente não.

Eu me sinto, muito das vezes, constrangido, porque faço parte do Poder Legislativo. Eu sou Congressista, tenho a função de legislar, tenho a função de fiscalizar e de trazer para esta Casa as dores e os anseios da sociedade do meu Estado e da sociedade brasileira. É constrangedor, sim, a desqualificação da democracia.

Ontem, mais uma vez, um programa da Rede Globo, a resenha semanal Fantástico, trouxe uma matéria sobre o comportamento desonesto das Assembleias Legislativas do Brasil. Há três ou quatro semanas, o Fantástico trouxe também matérias sobre o comportamento das câmaras municipais, sobre os desvios de altas somas desses Legislativos.

Ora, esse comportamento atinge a democracia. Não é a denúncia que atinge, pois a denúncia qualifica a democracia e a liberdade de imprensa, mas, agora, o comportamento desonesto, sim, desqualifica a democracia, colocando-a em xeque. Nós sabemos que a democracia só fez bem a este País, foi o que melhorou o País e o que fez o País avançar. E aqui cada um puxa para si o mérito pelos avanços do nosso País, que são remarcáveis, que são claros, que são evidentes. O Brasil melhorou, o Brasil se projetou em todos os cenários. Agora, ele poderia ser mais, poderia ser melhor, poderia ser um país com uma presença muito mais forte no cenário internacional e também no cenário interno, em todas as camadas sociais.

Ontem, o programa acusou membros da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e do Amapá, passando pela de Goiás e pela de outros Estados. Eles se defendem com tanta veemência que, às vezes, até duvidamos que eles sejam capazes de agir com tamanha desonestidade. É claro que não vou acreditar na defesa desses Parlamentares corruptos e desonestos que insistem e reafirmam que não cometeram aqueles crimes, até por que eu tenho os números, os dados tirados dos portais de transparência dessas Assembleias Legislativas.

vas. Eu não vou me estender, mostrando todos os dados que levantei sobre cada Assembleia, sobre cada governo envolvido, sobre cada câmara de vereadores envolvida, mas eu queria trazer dados que permitem que nós não acreditemos na negação veemente desses criminosos.

Vejam o dado que levantei de 2013 da Assembleia Legislativa do Amapá, Sr. Presidente. A Assembleia Legislativa do Amapá gastou em diárias de viagem naquele ano R\$17.476.847,77 milhões, ou seja, R\$17,5 milhões foi o gasto em diárias de viagem.

Olha, para quem ganha um salário mínimo de setecentos e poucos reais, é difícil entender o que representam R\$17,5 milhões. Quem ganha até cinco ou seis salários mínimos ou dez salários mínimos tem dificuldade, sim, de entender o impacto que R\$17,5 milhões podem provocar na vida de milhares de pessoas.

Eu, então, fui buscar gastos em outros entes públicos e levantei os gastos do Senado. O Senado da República é uma instituição transparente. Todos os nossos gastos, inclusive as notas dos táxis em que eu circulo aqui em Brasília, estão lá detalhados, está tudo na transparência, está tudo na internet.

Em 2013, o Senado da República gastou R\$1,249 milhão, R\$1,2 milhão, em diárias de viagens. Nós somos 81 Senadores – na Assembleia Legislativa do Amapá são 24 deputados –; 81 Senadores que têm obrigação de viajar ao exterior, de cumprir agendas em vários Estados e em vários países. Nós temos aqui mais de 10 mil servidores do Senado que também cumprem tarefa fora do seu local de trabalho e que, portanto, recebem diárias. Portanto, R\$1,25 milhão o Senado gastou, contra R\$17,5 milhões da Assembleia Legislativa do Amapá.

Também levantei os gastos da Câmara dos Deputados. A gente imaginaria que 513 Deputados e Deputadas, com 18 mil servidores públicos, teriam que gastar muito mais de diárias do que a Assembleia Legislativa do Amapá. Mas vejam: enquanto a Assembleia Legislativa do Amapá gastou R\$17,5 milhões, lá em 2013, a Câmara Federal gastou R\$2,931 milhões, vamos pôr R\$3 milhões. Ainda está longe dos R\$17,5 milhões.

Levantei os gastos do Superior Tribunal de Justiça, R\$485 mil, Sr. Presidente; do Supremo Tribunal Federal, R\$461 mil; e também, claro, da Presidência da República: a Presidenta viaja com todos os seus auxiliares, assessores, batedores, os que vão à frente, enfim, é um gasto enorme com diária. Ainda assim, a Presidência consumiu R\$7,485 milhões.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quem me ouve pela Rádio e pela TV Senado, os 24 deputados da Assembleia Legislativa do Amapá gastaram R\$4,8 milhões a mais do que a soma da Presidência da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Isso é escárnio; isso é deboche. Isto aqui, o que estou colocando aqui, é apenas um exemplo; eu poderia citar vários exemplos.

Só para concluir a apresentação desses dados. Sr. Presidente, em 2013, os Deputados do Amapá receberam R\$17,5 em diárias de viagem, mas quando se vai à rubrica “passagens aéreas”, nos gastos com passagens aéreas, está no balanço da Assembleia Legislativa: eles gastaram zero de passagem. Ou seja, a única explicação é a de que eles viajaram pelo mundo a pé porque eles receberam as diárias, e as diárias são para viajar. Se eles não gastaram um centavo com passagem aérea ou passagem marítima ou terrestre, então, eles andaram a pé.

Enfim, eu fiz, eu chamei a atenção das autoridades da República. Encaminhei no dia 30 de maio de 2014 um documento consistente, com todas essas denúncias de mau uso de recursos, de desvios, isso tudo devidamente comprovado – 30 de maio de 2014. No dia 30 de maio de 2015, fez um ano, e eu não recebi nenhum cartãozinho dizendo: “Olhe, recebemos o seu documento, estamos analisando.” Absolutamente nada! Salvo engano, nós recebemos uma resposta do Ministério Público Federal.

O Dr. Janot nos encaminhou um documento acusando o recebimento.

Olha, esse é um problema gravíssimo. Vejam alguns dados que me inquietam. A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – não sei se são setenta ou setenta e poucos Deputados estaduais –, ano passado, gastou menos de R\$1 bilhão, novecentos e poucos milhões de reais. A Assembleia Legislativa do Distrito Federal, que tem 24 Deputados, gastou R\$420 milhões. Agora vejam, essa Assembleia do Amapá, que tem 24 Deputados, consumiu R\$17,5 milhões em diárias de viagem! A de Brasília também tem 24 deputados, e lá, no ano de 2013, eles gastaram, ao longo de todo o ano, com todas as despesas, R\$139 milhões; e aqui R\$420 milhões. Como? Como é possível explicar que 24 deputados no Distrito Federal consigam gastar R\$420 milhões? Não há explicação. Só há uma explicação. Esse dinheiro público é desviado.

E olha, basta analisar a contabilidade da Assembleia Legislativa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Senador Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Pois não, V. Ex<sup>a</sup> é o Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Só para contribuir com o seu pronunciamento. De 2001 a 2002, no Estado de Mato Grosso, houve um escândalo, e foi descoberto que a Assembleia gastou R\$2,1 milhões, que foram repassados para uma empresa, cuja atividade principal era a fabricação de calcinhas. Esse fato ficou conhecido, no Mato Grosso, como “o escândalo das calcinhas” porque,

de repente, estava lá a Assembleia com aquele monte de notas, R\$2,1 milhões, em calcinhas, de uma empresa que fabricava calcinhas.

Obviamente que isso foi escândalo nacional e tal, mas isso exemplifica bem o que V. Ex<sup>a</sup> fala, o que acontece pelo País afora.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Alguém foi punido, Senador?

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Esse processo continua correndo. Hoje, o atual presidente está preso, mas não por esse processo. Mas é até uma aberração, é o que V. Ex<sup>a</sup> traz aqui, que não é uma realidade só lá do Mato Grosso, é do País inteiro.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – O Fantástico mostrou que é em todo o País. Eu estou incluindo a Câmara Legislativa do DF, que o Fantástico não mostrou. Se mostrou, foi muito de leve. Eu tenho curiosidade de saber com o que gastam R\$420 milhões em uma Câmara Legislativa. Sinceramente, eu gostaria que o Presidente da Câmara Legislativa do DF ouvisse meu pronunciamento e satisfizesse minha curiosidade, para explicar como é possível gastar uma fábula em uma Câmara de 24 Deputados. Eu estou denunciando o meu Estado, que tem 24 Deputados, também, e que em um ano gastou R\$17,5 milhões em diárias de viagem, e ainda assim consumiram R\$139 milhões.

Vejam, essa é uma tragédia para a sociedade brasileira. Por quê? Porque esse dinheiro sai exatamente das necessidades imediatas da sociedade, da população. E há mais uma questão: é que isso fica impune, porque o Judiciário é moroso, o Judiciário é lento, o Judiciário não julga e o Judiciário promove a impunidade. O que acontece? O Judiciário não julga. Os que são acusados se defendem publicamente através dos meios de comunicação locais, que eles dominam, dizendo que isso é perseguição.

Lá no Amapá, os Deputados fazem campanha contra o Ministério Público. “O Ministério Público persegue os Deputados”. Essa explicação, essa defesa, termina virando verdade. Sabe por quê? Porque, como o Judiciário não julga, a sociedade termina aceitando que eles de fato são perseguidos; e o mais grave: termina votando neles. Foi isso o que aconteceu em 2010, no Amapá. Em 2010, no mês da eleição, a Polícia Federal, por ordem do Superior Tribunal de Justiça, do Ministro João Otávio Noronha, prendeu o Governador em exercício, Pedro Paulo, o ex-governador, que tinha se desincompatibilizado para se candidatar, Waldez Góes; a esposa dele, a Primeira-Dama, que era Secretária de Governo, Secretária de Mobilização Social, foi presa; o primo dele, que era Prefeito da cidade de Macapá, a capital, Roberto Góes, preso. Enfim, desses quatro cidadãos, aliás, três – dos quatro, três –, ano passado, viraram vítimas; viraram perseguidos políticos. É inacreditável, mas essa é a realidade.

O que aconteceu? A população votou e os elegeu. Todos passaram pela Papuda, pelo presídio aqui de Brasília. O Governador está eleito, a Primeira-Dama está eleita Deputada Estadual – a mais votada –, e o ex-Prefeito Roberto Góes também eleito o mais votado. Por quê? Porque o Judiciário não julga; está parado esse processo. O Tribunal de Justiça diz que tem muito recurso. Eu não posso acreditar que sejam tantos que não permitam pelo menos julgar um.

O noticiário do Fantástico disse que o Presidente da Assembleia, o Deputado Moisés Souza, responde a 40 ações criminais, ou alguma coisa assim; é uma montanha de ações criminais, mas o Tribunal não julga.

Olha, nós sonhávamos com um Ministério Público atuante, e conseguimos. O Ministério Público passou a atuar de acordo com o que a lei lhe outorga a agir, a investigar. E as investigações foram acolhidas pelo Tribunal de Justiça, só que o Tribunal de Justiça não julga.

A mesma coisa é essa operação Mãos Limpas, de 2010, que prendeu todas as autoridades do Estado naquela época. Até hoje não há nenhum julgado. Não foi ninguém julgado, então a sociedade imagina: “Olha, isso é perseguição, mesmo; então vamos votar neles.”

Essa situação de impunidade entristece e mergulha o País na baixa autoestima. Essa é que é a grande verdade, Sr. Presidente.

Agora, eu, particularmente, respondendo à primeira questão de quando eu comecei este discurso aqui, da tribuna do Senado, sobre a credibilidade das instituições brasileiras, realmente, é baixa.

Não vejo alternativa para controlarmos a corrupção que não seja pela transparência dos gastos públicos e, mais que isso, pelo controle social desses gastos. Os corruptos e os ladrões de dinheiro público sabem que podem dele se apropriar, porque nada lhes vai acontecer, mas podemos criar grandes constrangimentos através da transparência e os estamos criando.

A Lei da Transparência fez seis anos, sendo cinco anos de efetiva aplicação. Agora, precisamos aprofundar essa lei, precisamos endurecer as penas da lei, para que consigamos dar passos mais significativos. Mas a lei está sendo aplicada. A Lei da Transparência, pelo menos em 50% dos entes públicos, está sendo aplicada.

Levantei os salários dos Procuradores de Justiça do Amapá e dos Desembargadores. Sr. Presidente, eles ganham muito bem, e estou de acordo com que eles ganhem bem. Eu assino embaixo. Agora, quero que eles cumpram aquilo que a lei lhes determina. E isto posso falar do Ministério Público estadual: eles estão cum-

prindo, eles estão investigando. Eles ganham tanto quanto ganha um Desembargador. O que espero é que os Desembargadores façam jus ao que ganham e julguem esses processos, para que a impunidade não continue envergonhando todos nós.

Há solução? Sim. A solução é o controle social. Nós precisamos transformar a transparência na Coca-Cola da cidadania brasileira. O cidadão brasileiro e a cidadã brasileira precisam tirar dois minutos ou quinze minutos de seu tempo para, nas redes sociais, irem às páginas de transparência da União, dos Estados, da sua prefeitura.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Têm de verificar os gastos, acompanhar os gastos, saber quanto custa o litro do leite para a merenda escolar, quanto o prefeito pagou. Se as informações não estiverem disponíveis, eles têm de acionar, juntar três ou quatro municípios e procurar o promotor da cidade, ir lá com o promotor para ele fazer valer a lei. O Ministério Público é o xerife da sociedade. Ele tem de agir em nome da sociedade.

Então, é isso que nós precisamos fazer. Vai demorar? Vai demorar, mas precisamos transformar a transparência na Coca-Cola da cidadania.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT) – Parabéns, Senador Capiberibe, pelo pronunciamento! Vou pedir que V. Ex<sup>a</sup> presida a Mesa, porque vou fazer um pronunciamento.

*O Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Capiberibe.*

**O SR. PRESIDENTE** (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Passo a palavra ao Senador José Medeiros, pelo Mato Grosso.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Socialismo e Democracia/PPS – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, todos que nos acompanham pelas mídias, há muito tempo, meu Estado, o Estado Mato Grosso, vem se destacando pela força de sua economia. É um Estado muito grande, como V. Ex<sup>a</sup> bem sabe. O Estado de Mato Grosso é um dos maiores Estados da Federação e foi abençoado com uma diversidade de fauna e de flora que impressiona quem a vê. Quem visita o Estado pode se deslumbrar com a beleza do Pantanal, com os cânions da Chapada dos Guimarães, além das belezas de Nobres, com suas águas cristalinas. Como eu já disse em outra oportunidade, Bonito é bonito, mas Nobres é linda! Essa frase é de autoria do atual Governador, Pedro Taques, que costumava falar nesta Casa quando se referia ao Município de Nobres.

Senador Capiberibe, Mato Grosso é um Estado a ser descoberto pelo restante do Brasil. O Estado é uma pérola rara que ainda não foi exposta na vitrine.

Os números de Mato Grosso são no superlativo, a começar pelo seu tamanho: são 903.357 quilômetros quadrados. Se fosse um país, Senador João Capiberibe, estaria entre os maiores da América Latina. Em termos de comparação com países da Europa, o Estado é dez vezes o tamanho de Portugal, sete vezes maior que a Inglaterra, três vezes maior que a Itália, além de ser maior que França, Espanha e Alemanha. Só para termos uma ideia do gigantismo que é este Brasil, um de seus Estados é dez vezes maior que Portugal e tem uma população em torno de três milhões de habitantes.

Os números da sua produção também são gigantescos. Em termos de produção agrícola, sozinho, o Mato Grosso produz mais de 50 milhões de toneladas por ano.

O Estado, Sr. Presidente, também é ponta na produção de algodão. Mato Grosso tem a maior produção de pluma e a maior área plantada, somando 716 mil hectares. Além disso, é responsável por mais da metade das exportações nacionais da fibra, com participação em 62% das exportações brasileiras entre janeiro e agosto do ano de 2012. Com esse desempenho Mato Grosso, se fosse um país, estaria na oitava colocação no *ranking* mundial de produção da fibra, empatando com a Austrália, conforme dados do Imea (Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária), o instituto do algodão em Mato Grosso.

Na pecuária, conforme dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mato Grosso tem um rebanho de mais de 28 milhões de animais, o que dá ao Estado o título de maior criador de gado do País.

Ainda, conforme dados do Ministério da Agricultura, as exportações brasileiras do agronegócio atingiram a marca de R\$100 bilhões de junho de 2012 a junho de 2013 – estou falando de dados bem anteriores –, e os dois principais Estados exportadores, no mesmo período, foram São Paulo, com R\$22 bilhões, e Mato Grosso, com R\$14 bilhões.

Como se vê, a contribuição do Estado de Mato Grosso para o equilíbrio da balança comercial brasileira é inegável. O desempenho de Mato Grosso é um fato a ser destacado, pois, se compararmos a infraestrutura

de São Paulo e de Mato Grosso, veremos que são dois em uma disputa, como se um corresse em um cavalo e o outro dirigisse uma Ferrari.

Falo isso, Senador Capiberibe, porque Mato Grosso tem praticamente uma rodovia. É aquela que vai para o Norte, a BR-364, que, em determinado momento, se sobrepõe à BR-163. É apenas um corredor, é aquela cintura. Em determinado momento, em Mato Grosso, o único elo que liga o Sul do País ao Norte do País é aquele corredor da BR-163 e da BR-364. Mas sofremos muito, Sr. Presidente, com a infraestrutura precária, e é sobre isso que quero falar hoje aqui.

Mato Grosso vem demonstrando, Senador João Capiberibe, seu esforço, sua pujança, mesmo sem infraestrutura, mesmo buscando produzir nos rincões do Cerrado. Está buscando ajudar o Brasil, mas já está chegando a um limite em que não dá conta mais.

O Estado tem demonstrado sua força econômica, puxada, sobretudo, pelo dinamismo do setor agrícola, e vem contribuindo decisivamente para o PIB nacional e para o equilíbrio da balança comercial. O desafio agora é transmitir esse dinamismo para outros setores da economia, especialmente para o desenvolvimento da indústria no Estado.

Por mais forte que seja o setor primário no Estado, há sempre riscos que são mais bem enfrentados com a diversificação produtiva. Além do mais, o fortalecimento da indústria contribui para a consolidação das cadeias produtivas, refletindo positivamente na atividade agrícola, que se beneficia retroativamente da força da indústria.

Para isso, Sr. Presidente, as políticas de incentivos fiscais têm sido essenciais. Graças a elas e ao seu efeito catalisador, podemos intensificar e multiplicar a força econômica que brota com a produção no campo, canalizando-a para o setor industrial.

Desde 2003, o Mato Grosso possui um programa de incentivos fiscais, o Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Prodeic). As empresas que participam do programa podem receber benefícios fiscais até o limite do ICMS devido, recolhendo 5% para o Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado do Mato Grosso (Fundecic), que vai financiar o desenvolvimento da cadeia produtiva a que pertence a empresa beneficiada, além de micro e pequenas empresas. Outros 4% são destinados para o Fundo de Desenvolvimento Desportivo e Lazer do Estado de Mato Grosso (Funded).

Esse programa, Sr. Presidente, tem sido estrategicamente importante para o Estado. Entre 2004 e 2011, foram beneficiadas 462 empresas, com a geração de mais de 435 mil empregos diretos e indiretos. O volume de investimentos alcançou R\$13,4 bilhões, gerando um potencial de arrecadação de ICMS em torno de R\$1,6 bilhão. Com os fundos recolhidos no Fundecic, mais de 200 outras empresas foram beneficiadas.

Não há dúvida de que essa política de benefícios fiscais tem ajudado a manter e a promover a atividade industrial no nosso Estado, gerando emprego e renda. O impacto global na economia compensa a renúncia fiscal, pelo efeito multiplicador que a instalação de indústrias promove, o que acaba aumentando a arrecadação de tributos. Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, no Mato Grosso, a arrecadação de ICMS saltou de 2,25 bilhões em 1995 para 5,2 bilhões em 2012, um crescimento de 136%.

Com isso, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi possível não apenas ampliar os setores de atividade industrial existentes, mas também implantar novos. Parte da pujança da agricultura mato-grossense, sem dúvida, pode ser creditada aos efeitos benéficos que se espalham a partir do crescimento do setor secundário.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Senhores Senadores, não há dúvida, portanto, de que os benefícios fiscais são mecanismos eficazes e legítimos, na medida em que é uma resposta aos desafios postos pelas desigualdades regionais nem sempre adequadamente abordadas por políticas patrocinadas pela União.

Tanto temos nos debruçado sobre isso aqui! O Senador João Capiberibe, que já é um decano desta Casa, que é um homem experimentado na vida pública, sabe do que estou falando no que se refere às desigualdades regionais. Não temos conseguido avançar muito para que essa realidade seja mudada. É preciso, certamente, atentar para as distorções que esse instrumento pode provocar, mas qualquer discussão geral sobre isso tem de levar em conta os vários interesses em questão, inclusive os dos Estados menos industrializados. A supressão pura e simples de políticas desse tipo terá efeitos graves nas economias de muitos Estados.

Aqui, eu me lembro de uma fala espirituosa do Ministro Gilmar Mendes, quando esteve aqui, há poucos dias. Ele disse que, em certas circunstâncias, neste País, quando se depara com uma vaca cheia de carrapatos, tentando acabar com os carrapatos, alguém sugere que se mate a vaca.

Portanto, repito, a supressão pura e simples de políticas desse tipo e políticas de incentivo terá efeitos graves nas economias de muitos Estados. Um estudo produzido para a Associação Brasileira Pró-Desenvolvimento Sustentável (Adial Brasil) procurou quantificar o impacto que sofreria o emprego com a suspensão de políticas de incentivo em 12 Estados Brasileiros. Em 11 dos 12 Estados considerados, o emprego formal cresceu acima da média nacional entre 1995 e 2011. Isso pode ser atribuído, em boa parte, às políticas de incentivo

fiscal, dado que, segundo eles, não houve, nesses Estados, outras políticas públicas que pudessem ter tal impacto na geração de empregos.

Sr. Presidente, por mais que tenhamos avançado nos últimos anos, a desigualdade regional no Brasil ainda continua gritante. Nessas condições, é inevitável que os Estados assumam a tarefa de reduzir a defasagem do seu desenvolvimento, usando os meios e instrumentos de que dispõem.

A concessão de benefícios fiscais com base no ICMS é, talvez, o único instrumento de que dispõem de fato. A situação que se convencionou chamar de guerra fiscal põe em evidência um aspecto efetivamente problemático dessas políticas de incentivo. A competição que se estabelece entre entes federados pode ser nociva para o todo, e, no limite, se a disputa se generalizar, essas políticas acabam tendo os seus benefícios anulados.

De toda forma, Sr. Presidente, ainda permanece a questão: como promover o equilíbrio regional? Como eliminar de forma justa e equitativa o efeito deturpador das diferenças entre os Estados, que tendem sempre a favorecer os mais ricos?

No caso de Mato Grosso, Sr. Presidente, há um quê a mais de prejuízo nesse Estado. Ele é um Estado eminentemente produtor, e boa parte – boa parte, quando eu digo, é em torno de mais de 90% – da produção dele é exportada. Com o advento da Lei Kandir, o Estado não pode arrecadar nada, e foi criado o chamado Fundo de Compensação das Exportações (FEX). O Governo repassaria para esses Estados produtores exportadores um percentual para compensar essas perdas. Acontece que o Governo, com o passar do tempo, começou a atrasar esses repasses. Por fim – dizem que o costume do cachimbo é que entorta a boca –, ele passou a ter aquilo como receita própria e passou a não pagar. Em 2014, o Governo não pagou.

Hoje, Senador Capiberibe, sentado na sala de espera do aeroporto e assistindo ao jornal Bom Dia Mato Grosso, eu pude ver ali, na prática, o que esse tipo de atitude, de conduta da União para com os Estados pode ocasionar. Mato Grosso, no ano passado, deixou de receber R\$450 milhões, dinheiro que poderia ser aplicado na saúde. Hoje, assistindo ao jornal, eu ouvi que, em Sinop, uma das cidades mais prósperas do Estado de Mato Grosso, uma cidade expoente da região norte do Estado de Mato Grosso, em termos de produção, chamada a capital do norte de Mato Grosso, um hospital, que tinha 10 UTIs neonatais, por falta de repasse do Governo, fechou as portas da UTI. E, como se diz que desgraça pouca é lucro, o que aconteceu? Acabou que uma criança nasceu ali e necessitava de um atendimento na UTI urgente. Não havia. O hospital, por ser um hospital privado – não tinha repasse do Estado –, não atendeu. Já havia fechado as portas dessa UTI, e a criança precisava de atendimento urgentemente. Os pais, numa luta insana, buscando salvar a vida da criança, entraram na Justiça. Mas, Senador Capiberibe, a vida não espera. Foram dez dias de luta, e, nesses dez dias, a Justiça concedeu. Ontem, a criança foi mandada para Cáceres. Muito bem! Na manhã de hoje, o jornal noticiou: “a criança faleceu”. Bom, parece que faleceu uma criança! São apenas dez dias de nascida! Parece que faleceu. Acabou.

Porém, quando se rebobina a fita, você vê que, por trás disso, está toda uma dificuldade que o País tem em mitigar, em diminuir suas desigualdades regionais. É por isso, Sr. Presidente, que não nos podemos esquecer de que os Estados que praticam esses incentivos fiscais muitas vezes são movidos não pelo desejo de angariar vantagens desleais, mas pela necessidade de compensar os efeitos de desigualdade que desequilibram a balança em favor dos mais ricos.

As discussões que nos têm ocupado nos últimos anos em torno da necessidade de equalizar as alíquotas do ICMS e de sua redução progressiva devem ser vistas contra esse pano de fundo do debate mais amplo sobre o desenvolvimento regional. Precisamos garantir que o desenvolvimento se espalhe homoganeamente pelo País, quer seja lá no Amapá, quer seja no Mato Grosso, quer seja em São Paulo, quer seja onde for, reforçando as potencialidades de cada região e aproveitando as oportunidades econômicas que cada uma delas oferece.

Frequentemente, ouvimos apelos em favor de um novo Pacto Federativo. Foi o caso da recente reunião com os Governadores, aqui, no Senado Federal. Penso que, se quisermos efetivamente levar a sério a ideia de federação, temos de aceitar que os Estados possuem um grau de autonomia que não pode ser eliminado. Esse é o principal eixo de uma reformulação do Pacto Federativo.

Recentemente, em 13/5/2015, o Senado Federal realizou duas audiências públicas que abordaram essas questões, na esteira da discussão sobre o PRS nº 1, de 2013. Estiveram presentes diversos Secretários de Estado da Fazenda, assim como representantes do Confaz e do Ministério da Fazenda. Todos concordaram em torno da necessidade de pôr fim à “guerra fiscal”.

Como sabemos, parte da solução do problema passa pela redução das alíquotas do ICMS e por sua equalização, o que pode inviabilizar as políticas de incentivos, tal como agora são praticadas.

Nas audiências, os expositores estavam, por um lado, de acordo quanto à necessidade de superarmos a “guerra fiscal”, mas também convergiram, por outro, no que se refere à necessidade de que sejam criados mecanismos de compensação financeira em favor dos Estados. Sr. Presidente, isso é essencial, ou seja, com-

pensarmos os Estados que tiverem perdas na redução das alíquotas. A criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, por exemplo, é importante nesse contexto.

Sr. Presidente, há algumas décadas, o Estado de Mato Grosso vive um *boom* econômico movido, sobretudo, pela extraordinária pujança do seu setor primário. Essa força do campo, canalizada pelas políticas de benefícios fiscais do Estado para beneficiar o comércio e a indústria, resultou em progresso considerável e ainda não esgotou o seu potencial. Temos um Estado de oportunidades que não pode ser desperdiçado. Retirar do Mato Grosso os meios de que dispõe para potencializar esse Estado de oportunidades é não apenas injusto para com o Estado, mas é nocivo para o País.

Devemos ser extremamente cautelosos quando interferirmos na capacidade que cada Estado possui, exercendo sua autonomia, de promover o seu próprio desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que devemos estimular e proteger as condições em que os consensos podem ser construídos, com a criação de regras gerais e acordos amplos, precisamos ter atenção para as peculiaridades de cada caso e para as necessidades e interesses especiais em jogo em cada caso.

Eu cito isso, Sr. Presidente, porque, em determinadas regiões de Mato Grosso, por falta de logística, por falta da infraestrutura, produzir uma carga de milho custa outra para levá-la até os portos. Isso diminui muito a competitividade desses Estados. Já se fala, por exemplo, em Mato Grosso, em começar a taxar a produção. Bem, se se taxar a produção, se esse Fundo de Compensação não for repassado para os Estados e se os Estados começaram a taxar a produção do campo, isso significa decretar o fim da produção no Estado de Mato Grosso. Lá, no norte de Mato Grosso, conversei com diversos produtores. Os pequenos e os médios, Senador Capiberibe, já estão sendo expurgados do campo, porque a margem de lucro só dá para empatar. Os grandes ainda sobrevivem pelo tamanho da produção, mas os pequenos e os médios já estão saindo da atividade. Se taxar, aí decreta-se o fim, e decreta-se o fim de um setor que é muito importante para o País.

Bem, mas cabe a esta Casa, Senador Capiberibe, cabe ao Senado Federal, como a Casa da Federação, um papel importante e decisivo na discussão dessas questões.

Tenho certeza de que esta Casa está à altura do desafio e saberá, com justiça e sabedoria, oferecer as melhores diretrizes para que o consenso entre os Estados seja alcançado e a unidade da Federação seja reforçada, o que só será possível quando as profundas desigualdades entre os seus membros constituintes forem adequadamente equacionadas.

Senador Capiberibe, V. Ex<sup>a</sup>, que já foi Governador, sabe muito bem do que estou aqui a dizer. V. Ex<sup>a</sup>, que já foi Governador do Amapá, que já foi Senador da República em outro mandato e que está aqui agora, sabe das dificuldades dos Estados menores desta Federação, da dificuldade por que passa seu povo. V. Ex<sup>a</sup> é um ferrenho defensor das comunidades, das populações indígenas, que também são hipossuficientes. Hoje digo a V. Ex<sup>a</sup>: o Estado de Mato Grosso é um Estado hipossuficiente. Canta-se muito em verso e prosa, como eu disse aqui, o grande rebanho, a grande produção de soja, a grande produção de algodão, o nosso vasto território, as nossas belezas turísticas, mas, na verdade, existe uma realidade da qual parece que o Governo e o País ainda não se aperceberam: também temos bolsões de miséria, bolsões de miséria em todas as esferas. As nossas populações indígenas vivem invadindo rodovias, porque boa parte delas passa fome. Nesse momento, a BR-364, na cidade de Rondonópolis, ali, no Km 199, está invadida por movimentos sociais, que não conseguem falar com o Incra. Estão ali buscando sabe o quê, Senador Capiberibe? Uma cesta básica para sobreviver. Estão lá nas portas da Conab, buscando a sua cesta, para tentar alimentar suas famílias.

São esses os contrastes que temos no Brasil e que precisamos trazer para esta Casa. E que nos fique o desafio de que o Legislativo brasileiro possa ter a competência para que, resolvendo esses problemas, este País possa, sim, dar a largada rumo ao desenvolvimento.

Muito obrigado, Senador Capiberibe.

**O SR. PRESIDENTE** (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Muito bem, Senador. Parabéns V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento e pela defesa intransigente do federalismo brasileiro, que tem suas razões, certamente, para que esse federalismo seja corrigido.

**O SR. PRESIDENTE** (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB – AP) – Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada esta sessão.

*(Levanta-se a sessão às 17 horas e 41 minutos.)*

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**  
(por Unidade da Federação)

**Bahia**

Blocos-PSB - Lúcio de Mota\*  
Blocs-PT - Walter Falcão\*  
Blocs-PSD - Otto Aleixo\*\*

**Rio de Janeiro**

Blocs-PT - Lindbergh Farias\*  
Blocs-PSB - Marcelo Crivella\*  
Blocs-PSB - Rômulo\*\*

**Maranhão**

Blocs-PMDB - Edison Lobão\*  
Blocs-PMDB - João Alberto Souza\*  
Blocs-PSB - Roberto Rocha\*\*

**Pará**

Blocs-PSDB - Flávia Ribeiro\*  
Blocs-PMDB - Eader Barbalho\*  
Blocs-PT - Paulo Rocha\*\*

**Pernambuco**

Blocs-PTB - Douglas Costa\* (3)  
Blocs-PT - Humberto Costa\*  
Blocs-PSB - Fernando Bezerra Coelho\*\*

**São Paulo**

Blocs-PSDB - Aloysio Nunes Pereira\*  
S/Partido - Marta Suplicy\*  
Blocs-PSDB - José Serra\*\*

**Minas Gerais**

Blocs-PSDB - Aécio Neves\*  
Blocs-PT - Zene Zene\*\* (3)  
Blocs-PSDB - Antonio Anastasia\*\*

**Goiás**

Blocs-PSDB - Lúcia Vânia\*  
Blocs-DEM - Wlber Muniz\* (3)  
Blocs-DEM - Romário Caiado\*\*

**Mato Grosso**

Blocs-PR - Eliza Maggi\*  
Blocs-PPS - José Medeiros\* (3)  
Blocs-PR - Wellington Fagundes\*\*

**Rio Grande do Sul**

Blocs-PP - Ana Amélia\*  
Blocs-PT - Paulo Paim\*  
Blocs-PT - Lasier Martins\*\*

**Ceará**

Blocs-PMDB - Benício Oliveira\*  
Blocs-PT - José Feres Jr\*  
Blocs-PSDB - Tasso Jereissati\*\*

**Paraíba**

Blocs-PSDB - Cássio Cunha Lima\*  
Blocs-PMDB - Raimundo Lima\* (3)  
Blocs-PMDB - José Maranhão\*\*

**Espírito Santo**

Blocs-PR - Mayra Mota\*  
Blocs-PMDB - Ricardo Ferraz\*  
Blocs-PMDB - Rose de Freitas\*\*

**Piauí**

Blocs-PP - Ciro Nogueira\*  
Blocs-PT - Regina Souza\* (3)  
Blocs-PTB - Elson Fêres\*\*

**Rio Grande do Norte**

Blocs-PMDB - Garibaldi Alves Filho\*  
Blocs-DEM - José Agripino\*  
Blocs-PT - Fátima Bezerra\*\*

**Santa Catarina**

Blocs-PSDB - Dalci Heber\* (3)  
Blocs-PSDB - Paulo Bauer\*  
Blocs-PMDB - Dário Berger\*\*

**Alagoas**

Blocs-PP - Benedito de Lira\*  
Blocs-PMDB - Rosângela Calheiros\*  
Blocs-PTB - Fernando Collor\*\*

**Sergipe**

Blocs-PSB - Antonio Carlos Valadares\*  
Blocs-PSC - Eduardo Amorim\*  
Blocs-DEM - Maria do Carmo Alves\*\*

**Mandatos**

\* Período 2011/2019 \*\* Período 2015/2023

**Amazonas**

Blocs-PMDB - Sorenia Braga\* (3)  
Blocs-PCdoB - Vanessa Grazziotin\*  
Blocs-PSD - Geizolane\*\*

**Paraná**

Blocs-PT - Gleisi Hoffmann\*  
Blocs-PMDB - Roberto Rospário\*  
Blocs-PSDB - Alvaro Dias\*\*

**Acre**

Blocs-PT - Jorge Viana\*  
Blocs-PSD - Sérgio Petecão\*  
Blocs-PP - Gláucia Carneiro\*\*

**Mato Grosso do Sul**

Blocs-PT - Delcídio do Amaral\*  
Blocs-PMDB - Waldemir Mota\*  
Blocs-PMDB - Simone Tebet\*\*

**Distrito Federal**

Blocs-PT - Cristovam Buarque\*  
Blocs-PSD - Hécio José\* (3)  
Blocs-PT - Reguffe\*\*

**Roraima**

Blocs-PP - Ivo Cassol\*  
Blocs-PMDB - Valdir Raupp\*  
Blocs-PT - Acir Gurgacz\*\*

**Tocantins**

Blocs-PSDB - Ataídes Oliveira\* (3)  
Blocs-PR - Vicentinho Alves\*  
Blocs-PT - Demóstenes Nogueira\*\* (3)

**Amapá**

Blocs-PSB - João Capiberibe\*  
Blocs-PSOL - Ernane Rodrigues\*  
Blocs-DEM - Davi Alcolumbre\*\*

**Roraima**

Blocs-PT - Angela Petalá\*  
Blocs-PMDB - Romero Jucá\*  
Blocs-PT - Telmário Mota\*\*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

### (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

<b>Bloco de Apoio ao Governo – 24</b>			
PT-13 / PDT-6 / PP-5			
Airton Sargacx.....	PDT / RO	Aleyria Nunes Ferreira.....	PSDB / SP
Ara Amêlia.....	PP / ES	Alvaro Dias.....	PSDB / PR
Angela Portela.....	PT / RR	Antonia Anastacia.....	PSDB / MG
Benedito de Lira.....	PP / AL	Ataides Oliveira.....	PSDB / TO
Ciro Negoeira.....	PP / PI	Cássio Cunha Lima.....	PSDB / PB
Cristovam Buarque.....	PDT / DF	Dalicia Beber.....	PSDB / SC
Delcídio do Amaral.....	PT / MS	Davi Alkhalilane.....	DEM / AP
Domíngs Negoeira.....	PT / TO	Fleusa Ribeiro.....	PSDB / PA
Ritirna Bezerra.....	PT / RN	José Agripino.....	DEM / RN
Gláuber Carneli.....	PP / AC	José Serra.....	PSDB / SP
Gleisi Hoffmann.....	PT / PR	Lúcia Vânia.....	PSDB / GO
Humberto Costa.....	PT / PE	Maria do Carmo Alves.....	DEM / SE
Ivo Cassol.....	PP / RO	Paula Bauer.....	PSDB / SC
Jorge Viana.....	PT / AC	Ranaldo Casado.....	DEM / GO
José Frenkel.....	PT / CE	Tasso Jereissati.....	PSDB / CE
Leacier Martins.....	PDT / RS	Wilder Morais.....	DEM / GO
Lindbergh Farias.....	PT / RJ	<b>Bloco Parlamentar União e Força – 9</b>	
Paulo Paim.....	PT / ES	PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PSB-1	
Paulo Rocha.....	PT / BA	Blaine Maggi.....	PR / MT
Regina Sousa.....	PT / PI	Douglas Cunha.....	PTB / PE
Reguffe.....	PDT / DF	Edson Amorim.....	PSC / SE
Telmarino Mota.....	PDT / RR	Ronaldo Féver.....	PTB / PI
Walter Pinheiro.....	PT / BA	Renando Colfer.....	PTB / AL
Zezé Perrella.....	PDT / MG	Márcus Malta.....	PR / RS
		Marcos Civella.....	PSB / RJ
		Vicentinho Alves.....	PR / TO
		Wellington Fagundes.....	PR / MT
<b>Bloco da Minoria – 21</b>		<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia – 9</b>	
PMDB-17 / PSD-4		PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1	
Dário Berger.....	PMDB / SC	Antonia Carlos Valábrega.....	PSB / SE
Edison Lobato.....	PMDB / MA	Renando Bezerra Coelho.....	PSB / PE
Eunício Oliveira.....	PMDB / CE	José Capiberibe.....	PSB / AP
Garibaldi Alves Filho.....	PMDB / RN	José Medeiros.....	PPS / MT
Hélio José.....	PSD / DF	Lidice da Mata.....	PSB / BA
Jaier Barbalho.....	PMDB / PA	Ranaldo Rodrigues.....	PSOL / AP
João Alberto Sousa.....	PMDB / MA	Roberto Rocha.....	PSB / MA
José Maranhão.....	PMDB / PE	Ranúria.....	PSB / RJ
Omar Aziz.....	PSD / AM	Vanessa Graziotin.....	PCdoB / AM
Otto Alencar.....	PSD / BA		
Raimundo Lira.....	PMDB / PE	<b>S/Partido – 1</b>	
Renan Calheiros.....	PMDB / AL	Marta Suplicy.....	SP
Ricardo Ferraço.....	PMDB / ES		
Roberto Regino.....	PMDB / PR		
Romero Jucá.....	PMDB / RR		
Rose de Freitas.....	PMDB / ES		
Sandra Hauga.....	PMDB / AM		
Sérgio Petecini.....	PSD / AC		
Simeon Tebet.....	PMDB / MS		
Valdir Raupp.....	PMDB / RO		
Waldemir Mota.....	PMDB / MS		
<b>Bloco Parlamentar da Oposição – 17</b>			
PSDB-12 / DEM-5			
Aécio Neves.....	PSDB / MG		

Bloco de Apoio ao Governo.....	24
Bloco da Minoria.....	21
Bloco Parlamentar da Oposição.....	17
Bloco Parlamentar União e Força.....	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.....	9
S/Partido.....	1
<b>TOTAL.....</b>	<b>81</b>

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (2010-PVT-RJ)	Fleusa Ribeiro* (2010-PMDB-PA)	Paulo Paim* (2010-PT-RS)
Aécio Neves* (2010-PMDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (2010-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (2010-PT-PA)
Aloysia Nunes Pereira* (2010-PMDB-SP)	Glaudem Carneti** (2010-PP-AC)	Raimundo Lira* (2010-PMDB-PE)
Alvaro Dias** (2010-PMDB-RR)	Gleisi Hoffmann* (2010-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (2010-PSOL-AJ)
Ana Amélia* (2010-PP-RS)	Hélio José* (2010-PVD-DF)	Regina Sousa* (2010-PT-SE)
Angela Portela* (2010-PT-RJ)	Humberto Costa* (2010-PT-SE)	Reguffe*** (2010-PVT-DF)
Antonio Anastasia*** (2010-PMDB-MG)	Ivo Cassol* (2010-PP-RJ)	Renan Calheiros* (2010-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (2010-PPB-SE)	Izair Barbulho* (2010-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (2010-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (2010-PMDB-TO)	João Alberto Souza* (2010-PMDB-MA)	Roberto Requião* (2010-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (2010-PP-AL)	João Capiberibe* (2010-PPB-AP)	Roberto Rocha*** (2010-PPB-MA)
Blaire Maggi* (2010-PP-MT)	Jorge Viana* (2010-PT-AC)	Romário** (2010-PPB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (2010-PMDB-PB)	José Agripino* (2010-DEM-RN)	Romem Jaci* (2010-PMDB-ES)
Ciro Nogueira* (2010-PP-PI)	José Maranhão*** (2010-PMDB-PE)	Ronaldo Caiado** (2010-DEM-OC)
Cristovam Buarque* (2010-PVT-DF)	José Medeiros* (2010-PPB-MT)	Rose de Freitas** (2010-PMDB-ES)
Dalcir Reber* (2010-PMDB-SC)	José Pimenta** (2010-PT-CE)	Sandra Hering* (2010-PMDB-AM)
Dário Berger*** (2010-PMDB-SC)	José Serra** (2010-PMDB-SP)	Sérgio Petecão* (2010-PVD-AC)
Davi Alcântara*** (2010-DEM-AJ)	Lasier Martins*** (2010-PVT-RJ)	Simone Telcel** (2010-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (2010-PT-MG)	Lídice da Mata* (2010-PPB-BA)	Tereza Jansen*** (2010-PMDB-CE)
Demizeti Nogueira*** (2010-PT-TO)	Lindbergh Farias* (2010-PT-RJ)	Telmário Mota*** (2010-PVT-RJ)
Douglas Cunha* (2010-PPB-PI)	Lúcia Vânia* (2010-PMDB-GO)	Valdir Raupp* (2010-PMDB-SC)
Educa Lúcio* (2010-PMDB-MG)	Márcio Marinho* (2010-PP-SE)	Vanessa Grazziotin* (2010-PPB-AM)
Edmar Amador* (2010-PPC-SE)	Marcelo Crivella* (2010-PPB-RJ)	Vicentinho Alves* (2010-PPB-TO)
Elmano Férier** (2010-PPB-PI)	Maria do Carmo Alves** (2010-DEM-SE)	Waldemir Mota* (2010-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (2010-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (2010-PP-SP)	Walter Pinheiro* (2010-PT-BA)
Fátima Bezerra*** (2010-PT-SE)	Omar Aziz*** (2010-PVD-AM)	Wellington Fagundes** (2010-PP-MT)
Fernando Bezerra Coelho*** (2010-PPB-PE)	Otto Alencar** (2010-PVD-BA)	Wilder Muxis* (2010-DEM-OC)
Fernando Collor** (2010-PPB-AL)	Paulo Bauer* (2010-PMDB-SC)	Zezé Penello* (2010-PVT-MG)

### Mandatos

\* Período 2011/2015    \*\* Período 2015/2023

**COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL****PRESIDENTE**

**Renan Calheiros - (PMDB-AL)**

**1º VICE-PRESIDENTE**

**Jorge Viana - (PT-AC)**

**2º VICE-PRESIDENTE**

**Romero Jucá - (PMDB-RR)**

**1º SECRETÁRIO**

**Vicentinho Alves - (PR-TO)**

**2º SECRETÁRIO**

**Zeze Perrella - (PDT-MG)**

**3º SECRETÁRIO**

**Gladson Cameli - (PP-AC)**

**4º SECRETÁRIA**

**Angela Fortela - (PT-RR)**

**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

**1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)**

**2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)**

**3º Emanoel Ferrer - (PTB-PI)**

**4º Douglas Cintra - (PTB-PE)**

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PP) - 24</b></p> <p><b>Líder</b> Humberto Costa - PT 02,20</p> <p><b>Vice-Líder</b> Acir Gurgacz 0,30 Humaito de Lira 04,30/40 Walter Pinheiro 01,30/40 Tubalcino Neto 04,30/40 Magina Souza 00</p> <hr/> <p><b>Líder do PT - 13</b> Humberto Costa 02,20</p> <p><b>Vice-Líder do PT</b> Paulo Rocha 00 Walter Pinheiro 01,30/40 Lindbergh Farias 00 Patrícia Hamann 00</p> <p><b>Líder do PDT - 6</b> Acir Gurgacz 0,30</p> <p><b>Vice-Líder do PDT</b> Tubalcino Neto 04,30/40</p> <p><b>Líder do PP - 5</b> Humaito de Lira 04,30/40</p>	<p><b>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</b></p> <hr/> <p><b>Líder do PMDB - 17</b></p> <p><b>Líder do PSD - 4</b> Omar Aziz 00</p> <p><b>Vice-Líder do PSD</b> Sergio Petrella 00</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSB/DEM) - 17</b></p> <p><b>Líder</b> Aldero Dias - PSB 00</p> <p><b>Vice-Líder</b> Aristides Oliveira 00 Walter Moura 00 Antonio Azeiteiro 00</p> <hr/> <p><b>Líder do PSB - 12</b> Cezário Costa Lima 00</p> <p><b>Vice-Líder do PSB</b> Paulo Hamann 00 Aloysio Nunes Ferreira 00</p> <p><b>Líder do DEM - 5</b> Kassabá Coimbra 00</p> <p><b>Vice-Líder do DEM</b> José Agripino 00</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSM/PPS/PCB/PCdoB) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> Roberto Moura - PSM 01,30</p> <p><b>Vice-Líder</b> José Maranhão 01,30/30 Vanessa Grazziotin 01,30 Kassabá Coimbra 04,30</p> <hr/> <p><b>Líder do PSM - 6</b> Roberto Moura 01,30</p> <p><b>Vice-Líder do PSM</b> Roberto Moura 00</p> <p><b>Líder do PPS - 1</b> José Maranhão 01,30/30</p> <p><b>Líder do PSOL - 1</b> Kassabá Coimbra 04,30</p> <p><b>Líder do PCdoB - 1</b> Vanessa Grazziotin 01,30</p>	<p><b>Bloco Parlamentar União e Força (PIM/PPSC/PESB) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> Fernando Collor - PIM 01,0</p> <p><b>Vice-Líder</b> Hélio Maggi 00 Eduardo Amorim 00 Marcelo Crivella 0,0</p> <hr/> <p><b>Líder do PIM - 3</b> Fernando Collor 01,0</p> <p><b>Líder do PR - 4</b> Hélio Maggi 00</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b> Eduardo Amorim 00</p> <p><b>Líder do PESB - 1</b> Marcelo Crivella 0,0</p>	<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> Roberto Moura - PT 00</p>

## Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capriles foi designado líder do PSB (DE 1/2015-GL/PSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PESB (DE 2/2015-BL/UNFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (DE 1/2015-GL/PDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Tubalcino Neto foi designado vice-líder do PDT (DE 1/2015-GL/PDT).

3. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (CE 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Romildo Góes foi designado líder do DEM (CE s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (CE 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (CE 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Eliseo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (CE 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (CE 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lédice de Melo foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (CE s/n-2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petello foi designado vice-líder do PSD (CE 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador César Aziz foi designado líder do PSD (CE 003/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (CE s/n-2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Madureira foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (CE s/n-2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Renaldo de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (CE s/n-2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cezário Costa Lima foi designado líder do PSDB (CE s/n-GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Renaldo de Lira foi designado líder do PP (CE s/n-SSCNP).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Madureira foi designado líder do PPS (CE 18/2015-GRMPPS).
20. Em 04.02.2015, o Senador Álvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar de Oposição (apudante s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Guimarães foi designada líder do PCdoB (CE 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (CE 2/2015-GLPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (CE 12/15-GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Renaldo de Lira foi designado líder do PSOL (CE 3/2015/GSOL).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lédice de Melo foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (CE 01/2015-BSD).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Guimarães foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (CE 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Renaldo de Lira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (CE 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (CE 02/2015-GLIAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Madureira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (CE 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (CE 3/2015-GLPT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (CE 3/2015-GLPT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (CE 3/2015-GLPT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Atálio Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar de Oposição (CE s/n-2015-Bloco Parlamentar de Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4º vice-líder do PT (CE 3/2015-GLPT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (CE 014-2015-GLIAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (CE 014-2015-GLIAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Aziz Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (CE 014-2015-GLIAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Teodoro Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (CE 014-2015-GLIAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Aguiar foi designado vice-líder do DEM (CE 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Alcyrino Neres Frazão foi designado 2º vice-líder do PSDB (CE 12/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 3ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (CE 32/2015-GLIAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Teodoro Mota foi designado 4ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pinheiro (CE 32/2015-GLIAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Teodoro Mota (CE 32/2015-GLIAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Renaldo de Lira foi designado 2ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (CE 32/2015-GLIAG).
45. Em 23.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (CE 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Walter Moura foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar de Oposição (CE s/n-2015-Bloco Parlamentar de Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Acciari foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar de Oposição (CE s/n-2015-Bloco Parlamentar de Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Mag. 1/2015).

<b>COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b>
------------------------------

**1) COMISSÃO EXTERNA PARA VERIFICAR  
IN LOCO A SITUAÇÃO NA VENEZUELA**

**Finalidade:** Verificar, in loco, nos termos do Requerimento nº 77, de 2015, a situação na Venezuela, estabelecer diálogo com membros do parlamento local, e com interlocutores representativos das oposições e da sociedade civil, bem como, se possível, com as autoridades daquele país.

---

**MEMBROS**

---

VAGO 00

VAGO 00

VAGO 00

---

**Notas:**

\* Em 21.03.2015, foram designados os Senadores Ricardo Ferraço, Haroldo Rodrigues e Sérgio Petello para compor a Comissão (Portaria do Presidente nº 12, de 2015).

1. Em 07.04.2015, vaga em virtude de o Senador Ricardo Ferraço ter deixado de integrar a Comissão (CF. 134/2015-GSRRFD).

2. Em 08.04.2015, vaga em virtude de o Senador Haroldo Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Mm. 33/2015-GSRRCH).

3. Em 07.04.2015, vaga em virtude de o Senador Sérgio Petello ter deixado de integrar a Comissão (Of. 9/2015-GSSPFT).

**2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA  
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**  
**RELATOR:**

**Designação:** 04/02/2014

**Secretário(a):** Reinaldo Prado dos Santos  
**Telefone(s):** 61 3303-3492  
**E-mail:** coceti@senado.leg.br

**3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA  
ACOMPANHAR OS CONFLITOS EM CURITIBA/PR**

**Finalidade:** Acompanhar e, se possível, mediar, em Curitiba/PR, os conflitos que vem ocorrendo entre a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Paraná e os dirigentes sindicais e estudantes do Estado.

**Requerimento nº 403, de 2015**

**Número de membros: 5**

---

**MEMBROS**

---

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)

---

Bloco da Maioria (PMDB, PSD)

---

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)

---

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)

---

Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)

---

**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS  
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À  
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

**Finalidade:** Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

**Requerimento nº 231, de 2015**

**Número de membros: 3**

---

**MEMBROS**

---

## 5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) <sup>(\*)</sup>

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(\*)</sup>

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE(S)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)</b>	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Mônica Bezerra (PT)
<b>Bloco da Maioria (PMDB, PSD)</b>	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)</b>	
Senador Cláudio Cunha Lira (PSDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lédice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)</b>	
Senador Elmano Férez (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

**Notas:**

\*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares, e os Senadores José Pimentel e Mônica Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (OE 11/2015-GLHAG).

\*\* Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férez foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (OE 27/2015-BLEUPOR).

\*\*\* Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lédice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (OE 37/2015-GLBSD).

\*\*\*\* Em 07.04.2015, o Senador Cláudio Cunha Lira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (OE 91/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\* Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (OE 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reuniu-se sob a presidência do Senador Raimundo Lira e a Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator desta Comissão (Mensagem 1/2015 - CTHESP).

Secretário(s): Reinaldo Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR  
DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA**

**Finalidade:** Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

**7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER  
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

**Finalidade:** Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

**Requerimento nº 419, de 2015**

---

**MEMBROS**

---

---

---

---

---

---

## **8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL**

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros: 23**

**PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli**

**Instalação: 07/07/2010**

**Prazo final prorrogada: 19/12/2014**

**Prazo final prorrogada: 19/06/2015**

### **MEMBROS**

Ademar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Hélon de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joséom Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliam de Figueiredo Junior
Luciano Miller Clèves
Luiz Fernando Bardeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcos Vinícius Fortuna Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cesar Brito
Torquato Laurent Jordan
Genaldo Agosti Filho
José Raulenberg Leite Neto
Walter de Almeida Guimarães
Roberto Carvalha Velloso
Henrique Neves da Silva
Bárbelly Silva Barros

**Notas:**

\* Em 21.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os membros Genaldo Agosti Filho, José Raulenberg Leite Neto e Walter de Almeida Guimarães para comparecer e coligados.

\*\* Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 276, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o membro Roberto Carvalha Velloso para comparecer e coligados.

\*\*\* Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

\*\*\*\* Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

\*\*\*\*\* Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 134, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o membro Henrique Neves da Silva para comparecer e coligados.

\*\*\*\*\*. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.  
\*\*\*\*\*. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.  
\*\*\*\*\*. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.  
\*\*\*\*\*. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.  
\*\*\*\*\*. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.  
\*\*\*\*\*. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senadora Raquelly Silva Barros para ocupar o colégio.  
\*\*\*\*\*. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 3, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.  
\*\*\*\*\*. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de dezembro de 2013.  
\*\*\*\*\*. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de junho de 2014.  
\*\*\*\*\*. Em 15.07.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinalson Prado  
Telefone(s): 61 33033492  
Fax: 61 33021176  
E-mail: coceti@senado.leg.br

## 9) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

**Finalidade:** Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.  
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

**Número de membros:** 17

**PRESIDENTE:** Senador Walter Pinheiro (PT-BA)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)  
**RELATOR:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

**Designação:** 26/05/2015

**Instalação:** 27/05/2015

**Prazo final:** 25/08/2015

### MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)
Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador José Serra (PSDB)
Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Lúcia Virálio (PSDB)
Senadora Marta Suplicy (SPartido)
Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Romero Juca (PMDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Waldemar Mota (PMDB)
Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Blairo Maggi (PVR)
Senador Roberto Rocha (PSB)

**Notas:**

\* O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Virálio, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Juca, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemar Mota e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator da Comissão.

\*\* Em 28.05.2015 foi suscitado o Ato do Presidente nº 10, de 2015, que incluiu os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha na Comissão.

**Secretários(a):** Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcela Assunção Lopes

**Telefone(s):** 33033508

**E-mail:** ccrefi@senado.gov.br

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### I) CPI DO CARF

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

**Requerimento nº 407, de 2015**

**Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(3)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Durizeti Nogueira (PT-TO) <sup>(3)</sup>  
**RELATOR:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(3)</sup>

**Leitura:** 28/04/2015  
**Designação:** 13/05/2015  
**Instalação:** 19/05/2015  
**Prazo final:** 15/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador José Pinheiro (PT-CB)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RJ)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(3)</sup>
Senador Durizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RJ)	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Helio José (PSD-LF) <sup>(3)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cláudio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(3)</sup>
Senador Wilder Moura (DEM-GO) <sup>(3)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Rivaldo Rodrigues (PSOL-AP)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cirino (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

**Notas:**

\*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e a Senador Rivaldo Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. n.º 51 e 53/2015-BLSDEM).

\*\* Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cirino foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

\*\*\* Em 13.05.2015, as Senadoras Simone Tebet e Otto Alencar foram designadas membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

\*\*\*\* Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\* Em 14.05.2015, os Senadores José Pinheiro, Humberto Costa, Durizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. n.º 79/2015-BLDRAG).

1. Em 19.03.2015, a Comissão recebeu alegações de Senadoras Aracelis Oliveira, Dorisani Nogueira e Vanessa Guimarães, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Idemo. 1/2015-CPICARF).
2. Em 30.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco do Meio, para ocupar a Comissão (OE 182/2015-GLPMDB).
3. Em 27.03.2015, o Senador Durvalino de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco do Apoio ao Governo, para ocupar a Comissão (OE 71/2015-GLDMAG).
4. Em 03.06.2015, o Senador César Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Oposição (OE 120/2015-GLPSDB).
5. Em 03.06.2015, o Senador Walter Moura foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Oposição (OE 36/2015-GLDBM).

Secretaria(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Ronaldo da Lago de Sá

Telefone(s): 33034854/3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

## 2)CPI DAS PRÓTESES

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquirição para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Magno Malta (PR-RS) <sup>(\*)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(\*\*)</sup>

**RELATOR:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(\*\*\*)</sup>

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 26/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(*)</sup></b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Damascio Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Raimundo Joca (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(***)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
VAGO <sup>(*)</sup>	1. VAGO <sup>(*)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Magno Malta (PR-RS)	1.

### Notas:

\*. Em 21.03.2015, o Senador Raimundo Joca foi designado membro titular, e o Senador Rauliello Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para ocupar a CPI (OE 27/2015-GLBBD).

\*\* Em 23.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Damascio Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para ocupar a CPI (OE 28/2015-GLJBA15).

\*\*\* Em 23.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para ocupar a CPI (OE 32/2015-GLPMD8).

\*\*\*\* Em 25.03.2015, o Senador Raimundo Joca foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para ocupar a CPI (OE 77/2015-GLPMD8).

\*\*\*\*\* Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para ocupar a CPI (OE 16/2015-BLJF08).

\*\*\*\*\* Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para ocupar a CPI, em vaga criada pelo Bloco da Maioria (OE 24/2015-BLJF08).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passou a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (OE 19/2015-GLJBA15).

2. Em 21.03.2015, vaga criada no Bloco Parlamentar União e Força (OE 66/2015-GLPMD8).

3. Em 31.03.2015, a Comissão recebeu alguns ex Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator desta comissão (Mocim. 1/2015-CPIDPR0).

4. Em 28.04.2015, o Senador Raimundo Joca deixou de integrar, como titular, a CPI dos Prófetas (OE 30/2015-BLSDIEM).

5. Em 13.03.2015, vaga em virtude do Senador Rauliello Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (OE 56/2015-BLSDIEM).

**Secretária(s): Reinaldo Prado dos Santos - Adjunto - Donaldin Pontes Rodrigues**  
**Telefone(s): 61 33033492/3501**  
**Fax: 33031176**  
**E-mail: coceti@senado.leg.br**

### 3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

**Finalidade:** Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

**Requerimento nº 478, de 2015**

**Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes**

**Leitura: 06/05/2015**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
	1.

#### 4)CPI DO HSBC

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(\*)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Rauloff Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(\*\*)</sup>

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) <sup>(\*\*\*)</sup>

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(*)</sup></b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(*)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(***)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(*)</sup>	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RG)	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(***)</sup>	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(*)</sup>	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(*)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Rauloff Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Maranhão (PPS-MT)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

**Notas:**

\*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28 e 37/2015-GLDBAG, e Mesa. 51/2015-GLDPP).

\*\* Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemar Mota e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDR).

\*\*\* Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-GLUPOR).

\*\*\*\* Em 18.03.2015, o Senador Rauloff Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Maranhão, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-GLSDRM).

\*\*\*\*\* Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 18/2015-GLDRAE).

2. Em 19.03.2015, após um convite do o Senador Waldemar Mota, ter desistido de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDR).

3. Em 24.03.2015, a Comissão recebeu alguns o Senador Paulo Rocha, o Senador Rauloff Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator desta Comissão (Mesa nº 1/2015 - CPREHC).

4. Em 21.03.2015, o Senador Davi Alcántara foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Oposição (OE n.º 26/2015-GLDEM).
5. Em 30.03.2015, após um convite do o Senador Paulo Paim ter deixado de comparecer a Comissão (OE n.º 45/2015-GLDRAIS).
6. Em 31.03.2015, após convite ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (OE 46/2015-GLDRIAG).
7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga criada pelo Bloco de Apoio ao Governo (OE 43/2015-GLSDHM).
8. Em 01.03.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Oposição, em substituição ao Senador Cezar Cunha Lima, que deixou de comparecer a Comissão (OE 104/2015-GLPSDH).
9. Em 01.03.2015, o Senador Cláudio Nagamura foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a comparecer a Comissão como membro suplente (OE 47/2015-GLDRIAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (OE 161/2015-GLPMDF).

Secretária(s): Ruggiero Falcão Machado - Adjunta - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

### 5)CPI DA CBF

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 28/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
	1.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
	1.

**6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS****Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.**Requerimento nº 115, de 2015****Número de membros:** 11 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)**RELATOR:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)

Leitura: 05/03/2015  
 Designação: 29/04/2015  
 Instalação: 06/05/2015  
 Prazo final: 01/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telesmar Costa (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
VAGO (4)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (5)
Senador Roberto Moura (PSB-MA)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Marcelo Rangel (PSOL-AP)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Magno Malta (PR-RS)	1.

**Notas:**

\* Em 29/04/2015, o Senador Roberto Moura foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para ocupar a Comissão, em vaga criada pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLRSD).

\*\* Em 29/04/2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador Marcelo Rangel, como membros suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para ocupar a Comissão (Of. 35/2015-GLRSD).

\*\*\* Em 29/04/2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telesmar Costa e Lindbergh Farias foram designados membros titulares, e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para ocupar a Comissão (Of. 42 e 32/2015-GLDBAG).

\*\*\*\* Em 29/04/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para ocupar a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\* Em 29/04/2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para ocupar a Comissão (Of. 17/2015-GLUFOR).

\*\*\*\*\* Em 29/04/2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para ocupar a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06/03/2015, a Comissão recebeu alguns ex Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator desta comissão (Mensagem 1/2015-CPIADT).

2. Em 06/03/2015, vaga em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a ocupar a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

**Secretário(a):** Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcela Assaf de Lope  
**Telefone(s):** 33033508/3514  
**Fax:** 33031176  
**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(\*)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) <sup>(\*)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(*)</sup></b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Limbergli Farias (PT)	3. Senador Domingos Nogueira (PT) <sup>(*)</sup>
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Magalhães (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) <sup>(*)</sup>
Senador Teófilo Mato (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gláuber Carreri (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Mota (PMDB)	2. Senador Euzébio Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Haag (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(*)</sup>
Senador Ricardo Bezerra (PMDB)	5. Senador Javier Barbosa (PMDB) <sup>(*)</sup>
Senador Roberto Espinoza (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) <sup>(*)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) <sup>(*)</sup>
VAGO <sup>(*)</sup>	8. Senador Hélio José (PSD)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(*)</sup></b>	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wladimir Maranhão (DEM)	2. Senador Aécio Neves (PSDB)
Senador Pleza Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalvírio Nogueira (PSDB) <sup>(*)</sup>
Senador Alvaro Dias (PSDB) <sup>(*)</sup>	4. Senador Rivaldo Cavalo (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) <sup>(*)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Antônio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cirino (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Eduardo Feres (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) <sup>(*)</sup>

**Notas:**

- \*. Em 21.02.2015, os Senadores Douglas Góes, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Azeredo e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para ocupar a CAE (Of. 04/2015-GLDFOR).
- \*\* Em 23.02.2015, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Fernando Haddad Coelho, Vitorino Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Lúcio da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para ocupar a CAE (Of. 3/2015-GLSD).
- \*\*\* Em 23.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcílio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Rogério e Talciano Melo foram designados membros titulares, e os Senadores José Parental, Paulo Rocha, Maria Sulyay, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco do Apoio ao Governo, para ocupar a CAE (Of. 4/2015-GLDIAG).
- \*\*\*\* Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wladimir Maranhão foram designados membros titulares, e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Crivello, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para ocupar a CAE (Ofs. 1 e 5/2015-GLDEM).
- \*\*\*\*\* Em 26.02.2015, os Senadores Flávia Ribeiro, José Serra e Tasso Ivo foram designados membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para ocupar a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
- \*\*\*\*\* Em 02.03.2015, os Senadores Humberto de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares, e os Senadores Gleison Braz e Jovair Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para ocupar a CAE (Moc. 21 e 24/2015-GLDPP).
- \*\*\*\*\* Em 05.03.2015, os Senadores Roberto Joca, Waldemar Mello, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Rangel, César Asis e Luís Henrique foram designados membros titulares, e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para ocupar a CAE (Of. 04/2015-GLPMDB).
1. Em 27.03.2015, o Senador Álvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).
2. Em 03.04.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).
3. Em 04.04.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco do Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDIAG).
4. Em 04.04.2015, o Senador Mário Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-GLDFOR).
5. Em 06.04.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar do Apoio ao Governo, em substituição a Senadora Fátima Bezerra (Of. 28/2015-GLDIAG).
6. Em 10.04.2015, a Comissão resolve eleger os Senadores Delcílio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente desta comissão (Of. n.º 17/2015-CAE).
7. Em 18.04.2015, a Senadora Lúcia Viveiros foi designada membro suplente em vaga criada no PMDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).
8. Em 31.04.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Aécio Neves, Ronaldo Crivello e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
9. Em 14.05.2015, o Senador Eraldo Barbosa foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
10. Em 03.05.2015, o Senador Durvalino Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco do Apoio ao Governo, em substituição a Senadora Maria Sulyay (Of. 45/2015-GLDIAG).
11. Em 06.05.2015, a Senadora Maria Sulyay foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
12. Em 11.05.2015, cargo em virtude do falecimento do Senador Luís Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-GLPMDB).
14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Aécio Neves e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
15. Em 19.05.2015, o Senador Dalvírio Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretaria(s): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reservas: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4625 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: [cae@senado.gov.br](mailto:cae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes**

**Secretária(s): Adriana Tavares Sobral de Vito**

**Telefone(s): 311-3516/4805**

**Fax: 3303-4344**

**E-mail: [secretarias@senado.gov.br](mailto:secretarias@senado.gov.br)**

## **1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos I, de 2011)**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**Secretária(a):** Aéciana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605/3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** [scancse@senado.gov.br](mailto:scancse@senado.gov.br)

### **1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**Secretária(s):** Aécioa Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 / 3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** [scancos@senado.gov.br](mailto:scancos@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS  
ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**Secretaria(s):** Aécio Torres Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 / 3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** [scacoe@senado.gov.br](mailto:scacoe@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(\*)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(\*)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(*)</sup></b>	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO (1)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) (1)	3. Senador José Parental (PT)
Senadora Regiane Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Humberto de Lira (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Edmarinho Lima (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) (1)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Mota (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) (0,6)
Senador Edson Lobão (PMDB) (8)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) (1)
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilmar Moura (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO (5,0)
Senador Dalvinho Belver (PSDB) (3)	3.
Senador Pleura Ribeiro (PSDB) (1)	4.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB ) <sup>(*)</sup></b>	
Senadora Lédice da Mota (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) (6)	2. Senador Romário (PSB) (6)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB ) <sup>(*)</sup></b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) (1,2)
Senador Bruno Ferra (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) (1)	3.

Notas:

\* - Em 21.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Bruno Ferra foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (DC 04/2015-GLJF08).

\*\* - Em 21.02.2015, os Senadores Lédice da Mota e Romário foram designados membros titulares, e os Senadoras Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (DC 04/2015-GLJSD).

\*\*\* - Em 21.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regiane Sousa e Angela Portela como membros titulares, e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Parental, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (DC 7/2015-GLJ0AG).

\*\*\*\* - Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular, e o Senador Wilmar Moura, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (DC. 1 a 5/2015-GLJDEM).

\*\*\*\*\* - Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tereza Remeziotti foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (DC 15/2015-GLJPSDB).

\*\*\*\*\* - Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Humberto de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mém. 21 a 36/2015-GLJPP).

\*\*\*\*\*. Em 04/01/2015, os Senadores João Alberto Farias, Raimundo Faria, Waldemar Mota, Dário Berger, Sérgio Petello e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Edsonande Lima, Geraldo Alencar Filho, Emerson Fogaça, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (OE 110/2015-GLPMDB).

1. A partir de 23.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Fuzão compartilharam as vagas de membros titular e técnicos suplente.
2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Fuzão (OE nº 11/2015-BLUFOR).
3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Fuzão (OE 10/2015-BLUFOR).
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passou a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (OE 14/2015-GLDIRAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Juciano foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (OE 47/2015-GLPDB).
6. Em 13.03.2015, o Senador Edmar Lisboa foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petello, que passou a compor a comissão comum membros suplente (OE 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão recebeu alegações dos Senadores Edmar Lisboa e Maria do Carmo Albuquerque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente desta comissão (OE nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Juciano deixou de integrar, como suplente, a CAS (OE 80/2015-GLPDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Raulândia, que passou a compor a comissão comum membros suplente (OE 49/2015-GLPDB).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petello foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Raimundo Faria, que passou a compor a comissão comum membros suplente (OE 119/2015-GLPMDB).
11. Em 03.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Maria Selycky, que deixou de compor a Comissão (OE 61/2015-GLDIRAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Maria Selycky foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (OE 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalvírio Rêgo e Flávio Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (OE 119/2015-GLPDB).

Secretária(s): Dulcinea Ramos Colhán

Residência: Quarta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4608

Fax: 3303 3852

E-mail: cas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador José Maranhão (PMDB-PB) <sup>(\*)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(\*)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(*)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT) <sup>(*)</sup>	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcílio do Amaral (PT) <sup>(*)</sup>
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zezé Pereira (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Rômulo Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Rospato (PMDB)
Senador Edson Lobato (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) <sup>(*)</sup>
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Mota (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(*)</sup>	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) (1,18)	7. Senador Sérgio Petecão (PSL)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Euricando Lira (PMDB) (19)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(*)</sup></b>	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysius Nunes Pereira (PSDB) (16,36)
Senador Romaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) (16,36)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) (1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Albuquerque (DEM)
Senador Antônio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilmar Moraes (DEM) <sup>(*)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Antônio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S-Partido) <sup>(*)</sup>
Senador Romaldo Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Hiaris Maggi (PR)
Senador Márcio Maia (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PTB)

Notas:

\* Em 23.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Pereira e Paulo Paim, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (DE 3/2015-GLDRIAG).

\*\* Em 23.02.2015, os Senadores José Agripino e Romaldo Caiado foram designados membros titulares, e os Senadores Maria do Carmo Albuquerque e Wilmar Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 1 a 3/2015-GLDDEM).

- \*\*\*. Em 23.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Douglas Castro, Elcio Maggi e Elverson Feres, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para ocupar a CCI (OE 04/2015-GLDPOB).
- \*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Rosângela Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Vitorino Lima, Euzébio, João Capriles e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para ocupar a CCI (OE 05/2015-GLSDO).
- \*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Álvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares, e os Senadores Alcyon Nogueira, Atílio Oliveira e Tasso Jucimoti, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para ocupar a CCI (OE 16/2015-GLPSDB).
- \*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Humberto de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares, e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia, como membros suplentes pelo Partido Progressista, para ocupar a CCI (Mec. 27 e 28 e 44/2015-GLDPP).
- \*\*\*\*\*. Em 04.03.2015, os Senadores Euzébio, Edmar Lessa, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simeon Tolst, Garibaldi Alves Filho, Luís Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares, e os Senadores Roberto Rangel, César Aziz, Valdir Raupp, Waldemar Alcázar, Dário Rangel, Rone de Faria e Sérgio Petello, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para ocupar a CCI (OE 011/2015-GLPMDB).
- Em 27.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Álvaro Dias (OE 25/2015-GLPSDB).
  - Em 27.03.2015, o Senador Álvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jucimoti (OE 26/2015-GLPSDB).
  - Em 04.03.2015, o Partido Progressista passou a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (OE 19/2015-GLDRAO).
  - Em 18.03.2015, a Comissão reuniu alguns o Senador José Maranhão Presidente desta sublegião (OE 1/2015-CCJ).
  - Em 21.03.2015, a Comissão reuniu alguns o Senador José Pinheiro Vice-Presidente desta sublegião (OE 2/2015-CCJ).
  - Em 21.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa a suplente (OE 93/2015-GLPMDB).
  - Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passaram a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alcyon Nogueira, Álvaro Dias, Atílio de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilmar Moraes (OE 87/2015-GLPSDB).
  - Em 01.03.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de ocupar a Comissão (OE 62/2015-GLDRAO).
  - Em 01.03.2015, o Senador Djalmair de Azevedo foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (OE 69/2015-GLDRAO).
  - Em 08.05.2015, o Senador Alcyon Nogueira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco de Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de ocupar a Comissão (OE 106/2015-GLPSDB).
  - Em 11.05.2015, após um vício de fabricamento do Senador Luís Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
  - Em 11.05.2015, o Senador Cláudio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco de Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de ocupar a Comissão (OE 109/2015-GLPSDB).
  - Em 12.05.2015, o Senador Humberto de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Maioria (OE 132/2015-GLPMDB).
  - Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capriles, que deixou de ocupar a Comissão (OE 34/2015-GLSDO).
  - Em 12.05.2015, o Senador João Humberto foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (OE 133/2015-GLPMDB).
  - Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alcyon Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como suplente (OE 110/2015-GLPSDB).
  - Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cláudio Cunha Lima, que deixou de ocupar a Comissão (OE 111/2015-GLPSDB).

Secretaria(a): Edvaldo Magalhães Siqueira

Resumo: Quarta-Feira 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: crj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. De acordo com o PSDM e do DDEM convocados a formação da Mesa composta por seus partidos, realizada no Ofício nº 31/11-GLPROM, de 10.02.2011, pelo ex. senado do Senado de 23 de fevereiro de 2011.

**Secretaria(a):** Edvaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 61-3303-3972

**Fax:** 61-3303-4315

**E-mail:** [sc0001j@senado.gov.br](mailto:sc0001j@senado.gov.br)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes**

**Secretária(s):** Edinaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** [scorcj@senado.gov.br](mailto:scorcj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(\*)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(\*)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(2)</sup></b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Demóstenes Neves (PT)	3. Senador Zezé Ferreira (PDT) <sup>(4)</sup>
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lezier Martins (PDT)	5. Senador Teófilo Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) <sup>(5)</sup>	8. Senadora Ana Amélia (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Euzébio Lira (PMDB)
Senadora Sarinha Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Rospato (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Kirácio Ferraz (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) <sup>(6)</sup>
Senador Dário Berger (PMDB) <sup>(7)</sup>	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) <sup>(7)</sup>	7.
	8.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Albuquerque (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilmar Moura (DEM)	2. Senador Rivaldo Cordeiro (DEM)
Senador Álvaro Dias (PSDB)	3. Senador Alayrino Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antônio Anastasia (PSDB)	4. Senador Atáides Oliveira (PSDB)
Senador Dalvírio Beber (PSDB) <sup>(8,10)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Lédice da Mota (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Korrênia (PSB)	2. Senador Ernaneff Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Hélio Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

\*. Em 23.02.2015, foram designadas as Senadoras Fátima Bezerra, Angela Portela, Demóstenes Neves, Cristovam Buarque, Lezier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pinheiro, Walter Pinheiro, Teófilo Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (DE 32815-GLJRHAG).

\*\* Em 23.02.2015, as Senadoras Maria do Carmo Albuquerque e Wilmar Moura foram designadas membros titulares; e as Senadoras José Agripino e Rivaldo Cordeiro, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 1 a S/2015-GLJRHM).

- \*\*\*. Em 23.02.2015, os Senadores Elaine Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Castro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para ocupar a CE (CE 04/2015-GLDFCH).
- \*\*\*\*. Em 25.02.2015, os Senadores Lúcia da Mata, Raulo Sérgio e Roberto Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Marcelino Rodrigues e Francisco Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para ocupar a CE (CE 06/2015-GLRSD).
- \*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Simeon Tolat, Sandra Braga, João Alberto Sousa, Mano de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Euzébio Lira, Roberto Magalhães, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Minoria, para ocupar a CE (CE 13/2015-GLPMDB).
- \*\*\*\*\*. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Américo e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Alcyon Nogueira e Aécio Neves, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para ocupar a CE (CE 17/2015-GLRSD).
- \*\*\*\*\*. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Rosângela de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para ocupar a CE (Resoluções nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLRPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão recebeu alguns ex Senadores Raulo Sérgio e Hélio José, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente desta coligação (CE 1/2015-CE).
  2. Em 04.03.2015, o Petista Progressista passou a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (CE 19/2015-GLDRAE).
  3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Borges foi designado membro titular pelo Bloco da Minoria (CE 34/2015-GLPMDB).
  4. Em 06.03.2015, o Senador Zair Ferraz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pinheiro (CE 21/2015-GLDRAE).
  5. Em 17.03.2015, o Senador Galbarrão Cassol foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto de Lira (CE 36/2015-GLDRAE).
  6. Em 24.03.2015, após sua vitória de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (CE 86/2015 - GLRSD).
  7. Em 23.04.2015, o Senador Eraldo Barbosa foi designado membro titular pelo Bloco da Minoria (CE 120/2015-GLPMDB).
  8. Em 03.05.2015, após sua vitória de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (CE 64/2015-GLDRAE).
  9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Minoria (CE 145/2015-GLPMDB).
  10. Em 19.05.2015, o Senador Dalvírio Huber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (CE 114/2015-GLRSD).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Liraes

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: [ce@senado.gov.br](mailto:ce@senado.gov.br)

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)**

**Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes**

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Lisboa

**Telefone(s):** 3311-3498

**Fax:** 3311-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)**

**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes**

**Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Lobo**

**Telefone(s): 311-3498/4604/2**

**Fax: 311-3121/1319**

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS**

**Finalidade:** Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

**(Requerimento 811, de 2001)**

**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes**

**Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Lobo**

**Telefone(s): 311-3498/4804**

**Fax: 311-3121/1319**

## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(2)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Demóstenes Braga (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(5)</sup>
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) <sup>(7)</sup>	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO <sup>(8)</sup>
	4. Senadora Sábina Braga (PMDB) <sup>(9)</sup>
	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM ) <sup>(10)</sup></b>	
Senador Romário Ciriano (DEM)	1. Senador Álvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Alayrino Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Fleiza Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Lédice da Mota (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Hílton Maggi (PR) <sup>(11)</sup>
Senador Douglas Cintra (PTB)	2.

Notas:

\* Em 21.02.2015, o Senador Romário Ciriano foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para ocupar a CMA (Cf. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\* Em 23.02.2015, os Senadores Lédice da Mota e João Capiberibe foram designados membros titulares, e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para ocupar a CMA (Cf. 08/2015-GLPSD).

\*\*\* Em 23.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para ocupar a CMA (Cf. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\*\* Em 25.02.2015, o Senador José Márcio foi designado membro titular, e o Senador Francisco Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para ocupar a CMA (Cf. 10/2015-GLPSD).

\*\*\*\*\* Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Fleiza Ribeiro foram designados membros titulares, e os Senadores Alayrino Nunes Ferreira e Álvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para ocupar a CMA (Cf. 24/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\* Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sábina Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares, e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Lúcio Henrique como membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para ocupar a CMA (Cf. 16/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\* Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para ocupar a CMA (Cf. 37/2015-GLPPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reuniu-se abertamente com Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente desta comissão (Missa. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista pediu a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Cf. 19/2015-GLDRAIG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Missa. nº 52/2015-GLPPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Hílton Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Cf. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 17.08.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pela Banca de Apoio ao Governo (OE 31/2015-GLDBAEG).
6. Em 17.08.2015, a Senadora Soraia Braga foi designada membro suplente pela Banca de Minérios, deixando de ocupar a Comissão como membro titular (OE 36/2015-GLPMDB).
7. Em 24.08.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pela Banca de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lucio Martins (OE 38/2015-GLDBAEG).
8. Em 31.08.2015, os membros suplentes da Banca Parlamentar da Opunição passaram a ocupar a seguinte ordem: Senadora Alzira Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (OE 98/2015-GLPSDB).
9. Em 14.09.2015, o Senador Eraldo Barbosa foi designado membro titular pela Banca de Minérios (OE 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, cargo em virtude da falecimento do Senador Luis Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

**Secretaria(s):** Raymundo Franco Diniz

**Resmiões:** Terças-Feiras 8:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** [csn@senado.gov.br](mailto:csn@senado.gov.br)

### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Consum., Fisc. E Contr 38, de 2009)**

**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes**

**Designação: 15/04/2015**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffin (PDT)	2.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Alcyon Nunes Ferreira (PSDB)	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) (*)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

**Notas:**

1. Em 13.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pela Bloco Socialismo e Democracia (Mens. 38/2013-CMA).

\* Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffin, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Alcyon Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mens. 24/2015-CMA).

**Secretário(a):** Raymundo Frazacá Lúcio

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** [scsubcom@senado.gov.br](mailto:scsubcom@senado.gov.br)

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Designação:** 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Demisley Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (S)	3.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Marcelo Crivello (DEM)	1. Senador Aécio Neves (PSDB)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Lédice da Mota (PSB)	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

**Notas:**

1. Em 11.03.2015, houve um vício de Edificação do Senador Luis Henrique, ocorrido em 10.03.2015.

\*. Em 15.04.2015, foram designadas como titulares os Senadores Demisley Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luis Henrique, pelo Bloco da Maioria; Marcelo Crivello, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lédice da Mota, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designada ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mesa. 23/2015/CMA).

**Secretaria(s):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** [scrcma@senado.gov.br](mailto:scrcma@senado.gov.br)

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(\*)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(\*)</sup>  
**RELATOR:** Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(\*)</sup>

**Designação:** 15/04/2015

**Instalação:** 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE(S)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(*)</sup>	1. Senador Paulo Rocha (PT) <sup>(*)</sup>
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) <sup>(*)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(*)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lidice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Douglas Cunha (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

**Notas:**

- Em 13.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mesa 30/2015-CMA).
- Em 13.03.2015, a Subcomissão criada abriga os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator desta Colegiado (DC 31/2015-CMA).
- Em 19.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mesa 33/2015-CMA).
- Em 19.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mesa 33/2015-CMA).
- Em 19.03.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a ocupar a cadeira de titular suplente (Mesa 33/2015-CMA).
- Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cunha, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lidice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Mesa 25/2015-CMA).
- Em 13.04.2015, a CMA reuniu aprovou o RMA nº 5, de 2015, que criou esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

**Secretaria(s):** Raymundo Frazacchi Diniz  
**Telefone(s):** 3303-3519  
**Fax:** 3303-1060  
**E-mail:** [ocmcomra@senado.gov.br](mailto:ocmcomra@senado.gov.br)

#### 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(2)</sup>  
**RELATOR:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(3)</sup>

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )	
Senador Domingos Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

**Notas:**

1. Em 30.03.2015, a Subcomissão composta pelos Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator desta comissão (Mens. 34/2013-CMA).

\*. Em 06.03.2015, foram designadas como titulares os Senadores Domingos Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mens. 28/2013-CMA).

Secretaria(s): Raymundo Frazão Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Faim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(2)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(4)</sup></b>	
Senador Paulo Faim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>(3,10)</sup>
Senadora Angela Portela (PT) <sup>(8)</sup>	3. Senador Teodoro Mota (PDT) <sup>(9)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) <sup>(6)</sup>
Senador Demisval Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
	6.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) <sup>(7,13)</sup>	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) <sup>(5)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD) <sup>(12)</sup>	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) <sup>(14)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senadora Maria do Carmo Albuquerque (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Atalides Oliveira (PSDB) <sup>(11)</sup>	2.
Senador Pleza Ribeiro (PSDB) <sup>(11)</sup>	3.
Senador Célio Cunha Lima (PSDB) <sup>(15)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Romário Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Márcio Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(3)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

\* Em 21.02.2015, os Senadores Márcio Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para ocupar a CDH (DE 04/2015-HELOFOM).

\*\* Em 21.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Romário Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para ocupar a CDH (DE 11/2015-GLPSD).

\*\*\* Em 23.02.2015, os Senadores Paulo Faim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Demisval Nogueira foram designados membros titulares, e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lúcio Martins, Rauffia e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para ocupar a CDH (DE 9/2015-GLIBAG).

\*\*\*\* Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Albuquerque foi designada membro titular, e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para ocupar a CDH (DE. 1 a 5/2015-GLIEM).

\*\*\*\*\* Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares, e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para ocupar a CDH (DE 14/2015-GLPMDH).

1. Em 03.03.2015, a Comissão também designa o Senador Paulo Faim Presidente desta comissão (DE nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Rauffia (DE 13/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Teófilo Melo foi designado membro suplente pelo Bloco do Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Leizar Martins (OE16/2013).
4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passou a integrar o Bloco do Apoio ao Governo (OE 18/2015-GLDRA15).
5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para ocupar a CDH (OE 14/2013-BLDFOR).
6. Em 24.03.2015, a Comissão recebeu o Senador João Capriles da Vice-Presidência desta legislatura (OE n° 24/2015-CDE).
7. Em 08.04.2015, cumpre-se, em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de ocupar a Comissão (OE 104/2015-GLPMDB).
8. Em 03.05.2015, a Senadora Angélica Portela foi designada membro titular pelo Bloco do Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de ocupar a Comissão (OE 61/2015-GLDRIAG).
9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (OE 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Renato de Lencastre foi designado membro suplente pelo Bloco do Apoio ao Governo (OE 72/2015-GLDRA15).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Aécio Neves, Flávia Ribeiro e César Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (OE 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Raulo de Freitas e César Asis foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (OE 163/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (OE 174/2015-GLPMDB).

**Secretária(s):** Marciana Borges Friczera Paiva Lyrio

**Resumo:** Quarta-Feira 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4251

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** [cdh@senado.gov.br](mailto:cdh@senado.gov.br)

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretária(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** [scmrculh@senado.gov.br](mailto:scmrculh@senado.gov.br)

**6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E  
INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**Secretário(a):** Mariana Borges Friczen Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** [scouncil@senado.gov.br](mailto:scouncil@senado.gov.br)

### 6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

**Finalidade:** Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Patriza Bezerra (PT)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria de Cássia Alves (DEM)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador João Capivari (PSB)	1. Senador Ernane Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Fuga (OC nº 34/2015 - CDB).

\*. Em 14.04.2015, as Senadoras Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designadas membros titulares, e as Senadoras Marta Suplicy e Patriza Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (OC nº 34/2015 - CDB).

\*\* Em 14.04.2015, o Senador João Capivari foi designado membro titular, e a Senadora Ernane Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Fuga (OC nº 34/2015 - CDB).

\*\*\* Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (OC nº 34/2015 - CDB).

\*\*\*\* Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, e a Senadora Maria de Cássia Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (OC nº 34/2015 - CDB).

**Secretária(s):** Mariana Borges Fritzer Paiva Lyrio

**Resumo:** Quarta-Feira 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4251

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** [cdh@senado.gov.br](mailto:cdh@senado.gov.br)

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**FRESDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>00</sup>**VICE-FRESDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) <sup>00</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pinheiro (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Teófilo Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lucier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO <sup>00</sup>
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) <sup>00</sup>
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Edson Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Rospato (PMDB)	2. Senador Euzébio Lira (PMDB)
VAGO <sup>(14)</sup>	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Evaristo Costa (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Fleza Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) <sup>00</sup>	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) <sup>(4)</sup>	4. Senador Antônio Anastasia (PSDB) <sup>00,0</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Humberto Amaral (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Márcio Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

\*. Em 21.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Evaristo Costa, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para ocupar a CRE (Of. 1 a 3/2015-GLDEM).

\*\* Em 21.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lucier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares, e os Senadores José Pinheiro, Teófilo Mota, Delcílio do Amaral, Humberto Costa e Marco Espinicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para ocupar a CRE (Of. 8/2015-GLDIRAG).

\*\*\* Em 23.02.2015, os Senadores Euzébio Lira e Márcio Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para ocupar a CRE (Of. 9/2015-GLUPFOR).

\*\*\*\* Em 23.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares, e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para ocupar a CRE (Of. 9/2015-GLSDO).

\*\*\*\*\* Em 28.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, e os Senadores Fleza Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para ocupar a CRE (Of. 20/2015-GLPSOB).

\*\*\*\*\* Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Neufeldt como membro suplente pelo Partido Progressista, para ocupar a CRE (Mém. 35 a 36/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\* Em 04.03.2015, os Senadores Edson Lobão, Roberto Rospato, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, e os Senadores João Alberto Souza, Euzébio Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para ocupar a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passou a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDIRAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (OE 43/2015-GLPSEDF).
3. Em 10.03.2015, a Comissão recebeu alegações dos Senadores Alvaro Nunes Farias e Luis Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente dessa comissão (OC n.º 1/2015-CMR).
4. Em 13.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Barros (OC 02/2015-GLPSEDF).
5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia (OC 03/2015-GLPSEDF).
6. Em 17.03.2015, o Senador Bernabé de Lima foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima (OE 35/2015-GLDRIAG).
7. Em 01.03.2015, o Senador Paulo Barros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia (OE 106/2015-GLPSEDF).
8. Em 01.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de ocupar a Comissão (OE 101/2015-GLPSEDF).
9. Em 01.03.2015, cargo em virtude do a Senador Mirya Sanyal ter deixado de ocupar a Comissão (OE 66/2015-GLDRIAG).
10. Em 11.05.2015, cargo em virtude da falecimento do Senador Luis Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretaria(s): José Alexandre Girão Mota da Silva

Resumo: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: [cms@senado.gov.br](mailto:cms@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(\*)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraz (PMDB-ES) <sup>(\*\*)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(*)</sup></b>	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lázaro Martins (PDT)	3. Senador José Parental (PT)
Senador Aziz Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Teófilo Mata (PDT)	5. VAGO (18)
Senador Ciro Nogueira (PP) <sup>(**)</sup>	6. Senador Ivo Cassol (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edson Lobão (PMDB)
Senadora Sarinha Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Mota (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) <sup>(**)</sup>	4. Senador Rômulo Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraz (PMDB) <sup>(**)</sup>	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) <sup>(**)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Menezes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flávio Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
	5.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Helder Maggi (PR) <sup>(*)</sup>	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) <sup>(*)</sup>
Senador Eduardo Frieser (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(*)</sup>

Notas:

\* Em 21.03.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lázaro Martins, Aziz Gurgacz e Teófilo Mata como membros titulares, e os Senadores Jorge Viana, Angela Portela, José Parental, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (DE 6/2015-GLDIBAG).

\*\* Em 23.02.2015, os Senadores Edson Lobão, Waldemir Mota, Dário Berger e Rômulo Oliveira foram designados membros titulares, e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (DE 04/2015-BLDUFUC).

\*\*\* Em 23.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares, e o Senador Roberto Rocha, como membros suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (DE 07/2015-GLBSD).

\*\*\*\* Em 23.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Menezes foram designados membros titulares, e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Cf. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\*\* Em 26.02.2015, os Senadores Flávio Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Cf. 21/2015-GLPSDB).

- \*\*\*\*\* Em 26.07.2013, o Senador Gláuber Corrêa foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para ocupar a CI (Mensalistas nos. 31 e 34/2013-GLJPPF).
- \*\*\*\*\* Em 04.01.2015, os Senadores Geraldo Alencar Filho, Soraia Braga, Valdir Raupp, Fernando Haddad, Kassab de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e os Senadores Edmar Ladeira, Waldemar Mota, Davin Barysa, Euzébio Oliveira e Manoel Jari, como membros suplentes, pelo Bloco da Minicria, para ocupar a CI (OE 020/2013-GLPMDB).
1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (OE nº 12/2015-RLJFOM).
  2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passou a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (OE 18/2015-GLDRAE).
  3. Em 04.03.2015, o Senador Elviseu Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (OE 13 e 14/2015-RLJFOM).
  4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rosa de Freitas, que passa a ocupar a cadeira como membro suplente (OE 32/2013-GLPMDB).
  5. Em 17.03.2015, o Senador Cleo Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gláuber Corrêa (OE 34/2013-GLDRAE).
  6. Em 18.03.2015, a Comissão reuniu alguns ex Senadores Geraldo Alencar Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desta Comissão (OE 01/2013-CI).
  7. Em 07.04.2015, cessa em virtude de o Senador Fernando Haddad não exercer mais o mandato devido ao cancelamento do titular, Senador João Berchelli.
  8. Em 14.04.2015, a Senadora Rosa de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Minicria (OE 118/2015-GLPMDB).
  9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petello foi designado membro suplente pelo Bloco da Minicria (OE 137/2013-GLPMDB).
  10. Em 03.05.2015, cessa em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de ocupar a Comissão (OE 60/2013 -GLDRAE).

Secretaria(s): Thales Roberto Fortado Mexias

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)**

**Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes**

**Secretário(a):** Titular Roberto Fontado Moreira

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3285

**E-mail:** [scrcnci@senado.gov.br](mailto:scrcnci@senado.gov.br)

## **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**Secretário(a): Thales Roberto Fontado Moxais**

**Telefone(s): 61 3303-4607**

**Fax: 61 3303-3286**

### **8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**Secretário(a):** Thales Roberto Fontado Moreira

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** [scanci@senado.gov.br](mailto:scanci@senado.gov.br)

#### 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)**

**Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes**

**Designação: 20/05/2015**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )	
Senador Hélio José (PSD)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )	
Senador Wilder Moura (DEM)	1. Senador Flávia Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

\* Em 20/05/2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moura, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flávia Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

**Secretário(a):** Thales Roberto Fontado Moura

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>01</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>02</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador José Pinheiro (PT)	1. Senador Doméstico Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Souza (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO (3,10)
Senador Gláuber Rocha (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sarinha Braga (PMDB)
Senador José Barbalho (PMDB) (3,10)	2. VAGO (3)
Senador Ricardo Ferraz (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) (3)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria de Carmo Alves (DEM)
VAGO (3)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
VAGO (3,13)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) <sup>03</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Rauliê Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lédice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>04</sup>
Senador Euzébio Feres (PTB)	2.

Notas:

\*. Em 21.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, e os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Lédice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para ocupar a CDR (OE 12/2015-GLBSD).

\*\* Em 21.02.2015, os Senadores José Pinheiro, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares, e os Senadores Doméstico Nogueira, Regina Souza, Fátima Bezerra e Tebetista Mata, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para ocupar a CDR (OE 12/2015-GLBAG).

\*\*\* Em 21.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria de Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para ocupar a CDR (Of. 1 a 5/2015-GLDEM).

\*\*\*\* Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Euzébio Feres foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para ocupar a CDR (OE 4/2015-GLUFOR).

\*\*\*\*\* Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para ocupar a CDR (OE 22/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\* Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Barbalho e Ricardo Ferraz foram designados membros titulares, e os Senadores Sarinha Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para ocupar a CDR (OE 15/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\* Em 02.03.2015, o Senador Gláuber Rocha foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para ocupar a CDR (Mm. 38 a 39/2015-GLPP).

\*\*\*\*\* Em 03.03.2015, o Senador Rauliê Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para ocupar a CDR (OE 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Luiz Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Tebetista Mata (OE 17/2015-GLBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão remite alguns o Senador Davi Alcolumbre Presidente desta colegiada (CF 113/2015-CM).  
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (CF 18/2015-GLDRA17).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para ocupar a CDB (CF 14/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (CF 46/2015-GLPSDB).
6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (CF 30/2015-GLPSDB).
7. Em 11.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Minoria (CF 56/2015-GLPMDB).
8. Em 18.03.2015, a Comissão remite alguns o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente desta colegiada (CF 133/2015-CM).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a Comissão como membro titular (CF 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, após sua vitória o Senador Lucio Martins ter deixado de ocupar a comissão (CF 43/2015-GLDRA17).
11. Em 08.04.2015, após sua vitória o Senador José Maxwell ter deixado de ocupar a Comissão (CF 103/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador João Humberto foi designado membro titular pelo Bloco da Minoria (CF 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, após sua vitória o Senador Antônio Anastasia ter deixado de ocupar a Comissão (CF 113/2015-GLPSDB).

Secretaria(s): **MARINA GONCALVES SOUSA DE CARVALHO**

Reuniões: **Quarta-Feira 9:00 horas -**

Telefone(s): **61 3303-4282**

Fax: **3303-1627**

E-mail: **cdi@senado.gov.br**

**9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO  
NORDESTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**Secretário(a):** Mônica Gussoni Souza de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

## **9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**Secretário(a):** Marcos Guebara Souza de Carvalho  
**Telefone(s):** 3303-4282  
**Fax:** 3303-1627

### **9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)**

**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes**

**Secretário(a):** Mônica Gussoni Souza de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(2)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Domingos Nequiza (PT)	2. Senador Lazear Martins (PDT)
Senador Zezé Pereira (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Waldemir Mota (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petrucio (PSD)	4. VAGO <sup>(5)</sup>
Senador Inácio Barbalho (PMDB) <sup>(6)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Romário Ciriano (DEM)	1. Senador Wilmar Moura (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(8)</sup>	2. Senador Flávia Ribeiro (PSDB)
	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Hílton Maggi (PR)	2. Senador Eduardo Frier (PTB)

Notas:

\*. Em 21.03.2015, o Senador Romário Ciriano foi designado membro titular e o Senador Wilmar Moura como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para ocupar a CRA (Cf. 1 a 3/2015-GLDEM).

\*\* Em 23.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Hílton Maggi foram designados membros titulares, e as Senadoras Douglas Cintra e Flávia Ribeiro como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para ocupar a CRA (Cf. 4/2015-GLUFOR).

\*\*\* Em 23.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Domingos Nequiza, Zezé Pereira e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Lazear Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para ocupar a CRA (Cf. 11/2015-GLDRAQ).

\*\*\*\* Em 24.02.2015, o Senador Flávia Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para ocupar a CRA (Cf. 18/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\* Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Mota, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petrucio foram designados membros titulares, e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Lúcia Vânia como membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para ocupar a CRA (Cf. 17/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\* Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para ocupar a CRA (Mensagem n.º 48 a 41/2015-GLDPP).

\*\*\*\*\* Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para ocupar a CRA (Cf. 14/2015-GLPSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reuniu alguns ex Senadoras Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente desta comissão (Cf. 18/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista pediu a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Cf. 19/2015-GLDRAQ).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Cf. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 21.04.2015, o Senador Inácio Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Cf. 127/2015-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (21 61 3303-4554 / 3303-2839)

<http://www.senado.gov.br/senadf>

3. Em 11.05.2015, após um vídeo de Edson do Sacerdote Luis Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

**Secretário(a): Marcelo Varela**  
**Horário: Quintas-Feiras 8:00 horas -**  
**Telefone(s): 3303 3506**  
**Fax: 3303 1017**  
**E-mail: [csa@senado.gov.br](mailto:csa@senado.gov.br)**

### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Finalidade:** REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcelo Varela  
**Telefone(s):** 3311-3506/3321  
**Fax:** 3311-1017  
**E-mail:** [scrcra@senado.gov.br](mailto:scrcra@senado.gov.br)

## II) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PSD-DF) <sup>(2)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(3)</sup></b>	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zezé Perrella (PDT)
Senador Lucio Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcílio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telesário Mata (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Glauber Carrêl (PP)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Samia Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD) <sup>(5)</sup>	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) <sup>(6)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flávia Ribeiro (PSDB)	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Karolde Rodrigues (PSOL) <sup>(7)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSB) <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) <sup>(9)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

\* Em 21.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para ocupar a CCT (DE 4/2015-MLDFCH).

\*\* Em 23.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para ocupar a CCT (DE 1 a 3/2015-GLDEM).

\*\*\* Em 23.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para ocupar a CCT (DE 10/2015-GLBSD).

\*\*\*\* Em 23.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lucio Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares, e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcílio do Amaral e Telesário Mata, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para ocupar a CCT (DE 13/2015-GLDBAG).

\*\*\*\*\* Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flávia Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para ocupar a CCT (DE 15/2015-GLPSDB).

\*\*\*\*\* Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Samia Braga, Edison Lobão, Lúcia Figueira e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para ocupar a CCT (DE 12/2015-GLPMDB).

\*\*\*\*\* Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Glauber Carrêl membro suplente pelo Partido Progressista, para ocupar a CCT (Mens. 42 e 43/2015-GLPPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão resolveu eleger o Senador Cristovam Buarque Presidente desta comissão (Mens. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Karolde Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (DE 16/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passou a integrar o Bloco do Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDIBALF).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUIFOR).
5. Em 10.03.2015, o Senador Oscar Azis foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMIDB).
6. Em 24.03.2015, o Senador Flávio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 67/2015-GLPMIDB).
7. Em 07.04.2015, a Comissão reuniu-se para o Senador Hélio José Vice-Presidente desta categoria (Mens. 7/2015-CCT).
8. Em 11.03.2015, após um período de fabricamento do Senador Luis Henrique, ocorreu em 10.03.2015.
9. Em 26.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mens. 37/2015-BLSDDM).

**Secretaria(a): Rêgi Lucena Henri Moreira**

**Remissor: Terças-Feiras 9:00 horas -**

**Telefone(s): 61 3303-1120**

**E-mail: [cri@senado.gov.br](mailto:cri@senado.gov.br)**

**12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>09</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP ) <sup>(1)</sup></b>	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gleison Cavalli (PP)	4. Senadora Gleici Hoffmann (PT)
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
VAGO <sup>(2A)</sup>	1. Senador Geraldo Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO <sup>(2)</sup>	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wladimir Menezes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Albuquerque (DEM)
	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) <sup>(3)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Helder Maggi (PR) <sup>(4)</sup>

**Notas:**

\* Em 21.02.2015, o Senador Wladimir Menezes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Albuquerque como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Of. 1 a 3/2015-GLDEM).

\*\* Em 21.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

\*\*\* Em 12.03.2015, os Senadores Edison Junot, Sérgio Petecão e Waldemar Maranhão foram designados membros titulares; os Senadores Geraldo Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

\*\*\*\* Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gleison Cavalli foram designados membros titulares; as Senadoras Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleici Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDABG).

1. Em 04.01.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLIABG).

2. Em 04.01.2015, o Senador Helder Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.01.2015, cessa sua atuação de o Senador Waldemar Maranhão ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.01.2015, cessa sua atuação de o Senador Waldemar Maranhão ter deixado de integrar a Comissão (Of. 98/2015-GLPMDB).

5. Em 21.01.2015, a Comissão cessa de abrigar o Senador Wellington Fagundes Presidente desta comissão (Of. 102/15-CSF).

6. Em 21.01.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 21.01.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 49/2015-BLSDM).

8. Em 11.01.2015, cessa sua atuação de fabricamento do Senador Luis Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

Secretário(a): Wladimir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

<b>CONSELHOS e ÓRGÃOS</b>
---------------------------

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGIDOR SUBSTITUTO
	CORREGIDOR SUBSTITUTO
	CORREGIDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
 Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)  
 Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo  
 Telefone(s): 3303-5255  
 Fax: 3303-5260  
 E-mail: [saop@senado.leg.br](mailto:saop@senado.leg.br)

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005 10ª Eleição Geral:

02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PP )</b>	
Senador José Pinheiro (PT-CR)	1. Senadora Angela Parizola (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lacerda Mouton (PDT-RS)	3. Senador Ariz Gonzaga (PDT-RJ)
	4.
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Roberto Jucá (PMDB-RN)	2. Senador Euzébio Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Wílton Marcos (DEM-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Albuquerque (DEM-SE)
	2.
	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PSOL, PCdoB )</b>	
Senador Euzébio Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PR, PTB, PSC, PRB )</b>	
Senador Bruno Feres (PTB-PI)	1.
	2.
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
(7)	

Atualização: 02/06/2015

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: [sagp@senado.leg.br](mailto:sagp@senado.leg.br)

**3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)*

**Número de membros: 15 titulares**

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 03/12/2001  
 2ª Designação: 26/02/2003  
 3ª Designação: 03/04/2007  
 4ª Designação: 12/02/2009  
 5ª Designação: 11/02/2011  
 6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL

---

VAGO

---

Atualização: 12/03/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP  
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo  
Telefone(s): 3303-4561/3303-5258  
Fax: 3303-5258  
E-mail: [sagp@senado.leg.br](mailto:sagp@senado.leg.br)

**4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS***(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)**

<b>MEMBROS</b>
<b>PTB</b>
<b>Senador Fernando Collor (AL)</b>
<b>PSC</b>
<b>Senador Eduardo Amorim (SE)</b>
<b>PMDB</b>
<b>Senador Romero Jucá (RR)</b>
<b>(3)</b>

**Notas:****1. O Senador João Henrique Guimarães do Senado Federal.**

**5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros: 15 titulares****PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) <sup>(1)</sup>****VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(2)</sup>****1ª Designação: 23/03/2010****2ª Designação: 14/03/2011****3ª Designação: 11/03/2013****4ª Designação: 04/03/2015**

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
Senador Euricyn Oliveira (CE)
<b>PT</b>
Senador Delcídio do Amaral (MS)
<b>PSDB</b>
Senador Tasso Jereissati (CE)
<b>PSB</b>
Senador Fernando Bezerra Coelho (PB)
<b>PDT</b>
Senador Acir Gurgacz (RO)
<b>PR</b>
Senador Blairo Maggi (MT)
<b>PSD</b>
Senador Otto Alencar (BA)
<b>DEM</b>
Senador José Agripino (RN)
<b>PP</b>
Senador Ciro Nogueira (PI)
<b>PTB</b>
Senador Douglas Cintra (PE)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSOL</b>
Senador Rauli de Figueiredo (AP)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)

**Atualização: 19/03/2015**

**Notas:**

1. Editado no 1º semestre de 2015, assinado em 18.03.2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)**  
**Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**  
**Telefone(s): 3303-5255**  
**Fax: 3303-5260**  
**E-mail: [somp@senado.leg.br](mailto:somp@senado.leg.br)**

## 6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Faim (PT-RS) <sup>(2)</sup>

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Faim (RS)
PSDB
Senador Fleiza Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lucier Martins (RS)
PR
Senador Mágnolo Malta (RS)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Raulíde Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)

---

---

**PRB**

**Senador Marcelo Crivella (RJ)**

---

**Atualização: 17/03/2015**

**Notas:**

1. Eleitos no 1º turno de 2015, assinada em 17.03.2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP  
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo  
Telefones(s): 3303-5255  
Fax: 3303-5260  
E-mail: [saop@senado.leg.br](mailto:saop@senado.leg.br)

**7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL**  
*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)*

**Número de membros: 18 titulares**

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação: 12/09/2012**  
**2ª Designação: 11/03/2013**

<b>MEMBROS</b>
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante

---

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

---

VAGO

Atualização: 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: [saop@senado.leg.br](mailto:saop@senado.leg.br)

**8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL**  
*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)*

**Número de membros: 15 titulares**

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação: 22/08/2013**

<b>MEMBROS</b>
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

**Atualização: 31/01/2015**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP  
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo  
Telefone(s): 3303-5255  
Fax: 3303-5260  
E-mail: [somp@senado.leg.br](mailto:somp@senado.leg.br)

**9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO**  
*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)*

**Número de membros: 16 titulares**

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação: 20/12/2013**

<b>MEMBROS</b>
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

**Atualização: 31/01/2015**

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP  
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo  
Telefone(s): 3303-5255  
Fax: 3303-5260  
E-mail: [somp@senado.leg.br](mailto:somp@senado.leg.br)

**10) PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

**COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1)</sup>**

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

**Notas:**

1. Designação Coordenador conforme o Ato de Presidentes nº 7, de 2015, publicado no Diário do Senado Federal de dia 06/05/2015.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

FAX: 3303-5260

E-mail: [saop@senado.leg.br](mailto:saop@senado.leg.br)

**11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER**  
*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (3)	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado nº 81, de 2013, publicado no DIASP em 12/02/2015.

**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: [scrp@senado.leg.br](mailto:scrp@senado.leg.br)

**12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

<b>SENADOR</b>	<b>CARGO</b>
	<b>OUVIDORA-GERAL</b>

Atualização: 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Poderamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: [scop@senado.leg.br](mailto:scop@senado.leg.br)

### 13) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 14/03/2011  
2ª Designação: 21/03/2012  
3ª Designação: 11/03/2013  
4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

SD
VAGO
PROS

Atualização: 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP  
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo  
Telefone(s): (61)3303-5255  
Fax: (61)3303-5260  
E-mail: [sagp@senado.leg.br](mailto:sagp@senado.leg.br)

## COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

### Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

**Finalidade:** Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

**Número de membros:** 10 Senadores e 30 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

**2º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Giuseppe Vecchi (PSDB-GO)

**3º VICE-PRESIDENTE:** Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

**Relator do PLDO:** Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

**Relator do PLOA:** Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

**Relator da Receita:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RJ)

**Relator do PPPA:** Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

#### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC <sup>(*)</sup>
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RJ	3. Lúcia Vânia - PSDB/GO <sup>(*)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT, PP )</b>	
Acir Gurgacz - PDT/RJ	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Moraes - DEM/GO	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, PSOL )</b>	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lúcia da Mata - PSE/BA

TITULARES	SUPLENTE(S)
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

## Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTEs
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Amador - PSC/PR	1. Daniela Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hilda Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maranhão - PHS/PE
João Amador - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lela Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aze - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilson Capicaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatlo - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Fimanta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Ailton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Welton Prado - PT/MG
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO
Walter Ithoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcizo - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Veczi - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Courinho - PSB/PE	5. Izabeli - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Rúvia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - SP/Partido/RJ

## Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PR), em 7/5/2015, conforme Decl. nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandro Jôitor, em 22-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evalir de Melo, em substituição ao Deputado William Woz, em 25-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PM.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 160, de 2015, da Liderança do Bloco da Malota.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Malota.

**Secretário: Waldirson Tavares de Araújo**  
**Telefone(s): (81) 3216-8892**  
**E-mail: [cmo.decom@camara.leg.br](mailto:cmo.decom@camara.leg.br)**  
**Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2**

### Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

**Finalidade:** Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

**Número de membros:** 11 Senadores e 11 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Sarney Filho (PV-MA)

**RELATOR:** Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

#### Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
VAGO <sup>Ⓜ</sup>	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA <sup>Ⓜ</sup>	3. VAGO
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT, PP )</b>	
Jorge Viana - PT/AC <sup>Ⓜ</sup>	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO <sup>Ⓜ</sup>	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF <sup>Ⓜ</sup>	3. Ivo Cassol - PPARO <sup>Ⓜ</sup>
Gladson Cameli - PP/AC <sup>Ⓜ</sup>	4. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE <sup>Ⓜ</sup>	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO <sup>Ⓜ</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, PSOL )</b>	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Douglas Cirne - PTB/PE	1. VAGO

## Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE(S)
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Marcus Vicente - PP/ES	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (2)	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Samey Filho - PV/MA	2. Janeli Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSD/PE (7)

## Notas:

1. Retido nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, os Senadores Jorge Viana, Dorivaldo Nogueira, Cristovani Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol, e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Inácio Moreira declara sua indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Majoria.
5. Designado, como membro titular, o Senador Mauro do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Rosalito Cabado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSDC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PT/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
 Telefone(s): 61 3303-3122  
 E-mail: mudancas@imfcomex@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso  
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

**Finalidade:** A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

**Número de membros:** 10 Senadores e 10 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

## Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

**Finalidade:** A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

**Número de membros:** 6 Senadores e 6 Deputados

**PRESIDENTE:** Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Ficiani (PMDB/RJ)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Álvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) <sup>(2)</sup>	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) <sup>(1)</sup>	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) <sup>(4)</sup>
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Hericlito Fortes (PSB/PI) <sup>(3)</sup>	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) <sup>(5)</sup>

### Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 453/2015/Lider do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Hericlito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDIR, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 68/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 18/2015/CREDIR, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.

**Secretário: Thiago Nascimento C. Silva**  
**Telefone(s): 61 3303-3502**  
**E-mail: [cccm@senado.leg.br](mailto:cccm@senado.leg.br)**

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos  
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

**Finalidade:** A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

**Número de membros:** 2 Senadores e 4 Deputados

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE(S)
-----------	-------------

**Secretário:** Clarissa Kura Stanton Hayashi  
**Telefone(s):** 61 3303-3503  
**E-mail:** [com@senado.leg.br](mailto:com@senado.leg.br)

**Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher**  
(Resolução nº 1, de 2014-CN)

**Finalidade:** Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

**Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados

**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

**Senado Federal**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Maioria ( PMDB, PSD )</b>	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PDT, PT, PP )</b>	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - SP/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
<b>Bloco Parlamentar da Oposição ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia - PSDB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PCdoB, PPS, PSB, PSOL )</b>	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lílize da Mata - PSE/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força ( PTB, PSC, PR, PRB )</b>	
Magno Malta - PR/ES	1. VAGO
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

## Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTBRJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosângela Gomes - PRB/RJ
Jazi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Sonaya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edison Moreira - PT/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. VAGO
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	8. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (8)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PT/PR (7)	11. VAGO
Inacema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garofinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (8)	3. VAGO
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. VAGO
Maena Gramacho - PT/BA (10)	5. VAGO
Rogério Rosso - PSD/DF (6)	6. VAGO
Alice Portugal - PCdoB/BA (8)	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanatta - PPS/SC	2. VAGO
Janele Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moura - GO (8)	1. VAGO
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

## Notas:

1. Retido nos termos do art. 10-A do Regimento Interno.
2. Designado, como membro titular, a Deputada Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Maena Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.

5. Designada, como membro titular, a Deputada Rogério Rizzato, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Edison Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
8. Designada, como membro titular, a Deputada Izabela Perrella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Mariana Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 461, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonseca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PRDS.
13. A Deputada Shêrttan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.

Secretário: Gigliola Anselero  
Telefone(s): 61 3303-3504  
E-mail: [com@senado.leg.br](mailto:com@senado.leg.br)

<b>COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS</b>
-----------------------------------

**ATN nº 1, de 2015 - CMCLF**

**Finalidade:** Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

**Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados**

**PRESIDENTE:** Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

**RELATOR:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SF)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Senadora Lúcia da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)	Senador Waller Pinheiro (PT/BA)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Senador Elairo Maggi (PR/MT)
VAGO	VAGO

**ATN nº 3, de 2015 ? CMLRE**

**Finalidade:** Comissão mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais

**Número de membros:** 4 Senadores e 4 Deputados

**PRESIDENTE:** Senador Romero Jucá (PMDB-RR)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA)  
**RELATOR:** Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)	Senador Otto Alencar (PSD/BA)
Deputada André Moura (PSC/SE)	Senador José Serra (PSDB/SP)
Deputado Rogério Rosso (PSD/DF)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

<b>CONSELHOS E ÓRGÃOS</b>
---------------------------

### Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

#### COMPOSIÇÃO

**Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados**

**PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)**

**1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)**

**2º VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)**

Designação: 07/04/2015

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTEs
<b>PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB</b>	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PPRS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Amado - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aze - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Mallin - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC <sup>(*)</sup>
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB <sup>(*)</sup>
Mandetta - DEM/MS <sup>(*)</sup>	11. VAGO
<b>PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB</b>	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO <sup>(*)</sup>
Daniel de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Nelo - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Murrion - PT/RS	5. Remédio Manoel - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB <sup>(*)</sup>	6. Jaime Martins - PSD/MG <sup>(*)</sup>
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do PI - PT/MS <sup>(*)</sup>
<b>PSDB, PSB, PPS, PV</b>	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS <sup>(*)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (0)
Rocha - PSD/MAC	4. VAGO
Jose Stéfano - PSB/RN (0)	5. VAGO
Henricito Fortes - PSB/PI (0)	6. VAGO
<b>PDT</b>	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
<b>PSOL</b>	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

**SENADO FEDERAL**

TITULARES	SUPLENTE(S)
<b>Bloco de Apoio ao Governo</b>	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO <sup>(2)</sup>
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ <sup>(3)</sup>	3. Gláucio Cameli - PP/AC
<b>Bloco da Maioria</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. Waldemir Mota - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
<b>Bloco Parlamentar da Oposição</b>	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP <sup>(7)</sup>	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia</b>	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lúcia da Mata - PSB/BA
<b>Bloco Parlamentar União e Força</b>	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

**Notas:**

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Sibille e Hesclécio Farias, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Teresa Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSD (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gláucia Hollmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos desistiu da indicação para ocupar a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Renato Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PSB/PEM.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandelita, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vaga em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca da PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança da PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com apressamento da Liderança do PTB.

**Conselho da Ordem do Congresso Nacional**  
**(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)**  
**(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)**

**COMPOSIÇÃO**  
**Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal**  
**Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados**

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b>Presidente</b> Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	<b>Presidente</b> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b>1º Vice-Presidente</b> Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	<b>1º Vice-Presidente</b> Senador Jorge Viana (PT/AC)
<b>2º Vice-Presidente</b> Deputado Giacobo (PR/FR)	<b>2º Vice-Presidente</b> Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
<b>1º Secretário</b> Deputado Belo Mansur (PRB/SP)	<b>1º Secretário</b> Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
<b>2º Secretário</b> Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	<b>2º Secretário</b> Senador Zezé Perrella (PDT/MG)
<b>3º Secretário</b> Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	<b>3º Secretário</b> Senador Gláson Cameli (PP/AC)
<b>4º Secretário</b> Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	<b>4º Secretário</b> Senadora Angela Portela (PT/RR)
<b>Líder da Maioria</b> VAGO	<b>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria</b> VAGO
<b>Líder da Minoria</b> Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	<b>Líder do Bloco Parlamentar Minoria</b> Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
<b>Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania</b> Deputado Arthur Lira (PP/AL)	<b>Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania</b> Senador José Maranhão (PMDB/PB)
<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional</b> Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	<b>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional</b> Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)**  
**Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256**  
**Fax: 3303-5260**  
**[saop@senado.leg.br](mailto:saop@senado.leg.br)**

### **Conselho de Comunicação Social**

**Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991  
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

#### **COMPOSIÇÃO**

**Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.**

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Representante das empresas de rádio (inciso I)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante das empresas de televisão (inciso II)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)</b>	VAGO	VAGO
<b>Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO	VAGO
<b>Representante da sociedade civil (inciso IX)</b>	VAGO	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)**  
Telefone(s): 3303-5255  
Fax: 3303-5260  
CCSCN@senado.leg.br

Edição de hoje: 208 páginas  
(O.S. 12618/2015)

Secretaria de Editoração  
e Publicações – SEGRAF

SENADO  
FEDERAL

